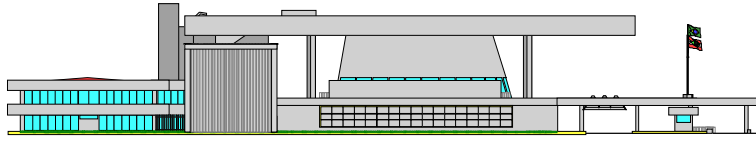


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 22 DE JUNHO DE 2011

NÚMERO 6.299

**17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA**

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Chereim

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon – Presidente
Dado Chereim - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Maurício Eskudlark
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-
Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Ângela Albino
Altair Guidi
Sílvio Dreveck
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Maurício Eskudlark
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino de Oliveira
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta
Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino de Oliveira
Dirce Heiderscheidt

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Dirce Heiderscheidt
Maurício Eskudlark
Ângela Albino
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino de Oliveira
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Chereim
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Ângela Albino
José Nei Alberton Ascari
Dado Chereim

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2299 EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 054ª Sessão Ordinária realizada em 16/06/2011 2 Ata da 004ª Sessão Solene realizada em 16/06/2011, às 19h 12</p> <p>Publicações Diversas Audiência Pública 16 Atas de Comissões Permanentes 19 Extratos 20 Fórum 21 Medida Provisória 21 Ofícios 22 Projeto de Emenda Constitucional 24 Projetos de Lei 24 Projetos de Lei Complementar 34</p>
---	---	--

PLENÁRIO

ATA DA 054ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherech - Dirceu Dresch - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Aborda a decisão do STF de liberar a Marcha da Maconha; manifesta-se sobre a proposta aos professores; homenageia o centenário da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Brasil.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Parabeniza o deputado Ismael dos Santos pelos assuntos abordados.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Solidariza-se com o deputado Ismael dos Santos.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se aos movimentos grevistas da Saúde e da Educação; posiciona-se quanto à questão das autoescolas.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Discorre sobre

os trabalhos da comissão de Agricultura; externa preocupação com o momento da suinocultura catarinense e brasileira.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Pronuncia-se a respeito dos repasses do Fundeb.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Registra a presença de Sérgio Mengarda, secretário da Educação, e de Márcia Rocha, diretora da Educação de Timbó.

Partidos Políticos

DEPUTADO DADO CHERECH - Aborda a necessidade de tecnologias de inovação no ensino médio.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Ressalta necessidades da agricultura catarinense; alerta acerca das necessidades das rodovias de Maravilha.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (aparte) - Solidariza-se com o deputado Mauro de Nadal.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Solidariza-se com o deputado Sargento Amauri Soares; refere-se ao problema das autoescolas; expressa apreensão com a crise da carne suína no país.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Registra autoria de projeto em discussão na comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (aparte) - Solidariza-se com o deputado Moacir Sopelsa.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Comenta a vinda da presidente Dilma Rousseff ao estado.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Manifesta-se a respeito da PEC da Casan.

Explicação Pessoal

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Crítica o PSD; felicita os servidores de Blumenau; registra a inclusão de brasileiros no mercado de trabalho formal; enfatiza importância da campanha do desarmamento nas escolas de Camboriú.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Questiona a relevância de tema abordado pela deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Reporta-se a vários acontecimentos que envolvem a sociedade catarinense e o seu governo.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Cumprimenta o deputado Maurício Eskudlark.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Reporta-se à Aiox do Brasil Equipamentos de Informática, de Caçador.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (aparte) - Parabeniza o deputado Reno Caramori.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Pronuncia-se a respeito da Interpraiais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, inicialmente gostaria de tecer um rápido comentário sobre a decisão do STF, ontem, de liberar a Marcha da Maconha, contestada em várias partes deste país, em especial nas capitais.

Naturalmente que aqueles que me acompanham ao longo desses últimos 20 anos, desde que fundamos o Centro Terapêutico Vida, na cidade de Blumenau, a casa para dependentes químicos, a comunidade terapêutica, por onde já passaram mais de mil jovens, sabem do nosso posicionamento e da nossa intransigência na defesa de princípios e de valores contrários à descriminalização da maconha. E esse é um debate longo e necessário que a sociedade brasileira vem fazendo especialmente agora com a participação do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Deputado Manoel Mota, v.exa. que também se tem posicionado nesta Casa em relação a isso, tenho dito e repito aqui que a maconha para nós é o jardim de infância do crack. Por isso essa breve intervenção sobre o tema. Eu diria que embora o STF tenha dito sim à Marcha da Maconha, continuarei na luta para que a juventude brasileira diga não ao jardim de infância do crack.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentar v.exa. e parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que fiquei envergonhado com o Brasil, ontem, com a força máxima da nossa Justiça em liberar tal movimento.

Estão todos loucos para impedir o fumo que não tem tanta gravidade e que produz riqueza no país, mas agora querem liberar a maconha que destrói? Quer dizer, querem fechar uma coisa e abrir outra. É uma vergonha para o Brasil! E tenho vergonha, neste instante, de ser parlamentar e saber que será feito um movimento na rua para regularizar a maconha.

V.Exa. tem toda a razão, pois regularizar a maconha é regularizar o crack, a cocaína e tantas outras drogas. Quero ver como é que vai ficar este país depois do que vimos ontem à noite.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Ouço também v.exa., deputado Antônio Aguiar, que é médico e entende da área.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado Ismael dos Santos, estamos juntos na sua luta. O pensamento do Supremo Tribunal é muito errado. A nossa ideia é ser contra a maconha, contra o crack, a cocaína, as bebidas alcoólicas e os medicamentos que causam dependência física.

Temos certeza de que esse assunto ainda será muito discutido. Por isso quero parabenizá-lo pela sua luta, que também é nossa.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

O Supremo Tribunal defendeu a tese da livre expressão, mas questionamos. Então, vamos sair também em marcha à rua contra os negros, contra os homossexuais, enfim, vamos incitar grupos contrários às liberdades e aos direitos humanos neste país.

De fato, para nós a Marcha da Maconha é apologia às drogas e incita, sim, valores e princípios e é, sobretudo, uma ameaça, inclusive, à saúde pública neste país.

Dito isso, sr. presidente, preciso também me manifestar sobre a proposta que foi feita ontem aos professores. Recebi, hoje pela manhã, do líder do governo, uma cópia dessa proposta e entendo que houve alguns avanços, em especial a proposição do governo do estado na disposição em conversar, em formatar um grupo de trabalho para, num prazo de 120 dias, traçar uma proposta de recomposição da tabela de carreira do magistério a partir de 2012.

Esse grupo, segundo o próprio governador, poderá, de acordo com o resultado dos estudos realizados, encaminhar proposta de alteração no plano de carreira e de regência de classe para a sua atualização.

Parece-me que essa era a principal preocupação do magistério no que diz respeito ao plano de carreira e à recomposição da tabela. Acho que ficou explícita, ficou clara a posição do governador. Esperamos que hoje seja um dia alentador, positivo e de resultados para a Educação em Santa Catarina.

Aproveito ainda os quatro minutos que me restam, sr. presidente e srs. deputados, para, neste momento, de uma forma bastante emotiva, fazer a minha homenagem ao centenário da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Brasil.

A Assembleia de Deus completará cem anos no próximo dia 18 de junho e confunde sua história com o nascimento e surgimento de dezenas e centenas de denominações evangélicas neste país. A Assembleia de Deus chegou ao Brasil através de dois jovens operários vindos da Suécia, que passaram pelos Estados Unidos e no ano de 1910 chegaram a Belém do Pará. Um ano depois fundavam a Igreja Evangélica Assembleia de Deus nos mesmos moldes de outro movimento que havia surgido nos Estados Unidos, na rua Azusa, em Los Angeles, na Califórnia.

O nome surgiu até por uma questão cultural, na perspectiva de várias Assembleias que se reuniam para buscar um mover carismático no sul dos Estados Unidos. Grupos de luteranos, metodistas, presbiterianos, batistas, enfim, diferentes Assembleias que se reuniam nesse novo movimento pentecostal. Dali surgiram as Assembleias de Deus e, portanto, o nome é um legado desse movimento pentecostal surgido na *street* Azusa, em Los Angeles.

Quando Daniel Berg e Gunar Vingren aqui chegaram não imaginavam o projeto e a expansão dessa dominação que hoje reúne pelo menos 20 milhões de brasileiros. Em nosso estado são mais de 200 mil membros ligados às Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus.

Em Santa Catarina, tudo começou no dia 15 de março de 1931, portanto, há 80 anos, com um jovem chamado André Bernardino, estivador do porto de Itajaí, que indo para o Rio de Janeiro buscando uma formação acadêmica acabou se envolvendo com a vida noturna carioca e contraindo

tuberculose. Ele estava moribundo, morrendo em um porão de um navio, no cais do porto do Rio de Janeiro, quando foi visitado exatamente por Daniel Berg e Gunar Vingren.

André Bernardino recebeu a mensagem das boas novas, conseguiu recuperar a sua saúde, retornou a Itajaí e, como disse, no dia 15 de março de 1931 começou também esse movimento em terra catarinense.

A Assembleia de Deus destaca-se não somente pela sua perspectiva de obedecer ao Id de Cristo, transmitindo as boas novas aos brasileiros, como também pela sua ação cultural, pela sua ação social de transformação positiva de jovens, crianças e adultos que se envolvem em projetos de reabilitação, sobretudo de dependentes químicos, de ascensão social. Eu diria que a Assembleia de Deus marca a sua história nesse centenário que comemoramos esta semana.

Também por outra perspectiva, uma perspectiva de superação de preconceitos, a Assembleia de Deus chega a este país há cem anos, num momento em que a realidade evangélica e pentecostal ainda era discriminada, estava na periferia, estava à margem dos movimentos sociais, mas conseguiu essa superação, conquistou o seu espaço, conquistou o seu status, conquistou a sua legitimidade e o respeito dos brasileiros pelo, como disse, trabalho na perspectiva espiritual, social e cultural.

Por tudo isso a nossa homenagem aos pioneiros, aos militantes e àqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para o movimento pentecostal no Brasil e para o centenário da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em terras brasileiras.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSc Digital e público aqui presente na manhã desta quinta-feira.

Já me referi, na tarde de ontem, sobre a assembleia dos trabalhadores da Saúde pública do estado de Santa Catarina. Estive na assembleia de ontem à tarde, no centro da capital, e acompanhei os debates. Mas como tive que voltar para esta Casa e participar da sessão, não pude ficar até o final. A decisão da assembleia do Sindsaúde, dos trabalhadores da Saúde pública do estado, foi de aceitar a proposta feita pelo secretário Dalmo Claro de Oliveira. Evidentemente que em consulta com o palácio, com a Casa Civil, sabemos que foi a incorporação do abono de 16,76%, que era a grande reivindicação de greves passadas. Esse abono é fruto da reposição de perdas da inflação dos anos de 2006 a 2009, que tinha sido concedido em 2009, mas na forma de abono e não na forma de remuneração, de vencimentos. E agora há a incorporação, além do prazo de 120 dias para se discutir vários outros pontos de interesse da categoria.

Gostaria de dizer da satisfação dessa posição. Esse movimento e também essa vitória parcial aconteceram em virtude da conjuntura específica das cidades de Joinville e Lages. Os servidores públicos da Saúde de Joinville estavam há um mês com interesse de iniciar um processo de greve, e esse movimento, da mesma forma, também começou na cidade de Lages. Então, sendo Joinville a terra e a base territorial e política do

secretário Dalmo de Oliveira e Lages a cidade do governador Raimundo Colombo, acho que teve esse significado. E também o momento não aconteceu lá por acaso. Aconteceu talvez, também, por estas circunstâncias: o secretário ser de Joinville e o governador, de Lages.

O sindicato buscou discutir isso em nível estadual porque tem uma representação estadual. A maioria dos servidores está aqui na Grande Florianópolis, fez assembleia e tem, portanto, essa solução para um possível futuro impasse.

Não podemos deixar de registrar a nossa alegria porque sabemos, evidentemente, do limite da incorporação de um abono de 16,76%, que varia entre cento e poucos reais e trezentos e poucos reais. E isso incorporado cria um impacto em outras vantagens, como na hora trabalhada, chamada hora plantão, nas gratificações de especializações e no tempo de serviço também. Então, não podemos deixar de manifestar a nossa alegria com relação a isso.

Nobres pares, estamos escutando o vento, porque faz quatro ou cinco dias que não há mais nada público e aberto a respeito da greve do Magistério. Então, estamos escutando o vento e percebendo que há conversas intensas entre lideranças do Magistério e lideranças do governo, inclusive através deste Poder Legislativo, com vistas a uma solução também para a greve do Magistério.

Já dissemos que apoiamos, evidentemente, o movimento de forma incondicional. Achamos que a lei federal precisa ser cumprida também no estado de Santa Catarina, e deverá sê-lo sem prejuízo de nenhum direito dos trabalhadores do Magistério. Seria um prejuízo atual, seria um prejuízo futuro, com conquistas desde agora.

Estamos falando isso porque todos sabem da nossa posição com relação aos direitos de todos os trabalhadores e, em especial, dos servidores públicos. E também porque, a partir do momento em que se consolidar essa realidade, o piso nacional do Magistério aplicado em Santa Catarina também, a Segurança Pública terá o menor piso salarial do estado. E digo isso para todos que estão aqui, especialmente para os nossos irmãos de farda, praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, para todos os policiais e bombeiros militares que nos estão ouvindo, inclusive para o comando, para os oficiais e para todas as esferas de comando.

Essa decisão de ontem virá para a Assembleia Legislativa na forma de PLC, projeto de lei complementar, e deveremos deliberar a respeito do assunto já para o salário do mês de julho. A partir da consolidação dessas decisões que estão sendo tomadas, o soldado da Polícia Militar, o agente da Polícia Civil de início de carreira e o agente penitenciário de início de carreira terão o menor piso do estado de Santa Catarina.

Evidentemente que não se nega toda a importância da Saúde para a sociedade e toda a importância, atual e futura, da Educação. Não se nega isso e sempre vamos apoiar e defender nesse sentido. Não obstante tudo isso, o policial, aquele que está nas ruas dando o couro para bandido, aquele que está à disposição para arriscar a própria vida para defender a sociedade numa enchente, numa catástrofe, num incêndio, numa mina, tem o menor piso. E isso precisa ser discutido.

Vamos, com certeza, debater essa questão nas próximas semanas, nos próximos meses. Inclusive, há meses, no começo deste governo, já encaminhamos um ofício ao palácio do governo e às demais autoridades com relação a esse assunto. E esperamos ter a

chance de dialogar de forma autônoma e soberana com o governo do estado.

Quero, também, sr. presidente, antes de concluir a semana, falar de outro assunto importante: a questão das autoescolas.

Não queremos, não pretendemos, não faremos e não tomaremos qualquer iniciativa com o objetivo de perturbar, de bagunçar ou de impedir a realização da licitação pública. Os posicionamentos que temos tomado nesta Assembleia Legislativa, neste ano de 2011, foram por termos ido, deputado Moacir Sopelsa, mergulhar na questão para entender a situação.

Fala-se aqui no assunto desde a 15ª Legislatura; há seis ou oito anos que se fala no assunto. Mas creio, e tenho isso mais ou menos ciente, que na boa vontade da maioria dos deputados daquela legislatura, e da passada, da qual, inclusive, eu já fazia parte, a legislação aprovada aqui prejudicou a sociedade. Por isso a urgência.

Quando se aprova uma lei dizendo que deve haver licitação pública, todos estão de acordo. O princípio é republicano, tem interesse público, é legítimo. Mas quando se diz que a cidade precisa ter dez mil eleitores para ter uma autoescola, aí começamos a estabelecer regras. E foram estabelecidas regras excessivamente restritivas, que restringem a maioria dos municípios do estado de Santa Catarina a não terem o direito de ter instalada uma autoescola naquela cidade. Isso prejudica uma massa imensa da população catarinense de jovens e adultos que, para fazer a carteira de habilitação, precisam sair das suas cidades e ir até uma cidade que fica de 20km a 60km de distância e, às vezes, em algumas regiões, a 80km de distância, para poder fazer a carteira de motorista. E como quem está fazendo a carteira não pode dirigir, precisa pegar o ônibus. Há lugares em que há um ônibus de manhã e outro à noite para voltar. E lá se foi um dia de trabalho por causa de duas horas de aula numa autoescola.

A aula é necessária. O Detran está de parabéns também colocando tecnologia e mecanismos de controle da qualidade dos serviços das autoescolas, mas precisamos discutir nesta Casa, desamparados de qualquer interesse, uma lei em benefício da sociedade, preservando a segurança e a qualidade, mas estando em condições de colocar o serviço à disposição de todos os municípios do estado de Santa Catarina. É um começo de conversa necessária.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota.

(Pausa)

Na ausência do deputado Manoel Mota, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Aldo Schneider, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Saudando o presidente desta sessão, deputado Moacir Sopelsa, saúdo todos os srs. parlamentares, os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

É uma satisfação poder voltar a esta tribuna para relatar o trabalho que estamos desenvolvendo frente à comissão de Agricultura deste Parlamento. Entre tantas ações que já desenvolvemos frente àquela comissão, evidentemente todas amparadas pelos pares que a compõem, gostaria de abordar a audiência pública realizada no último dia 31 de maio, que falou sobre a questão dos produtos

orgânicos em Santa Catarina. Naquela audiência ficou convencionado, determinado, que se buscasse o envolvimento de todas as classes produtivas do estado e todas as instituições envolvidas na produção de produtos orgânicos.

A partir daquele momento definimos a data de 28 de junho, quando realizaremos um grande encontro envolvendo todos os setores que trabalham com esse segmento em Santa Catarina, principalmente aqueles que têm a capacidade de nos orientar acerca dos gargalos que existem no estado nesse tipo de cultura, para tentarmos transformar numa política pública estadual a questão, por exemplo, da redução do ICMS desses produtos orgânicos.

Juntamente com a comissão de Turismo e Meio Ambiente acordamos que, no próximo dia 28, teremos esse encontro para fixar um calendário de atividades que este Parlamento tomará à frente dessas questões.

Outro assunto que gostaria de relatar é que todos nós passamos por um momento complicado no setor da suinocultura catarinense e brasileira. Fomos procurados por diversos colegas deputados, pela Associação Catarinense de Criadores de Suínos, para que este Parlamento tome algum posicionamento com relação a esse momento que está vivendo a suinocultura catarinense.

Então, aprovamos, ontem, na comissão de Agricultura desta Casa, a oportunidade de debatermos esse assunto ainda este mês de junho, neste plenário, envolvendo toda a cadeia produtiva desse segmento em Santa Catarina. Logicamente que vamos ouvir todos os envolvidos nessa atividade no nosso estado, os agricultores, os sindicatos rurais, as indústrias, os sindicatos da carne, os técnicos governamentais, em nível de secretaria de estado da Agricultura, Cidasc, Epagri, enfim, todas as pessoas e órgãos envolvidos nessa questão.

Esperamos que, através desse debate, possamos fazer alguns encaminhamentos no que tange as ações governamentais, principalmente em nível de tributação, em nível de incentivo agrícola por parte da secretaria de estado da Agricultura, e as ações que o governo de Santa Catarina poderá adotar com relação a minimizar essa situação crítica que os suinocultores catarinenses estão vivendo.

Logicamente que, a partir dessa audiência pública, deveremos lavrar algum documento, lavrar as manifestações e levá-las ao ministério da Agricultura, em Brasília, e também ao ministério da Fazenda, porque toda essa questão do preço envolve ações governamentais por parte da União e do estado.

Então, eu gostaria de fazer referência a essa futura audiência pública que ocorrerá neste plenário, na próxima quarta-feira, e dizer a todos da importância que a carne representa para a economia catarinense, principalmente no seu aspecto da exportação. E, hoje, Santa Catarina é o maior produtor de carne suína brasileira.

Logicamente, que esse é um assunto que envolve muitas questões. E a Casa do Povo de Santa Catarina, que é a Assembleia Legislativa, tem como papel trazer para o debate essas questões, principalmente os gargalos, e logicamente, a partir daí, fazer alguns encaminhamentos.

Então, uso a tribuna, neste momento, exatamente para que todos estejam atentos para essa questão, porque não estamos somente falando sobre os nossos agricultores catarinenses que trabalham com essa

atividade. Estamos falando da economia catarinense, principalmente sobre aquilo que versa sobre o recolhimento do ICMS e também as questões dos encargos federais.

Era isso o que eu tinha a dizer. Mais uma vez, convido todos os colegas deputados para que, na próxima quarta-feira, possam prestigiar esse evento promovido pela comissão de Agricultura desta Casa.

Agradeço a atenção!

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Gostaria de aproveitar este horário para conversar um pouco sobre o tema que tem sido bastante debatido nesta Casa, a respeito de repasses de dinheiro do Fundeb etc.

Ontem, nesta Casa, o deputado Darci de Matos fez uma afirmação que não retrata a realidade dos fatos, em relação à inclusão ou não do Fundeb na base de cálculo. Inclusive, disse que isso teria partido de uma ação do PT, do deputado Neodi Saretta etc.

Em primeiro lugar, é bom esclarecer que o Fundeb é de 2007. Portanto, qualquer ação anterior a 2007, principalmente alguma lá dos anos de 90, 98 e 99, atingiria uma lei nova. Lei nova é lei nova.

Em segundo lugar, a cada ano o governo elabora um projeto de diretrizes orçamentárias que vem para esta Casa. Portanto, se o governo quiser, a cada ano ele bota um percentual diferente, interpreta diferentemente a fórmula de calcular a receita líquida disponível. E este Poder pode, por maioria, aprovar o que o governo traz a esta Casa ou então modificar, inclusive, essa questão dos percentuais.

Ao longo dos últimos anos houve alterações de percentuais. E estranha-me o fato de se alegar uma coisa lá de 1998 ou 1999, se percebemos, por exemplo, especificamente no caso da Assembleia Legislativa, que houve aumento do percentual de repasse em 2006, que houve aumento de percentual de repasse em 2010 e o mesmo acontecendo com outros Poderes.

Então, se algo estava incluído na base de cálculo, tirando ou não, a chave era o percentual que estava sendo repassado, e não haveria essa questão de aumento nos percentuais.

Outra questão importante, e é bom lembrar, é o momento em que as coisas acontecem. Por exemplo, agora o governo diz que economizou R\$ 900 milhões nesses primeiros meses. Será que não pode pegar um pouquinho desses milhõezinhos para fazer uma proposta de acordo e pagar o plano de carreira do Magistério?

Em segundo lugar, gostaria de dizer que nos últimos anos houve um incremento na arrecadação, mas quero me reportar aos anos de 1997 e 1998, anos duros inclusive da relação política desta Casa com o Executivo estadual, pois em 1997 houve um pedido de *impeachment* do governador e como reação o Executivo não queria repassar os recursos devidos aos poderes. E não repassava da forma correta.

Temos que lembrar que nos poderes, como por exemplo o Poder Judiciário, há as suas comarcas, os seus juizes, os seus servidores que atendem à população do estado inteiro, e muitos deputados pedem aqui para

haja mais comarcas, juizes, promotores, mais oficiais de Justiça, mas isso apenas se houver recursos. E nessa época o governo não queria repassar e não repassava o duodécimo da Assembleia. Em 1998, a pressão dos líderes, unânimes, desta Casa e a pressão unânime dos presidentes dos poderes era que se fizesse a ação para que o governo pudesse cumprir os dispositivos e repassar os recursos.

E revelo uma coisa a mais para a sociedade catarinense, que até hoje não foi revelada, que estava no conhecimento apenas de alguns assessores desta Casa. Houve, em 1998, uma proposta para que não se pagasse o 13º salário dos servidores desta Casa e destinasse aqueles recursos à manutenção de gabinetes. Mas este deputado, à época, na Presidência, não deixou isso acontecer. Fomos, sim, defender os interesses da sociedade catarinense, inclusive discutindo judicialmente com os demais poderes.

Portanto, era outro contexto da história, era um momento de retaliação, mas protegemos os servidores públicos, não deixamos que eles ficassem sem o seu 13º salário. E se isso acontecesse, deputado Sargento Amauri Soares, na Assembleia Legislativa, o não repasse iria ocasionar também o não pagamento no Poder Judiciário, no Ministério Público e no Tribunal de Contas. Então, esse equívoco cometido ontem na tribuna, pelo deputado Darci de Matos, que no mínimo pede uma retratação, precisa ser bem esclarecido. E outra questão fundamental, inclusive pesquisamos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, é que o governo somente passou a incluir o Fundeb na base de cálculo de retorno em 2007. Portanto, a discussão é justamente a partir de uma lei nova do Fundeb, que antes não existia.

Como é que uma ação de 1998 e 1999 pode determinar uma regra para uma lei de 2006 e 2007? Portanto, sr. presidente, é bom deixar isso esclarecido e, mais ainda, foi muito bom que fiz essa pergunta importante ao deputado Gelson Merisio, ontem, que tem conduzido esta Casa com tranquilidade e serenidade, se havia dinheiro da conta do Fundeb vindo para esta Casa, e o deputado deixou claro que não, porque isso realmente não pode.

Portanto, acho que temos que fazer o debate novamente nos seus verdadeiros termos, com a verdadeira discussão. Não podemos, neste momento, jogar servidor da Assembleia Legislativa contra servidor do Tribunal de Justiça ou servidor do Tribunal de Justiça contra servidor do Tribunal de Contas ou Ministério Público.

A verdadeira questão é cumprir a lei federal que determina o pagamento do piso do magistério e respeitar o plano de carreira. O governo tem condições de fazer isso, sim; deve fazer, sim, e não usar de subterfúgios, de ameaças a servidores e professores. Há dinheiro para isso, pode cumprir. E esta Casa já disse, através de diversos parlamentares, deputado Moacir Sopelsa, inclusive através da Mesa Diretora, liderada pelo seu presidente e vice-presidente, que está disposta a ver no que é possível contribuir e como podemos reduzir despesas possíveis, que não implique em paralisação dos serviços, em corte de salário de servidor - refiro-me àqueles legítimos e legais -, mas como podemos contribuir para que haja mais recursos no governo para atender às demandas dos servidores da sociedade catarinense e, neste momento, emergencialmente os professores.

Então, sr. presidente, eram essas as considerações que queríamos fazer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Neodi Saretta.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Apenas, sr. presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa do Sr. Sérgio Mengarda, secretário da Educação do município de Timbó, e também da sra. Márcia Rocha, diretora da Educação daquele município.

Sejam bem-vindos a este Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputada Ana Paula Lima. Feito o registro, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, o primeiro horário pertence ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Dado Chereim, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREIM - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL, da Rádio Alesc Digital, público aqui presente, funcionários e demais pessoas.

Assomo à tribuna na manhã de hoje, sr. presidente, para falar sobre três temas que considero de suma importância no nosso dia a dia.

Quero aqui, primeiramente, sr. presidente, parabenizar a cidade de Blumenau, especialmente o Hospital Santa Isabel, pois com todas as dificuldades que o Sistema Público de Saúde apresenta o hospital Santa Isabel, que também passa por dificuldades, é um exemplo a ser seguido por todos os demais. Falo isso porque na segunda-feira pela manhã foi apresentada ao sistema a nova emergência daquele hospital, que contou com a parceria do estado e também, neste momento difícil, do governo federal. Todos os recursos alocados naquele hospital, com certeza, servem de exemplo para os demais no modelo de gestão que apresenta e oferta à nossa comunidade. Ele não parou no tempo, foi buscar profissionais capacitados, olhou para frente e praticamente se vocacionou numa especialidade difícil, que é o transplante. Hoje, com certeza, srs. deputados, deputado Mauro de Nadal, v.exa. que se preocupa com os pequenos hospitais, aquele hospital é um exemplo para todos nós. Ele tem dificuldades, sim, mas está dando conta.

O estado alocou bastante recurso naquele hospital, o governo federal também, a comunidade tem participado efetivamente, e hoje ele é uma referência nacional. Vejam aí a captação de transplantes de rim e de fígado, exemplo para todo o Brasil.

O Hospital Santa Isabel soube passar por crises e dificuldades que ocorreram há muitos anos, dar a volta por cima e ser um exemplo de gestão, conveniado com a rede SUS. Não é um hospital privado. Tem as suas dificuldades, mas está dando exemplo.

Quero parabenizar todos aqueles profissionais que fazem daquele hospital um exemplo a ser seguido por aqueles que acreditam, sim, que o Sistema Público de Saúde é a melhor entrada para o atendimento da nossa população. E que sirva de exemplo para os demais.

Quero aqui também falar sobre a nossa audiência com o secretário César Grubba a respeito do índice de crimes no município de Camboriú, pois nos últimos cinco meses tivemos uma agudização do crime não apenas em Camboriú como também em Balneário

Camboriú, já que em cinco meses tivemos 25 assassinatos nos dois municípios, uma coisa que já foge do controle e está-se tornando epidêmica na região.

As pessoas estão falando que estão morrendo apenas os "coisas ruins" em acerto de contas com os traficantes, acertos de criminosos, enfim. Mas isso não é desculpa. Isso assusta a população e faz com que a população fique insegura diante dessa demanda tão violenta. E mais do que nunca, num momento agudo, num processo agudo de uma doença, tem-se, sim, que contar com a presença daquele que sabe fazer o tratamento curativo, emergencial e necessário. E com certeza eu não esperava outra coisa do secretário da Segurança senão um pronto atendimento para a nossa região.

Tivemos o compromisso do secretário e de toda sua equipe em dar uma atenção especial, principalmente no policiamento ostensivo, neste momento em que estamos correndo atrás desse processo. E a médio prazo, srs. deputados, precisamos tentar buscar com o governo federal uma unidade fixa naquele município, uma unidade maior, que possa dar mais tranquilidade à população. Aumentará o efetivo. E estão contratando agora 500 novos policiais, e novas viaturas serão compradas para a região. Terão, ainda, câmeras de vigilância para fazer o trabalho preventivo, para ajudar no trabalho da Polícia Militar.

Quero aqui em nome da prefeitura de Camboriú, em nome do município de Balneário Camboriú, fazer um agradecimento à equipe da secretaria da Segurança Pública pela maneira como atendeu a todos os vereadores que vieram de todas as vertentes políticas para participar daquela audiência mostrando que a maturidade política sobressai em momentos de dificuldades.

Parabéns à secretaria da Segurança Pública e aos vereadores do município de Camboriú, que com certeza estão conseguindo fazer a sua representação cada vez mais digna.

Quero também, srs. deputados, sra. deputada-presidente, e é uma honra v.exa. estar na Presidência no dia de hoje, deputada Ana Paula Lima, dizer que as mulheres estão mandando no Brasil. Veja agora o trio que manda no Brasil: a senadora Gleise Hoffmann, a ex-senadora Ideli Salvatti e a presidente Dilma Rousseff. E temos aqui uma mulher comandando a Assembleia Legislativa. Mas quero, ainda, sra. presidente, falar um pouco sobre ensino médio e tecnologia de inovação.

Pela experiência que tive principalmente em debates políticos, em debates eleitorais, tenho notado uma nova mudança na mentalidade do jovem, principalmente aquele jovem que está frustrado de fazer o ensino médio sem ter perspectiva futura de um emprego diferenciado, pois não tem condições de pagar um bom cursinho, de fazer uma boa escola e acaba muitas vezes por ter que se sujeitar a uma universidade particular e desencanta-se. Primeiramente porque não há dinheiro para pagar a universidade. Em segundo lugar, qual é a perspectiva da mesmice dos empregos que são ofertados hoje pelas universidades privadas?

No meu tempo, quando fiz vestibular, falava-se em faculdade de Direito, faculdade de Medicina, faculdade de Odontologia, Administração, Engenharia. Hoje, não, o jovem fala em automatização, em robótica, em desenvolvimento do *software*, na tecnologia da inovação, num mundo *linkado*, informatizado pela *internet* virtual e real. Esse é o mundo do jovem de hoje. E mais do que nunca temos que

ter uma alternativa para o jovem. Temos que ofertar uma perspectiva real de um bom emprego quando ele acabar o ensino médio e não esperar cursar uma faculdade ou ainda outras ofertas marginalizadas que caíam no seu colo, em suas mãos, desviando os jovens daquilo que ele acredita e sonha.

Penso que os jovens estão desencantados, porque não há mais esperança; eles não conseguem mais enxergar um mundo diferente de perspectivas boas na sua frente, a não ser um subemprego e aquela mesmice das profissões de hoje.

Por isso, srs. deputados, sra. deputada, vou fazer uma proposta a esta Casa, à comissão de Educação. Temos que fazer com que o nosso jovem possa fazer um curso profissionalizante no ensino médio do estado, numa parceria com a secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável, a secretaria da Educação e a Acate - Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia -, presidida pelo nosso amigo Rui Luiz Gonçalves, que é um exemplo. Quem conhece a Acate sabe do que estou falando, porque o jovem com quatro, seis, sete anos de idade já está aprendendo robótica, já está fazendo incubadoras em tecnologia de inovação.

Essa é a profissão do jovem. É isso que o jovem quer hoje. O jovem quer ter o seu dinheiro para poder comprar a sua calça jeans, o seu tênis, o seu *iPhone*, o seu *iPad*, poder ir ao cinema com a namorada, comer uma pizza. É isso que o jovem quer, ele quer poder trabalhar, dar dignidade e sentido para a sua vida.

Por isso, sra. presidente, estou propondo que o governo do estado, juntamente com a secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável, comece a apresentar propostas de ensino médio junto com tecnologia de inovação, para que o jovem possa ter um emprego, um curso de tecnologia, um curso de tecnólogo, sem esperar para cursar uma faculdade cara e muitas vezes sem graça para a profissão, para o mundo que vivemos no dia de hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -Muito obrigada, deputado Dado Cherem.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Mauro de Nadal, que irá dividir seu tempo com o deputado Moacir Sopelsa. Srs. deputados, v.exas. dispõem de 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sra. presidente, srs. deputados. Cumprimento de forma carinhosa os telespectadores que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Primeiramente quero ressaltar o importante trabalho que o nosso presidente da comissão de Agricultura vem fazendo neste Parlamento. Ele tem dado agilidade àquilo que são os pleitos dos nossos agricultores e também das entidades ligadas à categoria.

Na semana que passou o deputado Moacir Sopelsa também foi autor de um requerimento que subscrevi, solicitando uma audiência pública para discutirmos neste Parlamento a situação que vive o suinocultor do estado catarinense. Sabemos das dificuldades enormes que eles vêm enfrentando, as dificuldades que as agroindústrias catarinenses, ligadas a esse setor, vêm enfrentando.

Entendo que este Parlamento, os deputados da Assembleia Catarinense, tem muito a contribuir para tentarmos alguns encaminhamentos que vão ao encontro daquilo que são as necessidades hoje vivenciadas pelos nossos criadores de suínos e pelas nossas agroindústrias.

Tive uma feliz notícia na tarde de ontem, dando conta de que uma das grandes dificuldades enfrentadas por Santa Catarina era a busca do milho, principalmente para a fabricação da ração para o trato de aves e suínos do estado de Santa Catarina. Ontem tomamos conhecimento de que a Conab agora liberou os estoques do Mato Grosso, aquilo que em Santa Catarina já estava deficitário.

Então vejo, sr. presidente, o bom encaminhamento de v.exa. nessa linha de trabalho. A agricultura catarinense está aplaudindo aquilo que o Parlamento catarinense vem fazendo graças à sua dedicação.

Outro assunto que me traz à tribuna esta manhã é uma preocupação que temos no extremo oeste na rodovia BR-282, entroncamento com a rodovia BR-158. Há dias atrás requeri, através de uma indicação, ao DNIT estudos para modificar o trevo daquela localidade, no município de Maravilha.

Até trouxe um pequeno vídeo para mostrar o quanto está difícil para os caminhões principalmente conseguir fazer o deslocamento de uma rodovia para outra.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Causou-me estranheza, srs. deputados, a forma com que o DNIT vem tratando esse assunto. Parece que é de menos importância, até porque percebemos a preocupação do DNIT na recuperação de toda essa malha viária no estado de Santa Catarina, mas esse ponto é crítico e merece uma atenção toda especial.

E a resposta que me foi formulada, através do DNIT, foi de que para melhorar esse problema, que podemos acompanhar no vídeo, vai ser colocada uma parada central nesse trevo. Esse trevo dá acesso ao Rio Grande do Sul e também é o meio de ligação do Rio Grande do Sul com o Mato Grosso e com toda essa região do Paraná. Também é o único meio de acessar o extremo oeste de Santa Catarina, com um caminho ligando à Foz do Iguaçu. Então, é uma via muito utilizada inclusive por turistas que por ali se deslocam.

Percebemos que essa parada central em nada vai resolver esse problema. Portanto, solicitaremos uma audiência em Brasília, com o ministro dos Transportes, quando levaremos autoridades da região para que possamos discutir de forma diferenciada esse trevo, até porque da forma como querem fazer não vamos conseguir resolver o problema. E não é somente isso, temos um problema também na BR-158, que trata do acesso a uma grande empresa da agroindústria, à fábrica de rações da Aurora, que está situada em Cunha Porã.

Adentram a essa fábrica em torno de 80, 90 caminhões por dia com matéria prima, e há também os caminhões que saem com as rações. E não se está dando a consideração necessária condizente com a realidade dessa rodovia. E acredito que precisa acontecer, quem sabe, um grande acidente para que daí as pessoas se sensibilizem e possam fazer essas modificações tão necessárias para a região.

A região vem se desenvolvendo muito, principalmente na agricultura. Há empresas instalando-se na região. E esse desenvolvimento chama melhorias. Por isso, estamos lutando justamente para que as melhorias aconteçam, para que as pessoas se

sintam seguras ao trafegar tanto na BR-158 quanto na BR-282.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizá-lo. Realmente, v.exa. tem-se manifestado sempre sobre essa questão, já através de indicações, de proposições apresentadas nesta Casa. V.Exa. falou bem quando disse que a situação é de um desastre anunciado.

Sabemos da situação nesse entroncamento, e as autoridades todas têm conhecimento de que se não forem adotadas providências, como iluminação e construção de um novo trevo de forma giratória, poderá ocorrer um acidente de grandes proporções, prejudicando todo o tráfego na região, principalmente os acessos à área industrial de Maravilha. Então a sua preocupação é muito prudente.

É importante que as autoridades que já receberam a sua manifestação escutem esses anseios e atendam às reivindicações, por uma questão de segurança no trânsito.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Obrigado, deputado.

Não vejo alternativa a não ser a construção de um trevo, em formato de rótula, no encontro da BR-282 com a BR-158. Qualquer outro meio de melhoria vai ser paliativo. Não vai resolver o problema. Mas o problema também se relaciona com a problemática do acesso à fábrica de rações da Aurora, porque ali há um perigo iminente. Mas acredito que vamos conseguir avançar, até porque o DNIT tem dado uma atenção toda especial a vários pontos críticos nas rodovias federais de Santa Catarina.

Existe uma briga incessante dos parlamentares pela BR-101, mas nós, do oeste, temos que reivindicar o que é necessário para aquele povo continuar produzindo e acima de tudo para que o empresário catarinense que lá tem desejo de investir possa ter segurança para deslocar a sua produção, o lucro do seu trabalho.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO O ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Obrigada, deputado.

Ainda dentro do espaço destinado ao PMDB, com a palavra o deputado Moacir Sopesla.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, srs. deputados e sras. deputadas, inicialmente gostaria de cumprimentar o deputado Sargento Amauri Soares por dois assuntos que abordou nesta manhã. Felizmente houve entendimento entre os servidores da Saúde, o secretário da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, e o governo do estado. Acho que é o que todo mundo quer. Os funcionários querem, o governo quer. Então, que bom quando acontece esse entendimento.

Também conheço o pleito de v.exa., registrado repetidas vezes nesta tribuna, em favor da Polícia Militar, da categoria à qual v.exa. pertence. Hoje é deputado, mas quando deixar de ser, tomara que nunca deixe, certamente voltará à sua carreira de militar.

Quero abordar também o assunto das autoescolas, pois queremos um bom atendimento, uma autoescola estruturada, que ofereça garantias e segurança àqueles que precisam. Mas também não queremos que o usuário fique preso a um único grupo de autoescolas. Então, temos que tratar isso com muita consciência, seriedade e fazermos, sim,

o edital de concorrência, para que tenhamos autoescolas estruturadas, com capacitação para formar seus alunos. V.Exa. pode contar com o apoio deste deputado. Vamos trabalhar nessa direção para que isso possa acontecer.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Caro deputado, quero dizer que do projeto que está em discussão na comissão de Constituição e Justiça são autores este deputado, o deputado Aldo Schneider, o deputado Maurício Eskudlark. E cada vez mais estamos chegando perto de um acordo com relação ao assunto. Fico muito feliz que v.exa., um deputado experiente e nosso vice-presidente, também tenha esse entendimento.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Gostaria de me solidarizar com v.exa. e dizer que todo o nosso trabalho envolvendo essa causa será imparcial e com qualidade. Lideramos esse processo juntamente com outros colegas deputados junto a todos os órgãos governamentais e provocamos o Ministério Público para que esse termo de ajuste de conduta fosse efetivamente feito, mas tenho que reconhecer que o próprio edital tem alguns encaminhamentos que precisamos rever.

É um eterno caminhar, porque até pouco tempo era impossível falar em edital público de licitação, mas agora já está virando realidade, com as suas dificuldades, com certeza. Mas, com essa audiência pública que será realizada nesta Casa no dia 28, que versará sobre esse tema, acredito que vai chegar o momento de corrigir as distorções nos editais.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputada Ana Paula Lima, a cidade de Blumenau é grande consumidora de carne suína, principalmente de Joelho, usado naquele prato típico de Joelho com repolho roxo. E esperamos que Blumenau consuma mais ainda a carne suína, para podermos sair, deputado Sargento Amauri Soares, dessa crise, aliás, não somente Blumenau, mas Florianópolis e todo o país. Essa crise, sem dúvida, está obrigando dezenas, centenas de produtores a deixar a sua atividade, porque não conseguem sobreviver com o preço que está sendo pago pelo suíno. E há que se dizer a verdade: não é culpa do produtor. Ele foi incentivado a produzir. Foi dito para ele que produzisse, porque haveria consumo, exportação. Enfim, incentivou-se esse produtor e, hoje, ele não consegue sequer dar uma vida digna para a sua família. Aliás, ele está-se endividando. Muitos produtores estão perdendo o patrimônio numa atividade que há alguns anos era a mais importante de Santa Catarina. Hoje, se ela não é a mais importante do estado, é ainda uma das mais importantes para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

Na quarta-feira, vamos discutir alguns encaminhamentos, com a participação do governo do estado, que já está dando a sua contribuição. Mas, especialmente, precisamos da contribuição do governo federal. Precisamos ter essa determinação para valorizar e salvar algumas das famílias que ainda acreditam, que ainda têm persistência e que querem permanecer no campo desenvolvendo essa atividade.

Então, vamos aproveitar o alcance da TVAL, da Rádio Alesc Digital, para convidar todas as pessoas interessadas para estarem aqui, na quarta-feira, no sentido de buscar um encaminhamento que possa auxiliar e minimizar o sofrimento dessas pessoas que contribuíram tanto para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

Lamento o que está acontecendo, porque são pessoas que dedicaram uma vida toda, deputado Maurício Eskudlark, a essa atividade e choram ao dizer que vão abandonar a atividade, porque não conseguem mais suportar o trabalho numa atividade com tantos altos e baixos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Obrigada, deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Deputado Moacir Sopesla, passo a Presidência para v.exa. para poder usar a tribuna no horário destinado ao meu partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesla) - Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital e que nos dá a honra de presenciar esta sessão, neste Parlamento.

Sr. presidente, muitos assuntos foram debatidos durante esta semana, mas não tive oportunidade de falar da vinda da presidente Dilma Rousseff ao estado, principalmente à região do vale do Itajaí, especificamente Blumenau, onde foi inaugurado o empreendimento Minha Casa, Minha Vida, um projeto grandiosíssimo, fabuloso, do governo federal, deputado Dirceu Dresch, ainda da época do então presidente Lula.

Realmente, o sonho de qualquer pessoa é ter uma casa, um local seguro para poder abrigar os seus familiares e filhos. Esse é o sonho de qualquer um.

Na nossa região, na catástrofe de 2008, muitas pessoas sofreram. Houve aquelas que perderam a vida, que perderam familiares e que perderam também suas casas. Na cidade de Blumenau, casas foram construídas através do Programa Minha Casa, Minha Vida. Totalizando o número de 2.024 casas, até o momento estão sendo construídas nos terrenos comprados com o dinheiro depositado pelo povo brasileiro na conta da Defesa Civil. E este Parlamento votou para que uma parte desses recursos fosse para comprar esses terrenos.

Dessa forma a presidente Dilma Rousseff veio inaugurar esse empreendimento que teve parceria da Caixa Econômica Federal, da prefeitura municipal de Blumenau, sendo que esta apenas teve parceria na escolha das famílias e numa propaganda enganosa, porque a meu ver primeiro queria ficar dona do empreendimento, mas teve que se curvar à determinação principalmente da Caixa Econômica, uma vez que o grande montante dos recursos para esse empreendimento foi do governo federal.

Agora, o que temos que resolver em Blumenau, deputado Ismael dos Santos, é a compra dos outros terrenos que estão ilegais, que o prefeito comprou com o dinheiro depositado pelo povo brasileiro, a exemplo do terreno na rua Silvano Cândido da Silva, inclusive próximo de onde residio, que se trata da massa falida da Sulfabril. Então, as pessoas não podem mais esperar tanto tempo para que

essa demanda seja resolvida. Precisamos, sim, se aquele terreno não estiver de acordo, comprar outro. Precisamos que os recursos federais estejam disponíveis para a construção dessas casas.

Ficamos muito felizes com a presidente Dilma Rousseff, que também deu a sua palavra de honra sobre uma coisa que estamos trabalhando há muito tempo, a duplicação da BR-470, e para isso se está fazendo um esforço junto à bancada federal, ao Fórum Catarinense no Congresso Nacional, à ex-senadora Ideli Salvatti, hoje ministra de Relações Institucionais. Um conjunto de pessoas está trabalhando há muito tempo na duplicação da BR-470. E aqui, em Santa Catarina, quero elogiar o DNIT, na pessoa do sr. João José dos Santos, que tem feito um esforço grande ouvindo todas as entidades.

Realizamos as audiências públicas e agora, sim, estamos com o estudo do impacto ambiental e a licitação para ainda este ano e com a palavra de honra da nossa presidente de que essa via será duplicada, num primeiro momento no trecho de Navegantes até Indaial e num segundo momento no restante da BR-470, que precisa, sim, de uma vez por todas ser duplicada. Esse é um clamor daquela comunidade, principalmente porque ali escoia toda a produção do oeste de Santa Catarina para os nossos portos e aeroportos.

Divido o meu tempo com o deputado Dirceu Dresch, sr. presidente, que fará uso dos próximos seis minutos para concluir o seu pensamento.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado ao PT, com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima. E cumprimento v. exa. pelo discurso sobre esse grande evento que aconteceu em Blumenau, com a presença da presidente Dilma Rousseff. Essa é uma política já implantada pelo ex-presidente Lula da Silva, no sentido de estar presente nas regiões conhecendo, ouvindo e implantando políticas públicas.

Quero aproveitar esse espaço, deputada Ana Paula Lima, para falar sobre a PEC da Casan que veio para esta Casa. Este Parlamento aprovou uma emenda constitucional importantíssima, deputado Sargento Amauri Soares: para vender uma estatal é preciso um plebiscito, é preciso ouvir a sociedade sobre isso. E agora o governador encaminha para cá uma PEC mudando essa lógica e já encaminha o PL para a venda de 49% das ações da Casan.

Somos radicalmente contra isso. Queremos deixar muito claro aqui que o patrimônio público não pode ser vendido, e nesse caso trata-se de uma das únicas ou a única empresa catarinense que é pública ainda. Existem ações e elas estão nas mãos de outras empresas públicas do estado, como a SCGás e outras.

Então, queremos externar a nossa opinião. E queremos dizer, sim, que há contradição nos dados, no período do final de ano, do ex-presidente Walmar De Luca e do atual presidente Dalirio Beber. Aí, deputado Sargento Amauri Soares, deputada Ana Paula Lima e sr. presidente, já começa uma contradição de números, de dados e de informações. E a pergunta é a seguinte: dividir lucros para os diretores, contradição nos dados, nas informações, é ou foi intencional? De fato, justificar uma má gestão da empresa, não temos dúvida disso, é o que temos visto.

Em segundo lugar, há interesse de vender essa empresa tão importante para Santa Catarina.

Srs. deputados, acabo de sair do segundo encontro brasileiro que está discutindo a questão do saneamento básico. Hoje, são feitos altos estudos na área do saneamento básico, na perspectiva de se discutir o sistema no nosso país. E Santa Catarina, infelizmente, é um estado que está na rabeira, está por último nas questões de tratamento de esgoto, de saneamento básico.

Felizmente, com o PAC 1 e com o PAC 2, teremos um investimento importante para todos os nossos municípios na área do saneamento básico. É uma necessidade que o país tem. E como Santa Catarina passa um pouco dos 10% no tratamento de esgoto, então, precisa de grandes investimentos.

Portanto, essa empresa é importante na perspectiva de fazer investimentos de recursos públicos. Agora, o caminho não é vender essas empresas. Temos o exemplo da Celesc, em que a iniciativa privada quer tirar, não quer investir. A empresa está sucateada, está sem condições. No caso da Celesc, foi realizada uma audiência pública alguns dias atrás e ficou claro isso na avaliação das regiões.

Estivemos em todas as regiões do estado onde há problemas. E ontem, na comissão de Agricultura, chegaram vários documentos, um deles da Câmara de Vereadores, ocasião em que foi levantada essa questão da condição da energia elétrica para o desenvolvimento da nossa agricultura.

Então, está claro que não resolve privatizar, não resolve vender, porque a iniciativa privada não vai investir, de qualquer forma, na estruturação do saneamento, principalmente na questão da água do estado de Santa Catarina. E o que é preciso fazer? Uma gestão séria nessa empresa, uma gestão comprometida com o desenvolvimento do nosso estado.

Parece-me que mais uma vez estão sendo feitos acordos, mas que acordos são esses? Justamente vender, no primeiro semestre do governo de Raimundo Colombo, parte dessa empresa importante. Que acordos são esses? São acordos eleitorais. O que aconteceu de fato para vir de forma tão rápida, no atual governo, a venda da estatal?

É uma estratégia que o PSDB usou na venda e na terceirização da alimentação escolar e outros setores do estado. É uma estratégia do partido que está hoje na direção da Casan de privatizar, de vender patrimônio público. E essa pergunta tem que ser respondida por esta Casa.

Com certeza será feito um grande debate nesta Casa. Vamos discutir com os trabalhadores para saber por que essa empresa está nessa situação e vamos discutir com a sociedade catarinense sobre a perspectiva de uma empresa pública.

Tivemos essa situação no país, em que era para ser vendido o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Petrobras, mas, felizmente, conseguimos impedir isso e hoje essas empresas estão contribuindo, e muito, para o desenvolvimento do Brasil.

Não é verdade que a privatização, que a terceirização, que a iniciativa privada resolverá esses grandes gargalos. As empresas públicas é que poderão, com gestão séria, com investimento, com estratégia, cumprir essa função, para que não sejam privatizadas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Embora sejam apenas 10h30 e como temos apenas requerimentos, passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0353/2011, de autoria do deputado Ciro Roza, e 0354/2011 e 0355/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s: 0754/2011, 0755/2011 e 0756/2011, de autoria do deputado Ciro Roza; 0757/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0758/2011, de autoria do Edison Andrino, e 0759/2011, de autoria da deputada Angela Albino.

Requerimento n. 0760/2011, de autoria da deputada Angela Albino, que solicita o envio de mensagem telegráfica à presidente da República, ao presidente do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, pedindo para que seja estabelecido, em norma federal, o piso salarial nacional para os vigilantes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0055/2001, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada à presidente da República, às ministras da Casa Civil e da secretaria das Relações Institucionais e ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, pedindo apoio à condução do desembargador Marco Aurélio Gastaldi Buzzi ao Superior Tribunal de Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0069/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado ao secretário da Administração, solicitando esclarecimentos sobre o número total de contratações efetuadas pelo estado nos últimos dez anos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Retornando, sr. presidente, para dar continuidade à questão das falas, quero dizer que tomei conhecimento hoje, através de uma notícia do *Diário Catarinense*, deputados Dirceu Dresch e Neodii Saretta, de que o PSD está sendo investigado pelo Ministério Público porque tem, em suas fichas de filiação, gente morta.

(O deputado Ismael dos Santos fala fora do microfone.)

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Deputado Ismael dos Santos, v. exa. está falando aí da sua mesa, mas é isso que está

no *Diário Catarinense*. Não me aprofundi no assunto, porque se me aprofundar, verei que é um caso sério. Aconteceu lá em São Paulo, deputado. Não fui eu que vi. Não investiguei nada. Estou repassando uma notícia. Não fique nervoso. Mas em Santa Catarina parece-me que também acontece isso, deputado.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Concedo 30 segundos a v.exa.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputada, somente questiono a relevância do tema. Em meio a 500 mil nomes, se apareceram dois nomes de pessoas falecidas, claro que têm que ser investigado. Agora, não dá para questionar o partido por causa dessa questão.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - É claro, deputado Ismael dos Santos. Acharam dois nomes, mas alguém assinou essa ficha. Quem assinou a ficha dessa gente morta? Se fazem isso para constituir um partido, na época da eleição também vai ocorrer. Então, é bom o Ministério Público investigar essa situação.

Srs. deputados, quero falar também sobre a greve de Blumenau, que teve seu fim, e dar parabéns a essa categoria de servidores da qual também faço parte, pois sou enfermeira concursada da prefeitura municipal de Blumenau há mais de 20 anos, com ficha profissional de trabalhadora da área da Saúde, que esteve durante dez dias reivindicando não somente as questões salariais como também melhores condições de trabalho.

Ontem, então, findou a greve e quero dar parabéns ao comando de greve, que foi sensato em suas negociações, sendo montada uma comissão para acompanhamento das negociações com a prefeitura municipal para enfatizar que são necessárias melhores condições de trabalho e de investimentos, principalmente na área da Saúde e da Educação.

Não é concebível, por exemplo, que na educação infantil não haja material pedagógico para trabalhar com as crianças, e na área da Saúde, a qual domino com mais intensidade, não haja material de expediente nos postos de saúde para dar atendimento à população, como luvas, medicação etc. É isso que está faltando nos postos de saúde de Blumenau.

Então, esse foi o entendimento e haverá essa comissão para acompanhar. Parabéns a todos que estiveram envolvidos, que agora voltaram aos seus locais de trabalho, mas estejam sempre vigilantes a essas questões. Parabéns à Câmara de Vereadores, que intercedeu nesse momento tão crucial das negociações.

Quero também abordar um tema de extrema importância com relação ao empreendedor individual, um programa entre tantos outros maravilhosos do governo federal, que é a ferramenta de inclusão de milhares de brasileiros no mercado de trabalho formal.

O empreendedor individual também apresenta resultados muito positivos em nosso país. Até o início deste mês de junho já foram formalizadas quase 1,2 milhão de pessoas, através do projeto de empreendimento individual. Em nosso estado, um dos estados de destaque na formalização, há 40.084 formalizações no empreendimento individual. São pessoas que saíram do anonimato, que investiram no seu próprio negócio e que agora são consideradas empresárias, empreendedoras, inseridas inclusive no nosso mercado de trabalho.

Mais de 400 atividades já estão contempladas nessa categoria de empreendedor individual. E entre outros benefícios que proporciono, destacamos a cobertura previdenciária e as linhas de crédito especiais que agora existem, além da possibilidade de participar de licitações públicas.

O mais importante disso tudo é a inclusão social dessas pessoas no mercado de trabalho. Esse programa foi criado pelo governo do presidente Lula e agora ganha um novo fôlego com a presidente da República, Dilma Rousseff, que reduziu a alíquota previdenciária de 11% para 5%. Que coisa maravilhosa para o empreendedorismo individual!

Essa iniciativa demonstra a grande preocupação do governo federal com a questão social dos brasileiros, retirando, assim, milhares de pessoas da informalidade, milhares trabalhadores que até então não existiam no contexto socioeconômico do nosso país.

Parabéns ao governo federal por mais essa iniciativa que tem demonstrado números muito significativos para o nosso país.

Outro tema que me traz a esta tribuna, sr. presidente e srs. deputados, diz respeito ao fato de que desde o dia 6 de maio o país está integrado na campanha do desarmamento, promovida pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, cujo objetivo é recolher o maior número de armas de fogo em poder da população civil, para evitar tragédias como a que aconteceu no Rio de Janeiro, que todos têm conhecimento, quando no mês de abril mais de uma dezena de crianças foi morta a tiros por um ex-aluno daquela escola. Foi um verdadeiro massacre.

Faço essa introdução para chegar a um assunto que deve ser inclusive ressaltado e divulgado, para que outros municípios do nosso estado possam também realizar. É um exemplo maravilhoso adotado pelas escolas do município de Camboriú, cuja prefeita, sra. Luzia Lourdes Coppi Mathias, não é do meu partido, é do PSDB. E quero enaltecer a sua iniciativa porque incentiva o desarmamento infantil em troca de livros e gibis.

Afastar a violência das brincadeiras e da realidade das crianças é inspiração para um projeto de desarmamento infantil no município de Camboriú, que começou este mês. A proposta é trocar as réplicas de armas de fogo, as espadas, o cerol que era colocado nos fios das pipas, por livros e revistas em quadrinhos que foram doados por empresários daquele município, daquela região.

A campanha encabeçada pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em parceria com a secretaria de Assistência Social e o Núcleo de Prevenção às Drogas e Pedofilia, é direcionada a crianças de seis a 11 anos e está na fase de conscientização.

Então, os brinquedos dessas crianças, que são as réplicas de armas, vendidos em diversas lojas do nosso estado, do nosso país, serão trocados, em Camboriú, por livros e gibis. É uma Cidade com 62.300 habitantes. Inclusive, o número de assassinatos registrados em 2010, em

Camboriú, foi de 38,53% para cada 100 mil habitantes. Mais do que a média do Rio de Janeiro, srs. deputados. Em Camboriú, cidade vizinha a Balneário Camboriú, é maior a média de assassinatos do que no Rio de Janeiro, percentualmente. Foram registrados 25,47 homicídios para cada 100 mil habitantes, no ano passado. Este ano esse índice já aumentou.

Fica assim, então, o nosso registro, sr. presidente, que serve como exemplo para outros municípios do estado. Afinal, temos que conscientizar as nossas crianças, os nossos adolescentes, contra o desarmamento. Se não conseguimos sensibilizar os adultos do nosso país, em Camboriú já estão sendo conscientizadas as crianças e os adolescentes para o desarmamento. É um passo fundamental para que tenhamos, futuramente, uma geração permeada pela paz, pela tranquilidade e também pelo equilíbrio.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Mauricio Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, tenho vários assuntos positivos para falar.

A Unoesc, *campus* de São Miguel d'Oeste, através do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, que foi selecionado, entre mais de 500 cursos, em nível de Brasil, ficou entre as 20 escolhidas para disputar um prêmio nacional da Rede Globo, que será transmitido ao vivo, no próximo domingo. Esses 20 cursos selecionados estarão disputando a seleção final, sendo que aquele curso que for escolhido receberá um prêmio de R\$ 500 mil para que consiga aplicar o projeto apresentado.

Estão de parabéns São Miguel d'Oeste e a Unoesc, que orgulha o nosso estado, a nossa região, pois com esse curso vai demonstrar o potencial e a qualidade da formação do estado de Santa Catarina.

Acredito que toda a comunidade acompanhará esse evento no próximo domingo, mas é importante que torçamos nesse sentido, já que a sociedade catarinense estará mobilizada nesse projeto.

Não iria falar sobre a questão de algumas filiações feitas de forma irregular no registro do PSD, pois tenho outros assuntos importantes a tratar, mas já que a deputada Ana Paula Lima tocou nesse assunto, vou dizer alguma coisa a respeito. Infelizmente, temos bons e maus cidadãos em todos os partidos, em todas as atividades. Se fôssemos falar de tudo, teríamos que falar de Benedita da Silva, dos 40 do mensalão, de Delúbio Soares e de Antônio Palocci. Até acho que se Antônio Palocci explicasse como enriqueceu tanto em quatro anos cairia o governo. Antônio Palocci saiu do governo para não o derrubar, porque esse enriquecimento fatalmente é fruto de ingerência junto a ministérios e a empresas. E aí, sim, a situação ficaria muito complicada.

Então, temos que apurar essa irregularidade, assim como temos que apurar todas as irregularidades que ocorram em qualquer órgão público, em qualquer repartição.

Portanto, somos favoráveis e não aceitamos irregularidades. O partido não precisa disso. Pessoas de má índole são indesejáveis lá e serão, certamente, excluídas. E a comissão de Ética vai apurar isso. Esperamos que o Ministério Público, as autoridades e o Judiciário tomem as providências, porque o Brasil precisa passar por esse novo momento de, efetivamente, valorizar a conduta. Hoje, como dizia Rui Barbosa, continuamos naquela situação em que o perigoso ainda é ser justo.

Queremos registrar também o empenho, já que acompanhamos pessoalmente, do governador Raimundo Colombo para a solução da greve dos professores. Gostaria de dizer da sensibilidade e da preocupação do governador em buscar o melhor encaminhamento, a melhor saída.

Ao conversar, no último final de semana, com professores do município de Abelardo Luz, numa grande reunião no sábado à tarde, pude sentir a mobilização, o anseio dos professores, a vontade de dar uma educação de melhor qualidade, a preocupação com o ambiente escolar. Enfim, a preocupação não apenas com a questão salarial.

Sei que há essa preocupação por parte do governador. Como administrador público que fui nos últimos 30 anos, sei como a pessoa se sente quando gostaria de fazer mais e o orçamento não permite. A legislação, que tem que ser zelosa no gasto público, acaba engessando, muitas vezes, o bom administrador. E tudo isso causa uma frustração naquele que queria dar muito mais ao seu povo, ao seu servidor e à sua população.

Concordo com o deputado Dirceu Dresch. Acho um absurdo uma empresa pública, ou não, distribuir lucros enquanto não tiver 100% de toda a população atendida. Não há lucro, se ela tem problemas a resolver, se há tantos municípios precisando de investimentos. A questão da água, certamente, ainda precisa ser muito estudada e trabalhada, porque é o grande problema da humanidade para os próximos anos. Então, sabemos que o presidente Dalírio Beber, o governo do estado e a Casan necessitam ser zelosos e preocupados com os projetos.

Ontem, estivemos na Casan conversando com o presidente e acompanhando o padre Wilson Groh e também o sr. Elvío, que é um dos coordenadores do trabalho do padre Wilson Groh, porque este ano a caixa d'água da Casan no Mont Serrat, no centro da cidade, completará 100 anos em Florianópolis. E o padre Wilson Groh quer fazer uma revitalização urbana do local para que aquela comunidade próxima possa utilizar aquele patrimônio público. Então, além de atender a toda Florianópolis, que também possa ser uma área utilizada pela comunidade de Mont Serrat.

Assim, é muito importante esse projeto. E sabemos que a Casan está procurando o melhor caminho, porque a comunidade catarinense precisa disso.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado Maurício Eskudlark, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento.

Primeiro, gostaria de falar sobre a questão que o senhor abordou no início. O PSD precisa justificar, de fato, o que aconteceu. E estamos fazendo a nossa parte.

A segunda questão é sobre a distribuição de lucros de uma empresa pública. Acho isso totalmente equivocado, porque os dirigentes recebem para prestar um serviço. É a mesma coisa o que estamos debatendo aqui sobre a aposentadoria dos ex-governadores, a aposentadoria que foi aprovada nesta Casa de deputados que são funcionários públicos.

Então, entendemos que o trabalhador, ou que quem foi eleito, ou mesmo o trabalhador do serviço público ou o diretor de uma empresa estatal, está recebendo para prestar um serviço e não se pode tornar um peso para a sociedade. Temos que fazer justiça e mudar isso com urgência.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Concordo com o fato de que, se a empresa pública tem lucro, esse lucro é da população e não se pode distribuir entre gestores, entre administradores.

Também quero reforçar o trabalho, e que foi aqui citado pela deputada Ana Paula Lima, realizado em Camboriú. Encontramos naquele município, nos anos de 2009 e 2010, uma situação muito grave nos índices de criminalidade, principalmente de homicídios, e conseguimos montar uma força-tarefa, aproximar a comunidade, a Polícia e os órgãos de Segurança. Levamos para lá toda a equipe do Bope da capital, que realizou um brilhante trabalho, e conseguimos, com isso, conter um pouco os índices de criminalidade, principalmente de homicídios. Infelizmente, agora houve um aumento, mas tenho certeza de que com as novas ações dará para reduzir esses índices.

Também quero registrar outro assunto aqui, e até trouxe um histórico sobre Itajaí, município que deu origem a Blumenau, e poucos sabem disso. Eu iria falar sobre a luta do seu povo, mas, infelizmente, como o tempo é curto, não dará para abordar a passagem do aniversário do município.

Quero parabenizar a Univali e a Fepevi, onde tive o orgulho de me formar. Foi em Itajaí que nasceu a minha filha, e não vou dizer o ano porque daí ela vai brigar. Mas ela nasceu em Itajaí, onde tive a honra de ter sido presidente do Diretório Acadêmico Desembargador Henrique da Silva Fontes. E, pela proximidade da minha residência em Balneário Camboriú, convivo muito naquela cidade.

Parabéns a Itajaí pelo seu aniversário!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, faço, hoje, na tribuna, o registro de mais um elemento socioeconômico da nossa região, que vale a pena mostrar aos parlamentares e a Santa Catarina. E trouxe um vídeo contendo uma breve apresentação da empresa mostrando todos os produtos e "ênfaticamente o nosso projeto educacional", assim diz o proprietário, que é a sala de aula informatizada. Também mostra o *tablet* produzido em Santa Catarina, que será lançado em setembro.

(Passa a ler.)

"A empresa Aiox do Brasil Equipamentos de Informática, localizada em Caçador, SC, uma nova divisão tecnológica inovando o conceito de integração digital, consolida-se como uma marca nova, porém, com força no mercado.

Nossos produtos já estão no mercado, somos presença em repartições de órgãos públicos e privados (prefeituras, bancos, escolas, hospitais) atendendo à necessidade de cada empresa ou organização no que se refere a produtos personalizados e também na área educacional, com um projeto inovador que é a sala de aula informatizada."[sic]

Essa é uma das características dessa empresa, ela faz de acordo com o pedido do cliente, personalizado para cada órgão público, entidade, hospital ou repartição.

Por isso, solicito que a assessoria proceda à exibição de um vídeo que mostra a realidade dessa empresa que é o orgulho de Santa Catarina e, por que não, de Caçador.

(Procede-se à exibição de um vídeo.)

Srs. deputados e sra. deputada, essa é a mais nova empresa na área, não somente de Santa Catarina, mas do Brasil.

Vejam bem que, hoje, ela mantém uma unidade industrial em Caçador, com 32.000m² de área construída. Atualmente conta com um pouco mais de 230 funcionários, com duas linhas de montagem. E a previsão é chegar a 30 linhas e cinco mil funcionários em cinco anos. E um detalhe muito importante, deputado Maurício Eskudlark, é que a mão de obra também é de Caçador. De fora vieram somente os técnicos especializados e o restante dos montadores, os funcionários que lá trabalham são formados pelo Senai. Isso mostra que são da própria comunidade, polaco ou alemão, e são alunos oriundos do Senai, com capacidade de compor essa equipe de 230 funcionários que produz esses computadores na cidade de Caçador.

É uma inovação. Se a pessoa possuir uma empresa e quiser um produto personalizado, escolher tamanho, cores, eles estão aptos a produzir. Há mais um detalhe: parte das peças usadas na montagem do equipamento é importada ainda, como acontece com tantos outros computadores, mas eles mantêm, hoje, a fábrica do ferramental, ou seja, a matéria prima para a produção também é fabricada na própria indústria.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizar v.exa. e dizer da dificuldade que os professores têm, hoje, para ensinar aos alunos sem possuir uma ferramenta dessas na sala de aula. A criança trabalha no computador em casa, os jogos educativos são todos informatizados, e a sala de aula, muitas vezes, não possui esse tipo de ferramenta.

Conheço o projeto, conheço a empresa, e os governos têm que se convencer da necessidade de cada criança, em sala de aula, possuir um computador, equipamento muito importante nessa era da informática. Esse é um grande projeto em nível de educação para o nosso país.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Outro ponto é que o equipamento para a sala de aula foi desenvolvido tendo o acompanhamento de técnicos da educação, e não somente de professores. O aluno recebe o seu móvel com o computador, que não possui fios, apenas um alimentador. É um projeto novo que realmente veio para ficar.

Por isso, quero parabenizar o dr. Jovelci Gomes, diretor-presidente da empresa, a sua equipe de trabalho, aquela gurizada que aprendemos a admirar na escola do Senai. Os professores do Senai são extremamente capacitados, desenvolvendo trabalhos e colocando no mercado esses alunos que por lá passam e formam-se.

É importante também cumprimentar o Senai pela unidade que mantém em Caçador. Todos são bons, mas conhecemos bem a unidade de Caçador pela responsabilidade com que forma os seus profissionais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Reno Caramori. Gostaria de solicitar a v.exa. que assuma os trabalhos desta Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, visitantes que prestigiam o Parlamento na manhã de hoje, gostaria de abordar um trabalho que estamos executando em busca de uma solução para uma das principais obras deste momento no sul do estado, que se chama Interpraias.

O Rio Grande do Sul executou no governo Pedro Simon a Estrada do Mar, região que mais cresceu no estado e onde há muitos condomínios hoje. Os terrenos naquelas praias valorizaram devido à Estrada do Mar.

Em Santa Catarina, um estado que ganhou muitos prêmios como um dos mais preparados para receber o turista do Brasil e do mundo, não temos, sequer, uma estrada que mostre esse potencial. E a Interpraias é a estrada que vai trazer a grande indústria para Santa Catarina, uma indústria sem chaminé, que não polui, que gera emprego, renda e que melhora a qualidade de vida das pessoas, que é o turismo. Mas para isso, precisamos de um investimento muito forte nesse projeto.

Toda sexta-feira fizemos um programa com a Rádio 102.9 FM, que encampou essa ideia, e com a imprensa local da região sul. Estivemos na primeira sexta-feira no balneário Passo de Torres e contamos com a presença de vereadores, prefeitos, associações comerciais e de lideranças daquela região. Havia, naquele evento, aproximadamente 30 pessoas. Foram duas horas de programa chamando a atenção de Santa Catarina, para que aquela obra seja realizada, saia do papel. O projeto de engenharia está pronto, e a obra priorizará o usuário, a população brasileira e também os países do Mercosul.

Fizemos outro evento também em Balneário Gaivota, e aí não mais com a presença de 30 pessoas, mas de 50. Contamos com a presença de prefeitos, líderes comunitários, vereadores, imprensa etc. e fizemos duas horas de programa. Depois chegamos ao balneário Arroio do Silva, onde fizemos duas horas de programa e contamos com a presença de mais ou menos 70 pessoas. Foi uma ação espetacular em defesa da Interpraias, acumulando forças e buscando os resultados que serão fundamentais para desenvolver aquela região.

Estivemos também no balneário Morro dos Conventos, com o prefeito de Araranguá. E naquele evento contamos com mais de 70 pessoas, entre líderes, vereadores, representantes das associações comerciais etc. Fizemos, ainda, outro evento no Balneário do Rincão, na outra sexta-feira, uma festa extraordinária, com a participação da RBS. Estivemos, também, em Balneário Jaguaruna, onde tivemos um grande sucesso, um movimento extraordinário, com a presença aproximada de 100 pessoas, entre líderes, prefeitos, vereadores da região inteira, engrossando as fileiras em busca dessa obra, dessa rodovia que se chama Interpraias.

Srs. deputados, amanhã estaremos em Laguna, cidade histórica, num evento que deve contar com a participação de 200, 300 pessoas. Teremos a presença de diretores da SC Parcerias, CDLs, prefeitos, deputados, vereadores etc. Esperamos ter a participação de todos os deputados deste Parlamento, que também estão convidados a participar, porque não estamos fazendo um movimento político, mas de desenvolvimento da região sul do estado.

Por isso, tenho convicção e certeza de que amanhã será um dos grandes dias. Estamos trabalhando com a SC Parcerias buscando empresários que colaborem para a realização dessa obra que também contará com a participação do governo do estado de Santa Catarina, do governador Raimundo Colombo e do vice-governador Eduardo Pinho Moreira.

Tenho a convicção e a certeza de que por essa rodovia irão passar mais de 15 mil carros por dia, portanto, além de ser uma grande melhoria para a população, trata-se, também, de uma ótima oportunidade de investimento, pois o pedágio dará segurança e certeza de retorno.

Sabemos perfeitamente que o governo tem que participar dessa obra para que o pedágio não seja alto, mas viável para a população. Esse é um trabalho longo, são

28 anos que luta por essa obra. A BR-101 tirou o foco da Interpraias, mas estamos trabalhando com toda a força, com todos os deputados do sul, buscando essa solução, esse desenvolvimento.

Deve sair nos próximos dias o edital de conclusão da serra do Faxinal e também a licença ambiental para a obra no trecho da Serra da Rocinha, na BR-285, que irá beneficiar as seguintes regiões: Ermo, Turvo, Timbé do Sul, São José dos Ausentes, Bom Jesus, Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Erechim, Carazinho, São Borja até chegar à Argentina, ao Uruguai, ao Paraguai e ao Chile.

Então, vamos ter grandes avanços no potencial turístico da nossa região nos próximos anos, mas para isso é preciso, sim, muito apoio. Amanhã, das 7h às 9h, estaremos aguardando os prefeitos, os vereadores e os deputados da região sul. O nosso vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, não poderá estar presente, mas dará uma entrevista por telefone, porque a missão do governo é espinhosa. O governador Raimundo Colombo sabe perfeitamente do movimento, por isso a SC Parceria estará presente em Laguna para construirmos uma viabilidade econômica, talvez a maior indústria sem chaminé, que é o turismo da região do sul do estado.

Dito isso, quero, novamente, convidar todos os deputados deste Parlamento, os representantes da região sul e também de toda Santa Catarina para participarem desse evento, porque estamos trabalhando e ajudando a construir um estado de qualidade. Peço o apoio de todos os srs. deputados, porque, se a obra fosse na região norte e pedissem apoio, eu estaria, com certeza, contribuindo. E na região sul do estado precisamos de solidariedade para que, juntos, possamos construir a viabilidade econômica e gerar emprego, renda e melhorar a qualidade de vida do povo. Esse é o compromisso do Parlamento catarinense.

Assim, gostaria de agradecer ao público que visita este Parlamento, nesta tarde, e dizer que vocês, poderão, com toda certeza, um dia, estar no nosso lugar ajudando a construir este estado, buscando mais qualidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes matérias destinadas para a pauta da Ordem do Dia da 55ª Sessão Ordinária de 21/06/2011: discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s: 0153/2011 e 0159/2011.

Antes de encerrar a presente sessão, esta Presidência convoca outra, solene, para amanhã, em São Bento do Sul, em comemoração aos 40 anos do Grupo Tuper.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 004ª SESSÃO SOLENE

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2011, ÀS 19H

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

HOMENAGEM AO GRUPO TUPER NA PASSAGEM DO 40 ANOS DA

EMPRESA

SOLICITAÇÃO DEPUTADO SILVIO DREVECK

SUMÁRIO

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Ressalta as ações da Tuper de alta tecnologia, eficiência e eficácia e o investimento na área cultural, esporte e saúde da comunidade são-bentense.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Ressalta o orgulho e a satisfação de contar com uma empresa que contribui para o desenvolvimento do estado.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Destaca que a Tuper representa o espírito empreendedor dos catarinenses, aptos a inovar e com vontade de crescer.

DEPUTADO FEDERAL ESPERIDIÃO AMIN - Afirma que a Tuper representa a qualidade do empresariado catarinense, que se relaciona com os parceiros do mercado e investe na inovação e formação profissional dos seus colaboradores.

FRANK BOLLMANN - Ressalta a satisfação de receber a homenagem, qualificando-a como um ato nobre do Legislativo.

PREFEITO MARTIN BOILMANN - Considera que a Tuper se tornou referência no setor do aço, investindo especialmente na capacidade do ser humano.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido as excelentíssimas autoridades que serão nominadas para compor a mesa:

Excelentíssimo senhor Magno Bollmann, prefeito do município de São Bento do Sul;

Excelentíssimo senhor Flávio Ervino Schuhmacher, vice-prefeito do município de São Bento do Sul, representando neste ato o excelentíssimo governador do estado de Santa Catarina, João Raimundo Colombo;

Excelentíssima senhora vereadora Nilva Marli Larsen Holz, presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul;

Excelentíssimo senhor deputado federal Esperidião Amin;

Excelentíssimo senhor Frank Bollmann, diretor-presidente do Grupo Tuper;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Nilson Gonçalves;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Antônio Aguiar;

Excelentíssimo senhor Osni José Schroeder, prefeito do município de Rio Negrinho;

Excelentíssimo senhor Leonardo Afonso Grosskopf, conselheiro da Tuper;

Senhor tenente-coronel PM Amarildo Assis Alves, comandante do 23º Batalhão de Polícia Militar de São Bento do Sul;

Excelentíssimo senhor Adelino Denk, presidente da Associação Empresarial de São Bento do Sul;

Excelentíssimo senhor Orlando Torinelli, presidente da CDL do município de São Bento do Sul.

Excelentíssimas autoridades! Senhoras e senhores!

A presente sessão foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em homenagem à Tuper, na passagem dos seus 40 anos de fundação.

Neste momento convido todos para, de pé, cantarmos o Hino Nacional, acompanhados da Orquestra de Câmara de São Bento do Sul, da Escola de Música Donald Ritzmann, sob a regência da maestrina Denise Mohr.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Palmas

Registramos ainda a presença das seguintes autoridades:

Senhor Josias Terres, vereador do município de São Bento do Sul, representando neste ato o excelentíssimo deputado estadual Darci de Matos;

Senhora Adriane Eliza Ruzanowsky, vereadora do município de São Bento do Sul;

Senhor Eduardo Antônio Rodrigues de Moraes, vereador do município de São Bento do Sul;

Senhor Antônio Joaquim Tomazini Filho, vereador do município de São Bento do Sul;

Senhor João Amin, vereador do município de Florianópolis;

Senhor Marco Aurélio Vilicinski, vereador do município de São Bento do Sul;

Senhor **Uwe Stortz**, secretário de Desenvolvimento Econômico do município de São Bento do Sul;

Senhor Marco Rodrigo Redlich, secretário de Administração do município de São Bento do Sul;

Senhor Márcio Dreveck, secretário de Obras do município de São Bento do Sul;

Senhor Mauro Osowsky, secretário de Planejamento do município de São Bento do Sul;

Senhor Edimar Geraldo Salomon, secretário de Agricultura e Meio Ambiente do município de São Bento do Sul;

Senhora Salete Bayerl Spitzner, secretária de Educação do município de São Bento do Sul;

Senhor César Godoi, procurador do município de São Bento do Sul;

Senhor Silvio Roberto Munhoz, presidente da Fundação Municipal de Esportes de São Bento do Sul;

Senhora Giucélia Spitzner, diretora-geral da Univille, neste ato representando o magnífico reitor Paulo Ivo Koenthop;

Professor Carlos Roberto Werlich, neste ato representando a Udesc;

Senhor Otair Becker, ex-senador da República;

Senhor Dário Buzzi, superintendente do BRDE;

Senhor Eliel de Campos, representando neste ato a delegada regional de Polícia Civil, senhora Angela Teresa Roesler;

Senhor Astor Schuh, gerente-geral da Caixa Econômica Federal;

Senhor Herton Scherer, presidente do Sindicato do Comércio Varejista e vice-presidente da Federação do Comércio de Santa Catarina;

Irmã Nelza Hachbart, diretora do Hospital e Maternidade Sagrada Família;

Senhor Odair Rogério Sobreira Xavier, delegado da Divisão de Investigação Criminal de São Bento do Sul;

Senhor Rafael Celeski, presidente do Lions Clube de São Bento do Sul;

Senhor Geraldo Weihermann, diretor-presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - Samae;

Senhor Abel Schroeder, representando neste ato o deputado federal Mauro Mariani;

Senhor José Henelito Waiss, diretor-presidente da Empresa Municipal de Habitação; Senhor Wilson João Bento, diretor do Procon de São Bento do Sul;

Senhor Marcos Holz, diretor da Sociedade Educacional de Santa Catarina;

Senhor Álvaro Weiss, presidente do Conselho de Administração da Artefama Móveis;

Senhora Angelita Veiga, neste ato representando o senhor Robison Luiz Graciano, gerente do Sicoob de São Bento do Sul;

Senhor Newton Mendes Júnior, presidente da Apae de São Bento do Sul;

Senhor Jucimar Machado, diretor do Senai de São Bento do Sul;

Senhora Rozane Zemann, gerente regional do Sesi;

Senhora Raquel Maila Parize Pens, representando neste ato o Senac de São Bento do Sul;

Senhor Márcio José Froener, representando neste ato o senhor Daniel Lutz, presidente do Sindusmobil;

Senhor Jailson Sabino, representando neste ato a *Rádio Liberdade*;

Senhor Irineu Barcelos, diretor do Colégio Froebel;

Senhor Ivo Romeu Pauli, presidente da Associação Empresarial do município de Campo Alegre;

Senhora Ana Paula Magalhães, supervisora de compras da General Motors do Brasil;

Senhor Ricardo Santos, diretor de compras da Mercedes-Benz;

Senhor Tomas Hofmeister, gerente sênior de compras da Mercedes-Benz.

A seguir teremos a apresentação de um vídeo institucional dos 40 anos da Tuper. (Procede-se à apresentação de vídeo.)

Palmas)

Na sequência, convido o sr. deputado Antônio Aguiar para conduzir os trabalhos, a fim de que possamos fazer uso da palavra na qualidade de autor do requerimento que ensejou a presente sessão.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Convido para fazer uso da palavra o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Minha saudação ao presidente do Grupo Tuper, sr. Frank Bollmann, extensivo a todos os diretores e colaboradores da empresa, e permita-me, em seu nome, saudar todos os convidados desta sessão solene.

Minha saudação ao deputado Antônio Aguiar, que neste momento conduz esta sessão e que aceitou o nosso convite, juntamente com o deputado Nilson Gonçalves, além dos deputados Reno Caramori e Darci de Matos, que subscreveram conosco o requerimento para que esta sessão solene pudesse ser realizada fora da Assembleia Legislativa.

Quero agradecer aos colegas deputados que subscreveram e que estão presentes nesta sessão, bem como saudar o deputado federal Esperidião Amin e em nome do nosso prefeito municipal, Magno Bollmann, saudar todas as autoridades aqui já nominadas.

Quero agradecer de modo especial os colaboradores da Assembleia Legislativa, que se dedicaram nos últimos dias para que esta sessão solene pudesse tornar-se realidade em São Bento do Sul. Agradeço também aos servidores do nosso gabinete e do nosso escritório em São Bento do Sul, que colaboraram com intensidade para que este evento saísse a contento.

Quero agradecer ainda à imprensa que se faz presente, prestigia este evento.

Quero crer, prezado Frank Bollmann, que fazer homenagem a empresas competentes não é difícil, porque o empresariado são-bentense tem demonstrado ao longo da história dedicação, empenho, e austeridade nos negócios. E um exemplo disso é o Grupo Tuper, que ao longo de 40 anos tornou-se referência não só para esta cidade, como para o estado e o país.

A Tuper é uma empresa que está com mais de 2.300 mil colaboradores diretos, um projeto audacioso e de uma visão extraordinária. Tivemos a oportunidade de participar de uma breve apresentação no dia de ontem, inclusive, estava junto conosco o deputado federal Esperidião Amin, que nos encheu de orgulho pela audácia, pelo conhecimento técnico, pela tecnologia, pela inovação do Grupo Tuper, que certamente é um marco na história da indústria brasileira.

Apesar de ter, ao longo da história, buscado sempre o avanço tecnológico, a inovação, nunca se esqueceu de valorizar o seu patrimônio maior, que são os seus colaboradores. E foi através desses colaboradores que a empresa chegou onde está e continua prosperando, pretendendo chegar muito longe ainda.

Além da valorização dos colaboradores, que se consubstancia não apenas na remuneração, mas também na valorização profissional, nos benefícios diretos e indiretos, a Tuper tem dado a São Bento do Sul, à região e ao estado uma contribuição extraordinária. Se voltarmos um pouco na sua história, veremos que nunca deixou de

contribuir com a saúde pública de São Bento do Sul, pois Frank Bollmann foi presidente do conselho do hospital por muitos anos e continua contribuindo com a instituição. Além disso, coopera também com as entidades de classe, com os clubes de serviço, com a assistência social, prova de que busca resultados para sua empresa, mas sem esquecer da sua comunidade.

Também na área da cultura são-bentense, em especial a cultura germânica, grande tem sido a parceria da Tuper. A nossa Orquestra de Câmara Donald Ritzmann está viva, está presente, está renovada porque a Tuper tem dado a sua contribuição contínua. Hoje, inclusive, tivemos a oportunidade de assistir à apresentação dessa magnífica orquestra.

A nossa querida Banda Tremi mantém-se ativa porque conta também com a parceria da Tuper. E posso ir um pouco mais longe. Quem não se lembra do nosso futsal, do qual já perdi a conta de quantas vezes foi campeão nos Jogos Abertos de Santa Catarina e no Campeonato Catarinense. Acredito que tão importante quanto aquilo que a Tuper produz de riqueza, de geração de emprego, de inovação tecnológica, é a sua atividade comunitária que, diga-se de passagem, é exemplar para Santa Catarina, grande tem sido a participação na vida pública, começando pelo prefeito Ormith Bollmann, de saudosa memória, depois Odenir Osni Weiss, em seguida Frank Bollmann e hoje Magno Bollmann, além de vereadores e de vice-prefeitos, que tiveram participação efetiva na atividade pública.

Para encerrar, quero registrar que Frank Bollmann contribuiu e continua contribuindo inclusive com a administração pública. E quando me refiro à atividade pública, ressalto a Saúde, que é capitaneada pelo ex-senador Otair Becker, que tem abdicado dos seus afazeres particulares para se dedicar à coletividade.

Parabéns ao Grupo Tuper, parabéns a Frank Bollmann e a toda a direção da Tuper. Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui homenageando a empresa e pessoas que merecem e que nos orgulham.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Devolvo a condução dos trabalhos ao deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Convido o sr. deputado Antônio Aguiar para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaríamos de saudar o prefeito municipal de São Bento do Sul, Magno Bollmann, o deputado Silvio Dreveck, parabenizando-o pelo evento, o deputado federal Esperidião Amin, o representante do governador Raimundo Colombo, o deputado Nilson Gonçalves, além das autoridades civis e militares e, é claro, o grande homenageado desta noite, Frank Bollmann!

Cumprimentamos ainda o ex-senador Otair Becker, que bravamente resiste aos tempos e está sempre conosco; a vereadora Adriane Eliza Ruzanowsky, e em seu nome todas as mulheres presentes, a nossa Orquestra de Câmara e os nossos colaboradores da Assembleia Legislativa.

Quero dizer a vocês que este é um momento ímpar para São Bento do Sul, assim como foi aquele em que homenageamos a Condor pelos seus 80 anos.

Hoje faz 40 anos que a Tuper iniciou o seu trabalho, que começou com uma fábrica de escapamentos e hoje se vê como uma

indústria prestes a realizar o grande sonho também dos são-bentenses de fazer com que os tubos para o pré-sal sejam fabricados em São Bento do Sul. Esse empenho, essa competência devemos a Frank Bollmann que, por sinal, numa prova de civismo, cantou o Hino Nacional inteiro, sem erros.

São Bento do Sul nos enche de orgulho por vários motivos, como disse o deputado Silvio Dreveck, seus filhos são competentes e cheios de civismo. Frank Bollmann também atua na saúde, e eu, como médico, realizei uma audiência pública com vistas a realizar 19.600 cirurgias eletivas represadas, cirurgias que devem ser realizadas com recursos do Fundo Estadual de Saúde, criado pelo governador Raimundo Colombo.

Todas essas coisas nos unem e a união sempre traz a força. São Bento do Sul é o município ícone do planalto norte, é aqui que estão os grandes empresários, é aqui que estão as grandes empresas que geram dividendos, que geram empregos! Temos a certeza de que o município de São Bento do Sul vai continuar sendo esse ícone, conduzido por pessoas de força e grande responsabilidade com a comunidade.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Convido para fazer uso da palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. deputado Silvio Dreveck, e cumprimentando v. exa. quero cumprimentar também as demais autoridades da mesa, porque se começar a citar nomes vou acabar cometendo deslizes. Portanto, quero que todos que compõem a mesa e todas as autoridades se sintam cumprimentados.

Cumprimento também e especialmente a homenageada desta noite, a Tuper, através de toda a sua direção aqui presente.

Poderia somente repetir as palavras do deputado Silvio Dreveck, mas me permito mais algumas palavras com relação a esta homenagem especialíssima aos 40 anos de trabalho da empresa Tuper.

Eu, que moro e convivo com tantas indústrias em Joinville - são mais de 1.400 -, conheço pouco a Tuper, mas conheço a repercussão que ela tem em toda a nossa região, proporcionando empregos, gerando renda e desenvolvimento para a região.

Hoje, no meu programa de rádio, citei que estaria aqui à noite nesta sessão solene, mas no caminho, quando estava vindo, pensei sobre como é fácil chegar, falar, dar parabéns e homenagear, mas quem participou do trabalho, quem esteve durante todos esses anos à frente da empresa ou fazendo parte da empresa, sabe o quanto foi difícil sobreviver a todas as tempestades econômicas ocorridas durante todos esses anos, para chegar agora, aos 40 anos, e ter uma empresa extremamente saudável, com a possibilidade de um futuro maior para todos.

Mas vou deixar por conta do nosso ex-governador Esperidião Amin, que daqui a pouco vai usar a palavra, com certeza, melhor do que eu, expor a fantástica trajetória da Tuper. Contudo, quero dizer que o sentimento que todos temos com relação a essa grande empresa é de admiração e respeito pelo seu corpo diretivo e por todos os seus colaboradores.

De minha parte, em nome de Joinville, em nome de toda a nossa região, parabéns pelo sucesso, parabéns pelo

empreendedorismo e que Deus ilumine o caminho de cada um de vocês.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK -

Convido para fazer uso da palavra o deputado federal Esperidião Amin.

O SR. DEPUTADO FEDERAL ESPERIDIÃO AMIN - Quero cumprimentar o deputado Silvio Dreveck, que dirige esta sessão, os nobres deputados Antônio Aguiar e Nilson Gonçalves, fazer um breve comentário a respeito dos dois que conviveram comigo quando estava no Executivo e fomos a várias latitudes e longitudes do mundo procurar espaços para os produtos e serviços de Santa Catarina. Andamos por aí, fazendo propaganda de algo que acreditamos, que é o espírito empreendedor do catarinense e a qualidade do que fazemos como empresários, como prestadores de serviços. Enfim, acreditamos na marca de Santa Catarina!

Quero cumprimentar o prefeito Magno Bollmann e sua equipe, dizer que com muito orgulho fiz o registro, logo depois do Dia da Água, da iniciativa da prefeitura de São Bento do Sul, que é um marco para todos nós de Santa Catarina.

Cumprimento as demais autoridades que integram a mesa, pedindo permissão para não individualizar, mas dizer que são todos participantes desse grande momento da Tuper e do espírito empreendedor dos catarinenses de São Bento do Sul e do planalto norte.

Cumprimento a Tuper na pessoa de Frank Bollmann, do time, da equipe, onde parte desses 2.300 mil colaboradores atuais e de tantos outros que já deixaram a sua marca ao longo desses 40 anos.

Vou fazer um registro muito especial pela presença do ex-senador Otair Becker, que sempre deu muito trabalho como deputado na região, porque gostava de despachar no começo do dia. E o começo do dia era realmente no começo na alvorada.

Quero pedir permissão para que todos se considerem respeitosamente saudados nesta noite e vou fazer um breve registro sobre por que fiz questão de vir aqui. Vim para homenagear uma centelha que Santa Catarina tem e precisamos valorizar muito, que é o espírito empreendedor, que transforma a ideia, que dota a ideia de energia e transforma em fatos, em realidades. E no caso de Santa Catarina o espírito empreendedor é o espírito que tem raízes, ou seja, tem identidade.

O que estamos celebrando hoje são as raízes e a identidade há pouco resumidas no documentário que foi apresentado. E aqui quero cumprimentar aqueles que produziram e também a equipe da Assembleia Legislativa que organizou esta importante demonstração de respeito às várias regiões de Santa Catarina, instalando a Assembleia Legislativa nesta cidade para prestar esta homenagem.

Como dizia, o que vimos no documentário foi o resumo do espírito empreendedor com identidade e com raízes, cara, jeito, espírito de Santa Catarina e vou trazer apenas uma referência acadêmica para agregar a esse espírito empreendedor e comunitário.

Quem gosta de ler sobre histórias de sucesso e histórias de tropeço, recomendo que leia um dos três livros de Jim Collins. O mais recente é *Como as grandes empresas caem: e como muitas empresas resistem ao declínio* é o mais recente, aborda, inclusive, a crise na empresa General Motors. Os dois livros se intitulam: *Empresas Feitas para Vencer* e *Empresas Feitas para Durar*.

O que ele focaliza? Focaliza quem sobrevive há 25 anos, quem passa, portanto, pela primeira idade empresarial, e quais são as energias que a empresa tem que ter para ultrapassar os 25 anos e para ultrapassar os 50 anos.

Quero, neste momento em que já homenageamos os 40 anos passados, homenagear, Frank, você, sua equipe e os próximos 40. Acho que tudo que foi dito aqui, foi no sentido de enaltecer o que já foi feito.

Imaginem os três mosqueteiros, eram três, começando a empresa há 40 anos! Hoje são mais de 2.300 e a empresa tem energia para inovar. Essa é a palavra mágica e quando bem aplicada, assegura a sobrevivência. Num mundo de competitividade globalizada, teu concorrente mora em qualquer latitude do mundo, possivelmente na China. E quando falo em inovação, refiro-me àquela bem sucedida, movida pela ambição no sentido mais legítimo e puro da palavra, que é o desejo de crescer, sem o qual o espírito empreendedor fenece, envelhece. O que o renova é a inovação e a energia para retomar, querer mais e querer melhor.

Com essas palavras, gostaria de homenagear e desejar sucesso. O deputado Silvio Dreveck já falou do quanto aprendemos ontem com a apresentação das metas, dos projetos, que não são apenas da Tuper, são de Santa Catarina.

Enalteço muito o que aconteceu, e é este fundamento que vai assegurar, sem dúvida alguma, muitos e muitos outros anos de sucesso, de lutas, num país que tem o dever de temer a desindustrialização que o acomete. O nosso grande inimigo é esta doença chamada desindustrialização. Temos vários exemplos em São Bento do Sul e outros tantos em Santa Catarina.

Hoje é o dia de homenagear a Tuper e eu, com muita satisfação, homenageio toda família de Frank Bollmann.

Sucesso é o que desejo, saúde e felicidade!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK -

Convido o mestre de cerimônias, Washington Luis Mignoni, para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - Neste momento, o Poder Legislativo catarinense presta homenagem à Tuper, que chega, em 2011, aos 40 anos de atuação no mercado, como uma das maiores transformadoras de aço do país. É uma história de conquistas e realizações, pontuada pelo empreendedorismo e pela visão empresarial moderna, onde a responsabilidade social e a sustentabilidade caminham juntas com o desenvolvimento. A empresa vem consolidando sua posição de destaque no mercado graças à solidez na condução dos negócios e uma ampla visão de futuro.

A Tuper tem consciência de sua responsabilidade perante os vários públicos a ela ligados. Transformou-se em uma das maiores fabricantes de tubos de aço do país, é a maior empresa de São Bento do Sul e uma das 20 maiores de Santa Catarina em faturamento, além de se posicionar entre as 100 empresas líderes em faturamento na região sul do país, contando com mais de 2.300 profissionais qualificados e comprometidos.

Outro pilar que sustenta a filosofia de trabalho da Tuper é a prática do desenvolvimento com consciência ambiental e

responsabilidade social. A conquista e manutenção do certificado ISO 14001 é uma prova das práticas ecológicas. Esse crescimento sustentável se dá por meio de um estreito relacionamento com os parceiros do mercado, investindo na inovação constante e na formação de profissionais competentes e arrojados, sempre tendo muito claro os princípios de confiança, respeito, ética e seriedade. E assim, com transparência e comprometimento, a Tuper se consolida no presente e projeta o seu futuro.

A prática da responsabilidade social, por sua vez, pode ser vista no apoio e na promoção de atividades que envolvam especialmente educação, a cultura e o esporte. A Tuper tem consciência de sua importância para o desenvolvimento sustentável de toda a comunidade. E é nesse espírito de crescimento saudável, que se manteve vivo 40 anos, que a Tuper projeta o amanhã.

Convido o sr. deputado Silvio Dreveck para fazer a entrega da homenagem em nome do Poder Legislativo ao sr. Frank Bollmann, neste ato representando a empresa.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento o Poder Legislativo presta homenagem aos sócios que muito contribuíram para o crescimento e fortalecimento da Tuper.

Convido para fazer entrega das homenagens, em nome do Poder Legislativo, o sr. deputado Silvio Dreveck.

Convido para receber a homenagem, o sr. Frank Bollmann, presidente.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Silvio Dreveck e convido para fazer a entrega das homenagens o sr. deputado Nilson Gonçalves.

Convido para receber a homenagem o sr. Leonardo Afonso Grosskopf.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Roberto Gschwendtner.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Nilson Gonçalves e convido o deputado Antônio Aguiar para fazer a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem a sra. Tereza Salete Hastreiter.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Luiz Roberto Garcia.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Vicente Donini.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Alidor Luedes.

Procede-se à entrega da homenagem.

(Palmas)

Agradeço ao deputado Antônio Aguiar e convido o deputado federal Esperidião Amin para fazer a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o excelentíssimo sr. Magno Bollmann, prefeito de município de São Bento do Sul.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Ouviremos agora a apresentação da Orquestra de Câmara de São Bento do Sul, sob a regência da maestrina Denise Mohr, com a música *Les Toréadors*, da ópera *Carmen*, de Bizet.

(Procede-se à apresentação.)

(Palmas)

A Assembleia Legislativa sente-se honrada para fazer uso da palavra em São Bento do Sul.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Convido para fazer uso da palavra o sr. Frank Bollmann, presidente da Tuper.

O SR. FRANK BOLLMANN - Cumprimento o excelentíssimo sr. deputado estadual Silvio Dreveck, mui digno presidente da mesa;

Cumprimento o excelentíssimo sr. prefeito municipal Magno Bollmann;

Cumprimento o nosso ex-governador, ex-senador, atual deputado federal Esperidião Amin Helou Filho, permitam-me que em seus nomes cumprimente todos os componentes da mesa;

Saúdo as demais autoridades presentes, prezados convidados;

Na pessoa da maestrina Denise Mohr, gostaria de transmitir um abraço a todos os nossos músicos;

Senhoras e senhores.

Gostaria de agradecer, antes da minha fala, as palavras elogiosas de todos aqueles que me antecederam e cumprimentar também o nosso vice-prefeito Flávio Ervino Schuhmacher, que neste ato representa o governador do estado.

(Passa a ler.)

“Nesta noite histórica, em que iniciamos as comemorações dos 40 anos de fundação da Tuper, é com sentimento de alegria e emoção que participamos desse ato nobre e gratificante promovido pelos nossos representantes legais perante o estado catarinense. A homenagem desta noite ganha importância ainda maior pelo fato de ser iniciativa da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, órgão que, de forma independente e séria, incentiva e viabiliza ações que promovem o desenvolvimento do estado e sua gente.

O empreendedorismo é certamente uma das palavras que mais sintetiza a história da Tuper. Foi a visão pioneira dos primeiros empreendedores que fez surgir em São Bento do Sul uma fábrica de escapamentos. Foi o acreditar no crescimento do país que fez surgir a primeira indústria de tubos e a primeira empresa de telhas metálicas de Santa Catarina. E está sendo a busca permanente pela evolução que nos motiva a construir a primeira empresa não multinacional no Brasil, portanto capital 100% nacional, a produzir tubos API. Para quem não sabe, são tubos necessários para prospecção, perfuração, extração e condução de petróleo e gás, dentro do contexto da política de nacionalização da Petrobras.

As ações empreendedoras da empresa vêm resultando em permanente desenvolvimento e consistente conquista de novos mercados. A Tuper está entre os líderes em todos os segmentos que atua. E sempre está planejando e concretizando novos projetos, com visão estratégica para aproveitar as atuais e futuras oportunidades de mercado, pois a Tuper é uma empresa movida pela busca incessante de novas tecnologias.

A participação da Tuper na construção de casas populares no bairro Lençol, em São Bento do Sul, através do fornecimento de estruturas em aço, é um dos exemplos de sua forte atuação no campo da construção civil. No segmento automotivo, a empresa venceu uma concorrência do projeto Euro V para atender à Mercedes-Benz com uma linha de produtos com fabricação totalmente automatizada e inédita, que as senhoras e os senhores conhecerão e participarão de sua inauguração após esta sessão solene. Também na General Motors tivemos participação decisiva no projeto de um carro mundial.

É importante destacar que em todas as evoluções tecnológicas alcançadas o conceito da sustentabilidade se fortalece. Internamente praticamos a responsabilidade ambiental e trabalhamos para que toda a sociedade participe de forma mais ativa de uma economia sustentável.

Igualmente podemos ressaltar a visão social da Tuper, que oferece oportunidade de crescimento e desenvolvimento aos seus 2.315 colaboradores diretos, e que através de ações concretas contribui especialmente com a educação, o esporte e a cultura, como geradores de uma vida mais próspera e saudável para a comunidade. Um exemplo é a contribuição da empresa por mais de 15 anos para a manutenção da Orquestra de Câmara de São Bento do Sul, que hoje está abrilhando esta solenidade. Essa orquestra vem realizando espetáculos por mais de 60 anos em todo o Brasil. Paralelamente, honramos nossos compromissos ao contribuirmos com mais de R\$ 240 milhões anuais em impostos aos poderes públicos.

Toda essa história de realizações acontece porque temos profissionais altamente qualificados e comprometidos com os negócios da companhia. A começar pelos nossos colegas fundadores e de sociedade, Leonardo e Roberto, que mesmo convalescendo se fizeram presentes nesta noite especial, e que com sua dedicação continuam dando valorosa contribuição no Conselho de Administração, onde contamos ainda com a inestimável competência dos reconhecidos líderes empresariais, mais especialmente do sr. Vicente Donini, nosso presidente do Conselho de Administração, bem como o sr. Alidor Luerders, também membro desse conselho.

A nossa equipe de profissionais, nosso reconhecimento sincero por colocarem todo o seu conhecimento, sua experiência e sua disposição a favor da Tuper. Para nós é um orgulho tê-los fazendo parte da nossa história e construindo aqui seus projetos de vida. Em nome de todos os colaboradores da Tuper queremos também registrar e reconhecer a importância do apoio sempre indispensável, em todas as horas, de nossas esposas, maridos, filhos e familiares. Também não podendo esquecer jamais, nesta hora de festejos, dos nossos clientes e fornecedores.

Na Tuper procuramos criar condições e reconhecer as pessoas que crescem junto com a empresa. A formação dos profissionais acontece através de parcerias com escolas técnicas e universidades e ainda com a Academia do Conhecimento Tuper, criada com o objetivo principal de aprimorar tecnicamente seus colaboradores e gerar novos conhecimentos para seus profissionais, e a concretização próxima do Centro de Tecnologia Tuper. Trata-se de uma ação forte de educação e desenvolvimento tecnológico, que irá proporcionar o contato direto com universidades brasileiras e alemãs para estarmos sempre alinhados com os últimos estágios da

tecnologia mundial. O desenvolvimento da Tuper acontece todos os dias e expressa a vontade de seus sócios em permanecer crescendo e contribuindo com o desenvolvimento dos colaboradores, de suas famílias e da comunidade.

Esse é momento oportuno para lembrar a saudosa memória do nosso pai, Ornith Bollmann, que quando prefeito municipal cumpriu a lei existente de incentivo ao pioneirismo, concretizando a doação de 5.000m² de área para a construção da fábrica de escapamentos, no início da década de 70. Uma ação que gerou expressivos resultados para o desenvolvimento do município. Terreno este que era utilizado na época para o cultivo de milho e aipim. Era uma área rural, de pouco valor, mas de valor inestimável para o empreendimento. O projeto teve, inclusive, um pequeno atraso em virtude de se aguardar a colheita da safra. Os 5.000m² iniciais, da então Metalúrgica Sicap Ltda., transformaram-se em quase 605.000m² de área à disposição da empresa. Os 800m² do primeiro galpão se multiplicaram para alcançar hoje mais de 80.000m² de área construída, além dos 34.500m² em construção para o novo projeto API.

É assim que a Tuper trabalha. Acreditando e apostando nas oportunidades que nosso país oferece, inovando em tecnologias e processos, oferecendo excelência em produtos e atendimento, viabilizando o crescimento pessoal e reconhecendo os talentos, contribuindo para o fortalecimento da economia e o desenvolvimento sustentável da comunidade.

Em nome da Tuper, agradecemos a significativa homenagem da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em especial ao seu proponente, presidente da mesa, deputado estadual Silvio Dreveck, às demais autoridades e convidados que vieram prestigiar este momento muito importante na vida da Tuper.

Com essa força motivadora continuaremos a trabalhar com seriedade e inovação para o desenvolvimento de nosso Brasil.”

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Neste momento fará uso da palavra o excelentíssimo sr. Magno Bollmann, prefeito de São Bento do Sul.

O SR. PREFEITO MAGNO BOLLMANN - Quero cumprimentar o presidente da mesa, deputado Silvio Dreveck, o sr. Frank Bollmann, diretor presidente da Tuper e em seus nomes cumprimento todos aqueles já citados pelo protocolo.

Agradeço a participação dessa bela orquestra, com sua maestrina e seus músicos, cumprimento todos os colaboradores da prefeitura aqui presentes e cumprimento particularmente toda família Tuper, além do representante do governador, vice-prefeito Flávio Schuhmacher.

(Passa a ler.)

“Sinto-me honrado em participar desta sessão solene em que comemoramos uma história de sucesso: os 40 anos do grupo Tuper.

O empreendedorismo que define o sucesso da Tuper é o principal fator promotor do desenvolvimento econômico. Nesses 40 anos, a Tuper se transformou num modelo de mais alta competência ao apostar na diversificação, no investimento e na valorização do ser humano como estratégia de crescimento. Toda esta pujança trouxe uma

expressiva agregação de valor ao nosso PIB, na geração de impostos e na oferta de mais de 2.300 empregos diretos.

Detentora de alta tecnologia, a Tuper é líder no setor em que atua e motivo de orgulho para os são-bentenses e catarinenses e um exemplo inequívoco da capacidade empreendedora dos nossos empresários.

A alta *performance*, a tecnologia aplicada em soluções inovadoras, a qualidade dos produtos e a credibilidade que a empresa alcançou no mercado, credenciou-a como a grande alternativa para atender a projetos altamente seletivos e estratégicos, como o pré-sal.

E justamente quando completa os seus 40 anos, a empresa está ousando mais uma vez, fazendo investimentos superiores a R\$ 250 milhões para praticamente duplicar a sua área construída e atender de forma pioneira ao novo mercado, gerando ainda mais empregos e renda para a nossa cidade, o nosso estado e o nosso país.

Além da geração de emprego e renda, a participação ativa da Tuper no apoio a projetos na área da educação, do esporte e da cultura do município e a preocupação de manter um ambiente em desenvolvimento ecologicamente estável demonstram claramente o seu compromisso com a responsabilidade social e ambiental.

Exemplos bem sucedidos como esse, aliados ao esforço do nosso governo na atração de novos empreendimentos para São Bento do Sul e na formação da nossa mão de obra,

permitem-nos constatar uma nova realidade econômica em nossa cidade e vislumbrar um futuro de ótimas perspectivas.

Para capacitar os nossos trabalhadores, com o apoio do nosso deputado Silvio Dreveck e com a ajuda dos partidos coligados, numa parceria entre o governo federal, o governo do estado e a prefeitura municipal, ainda este ano deverá ser iniciada a construção de um colégio técnico - o Cedup -, que capacitará tecnicamente 1.350 jovens da nossa região.

Por tudo isso e pela seriedade com que tratamos a nossa responsabilidade pelo futuro dos são-bentenses, temos motivos de sobra para deixar uma mensagem de otimismo e convidar os cidadãos de boa vontade a nos ajudarem a construir um futuro ainda melhor.

Parabenizamos o prezado amigo e nosso deputado Silvio Dreveck pela oportuna e justa homenagem e cumprimentamos a Assembleia Legislativa por nos proporcionar este momento especial.

Ao Grupo Tuper o nosso aplauso pelo seu sucesso, o nosso reconhecimento pela sua contribuição para o desenvolvimento de São Bento do Sul e da região, sinceros cumprimentos pelo transcurso dos 40 anos de fundação e os votos de um sucesso sempre crescente."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK -

Gostáramos de agradecer, mais uma vez, a

presença dos deputados Nilson Gonçalves e Antônio Aguiar, que subscreveram conosco o requerimento de solicitação desta sessão solene. Queremos agradecer também ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, que nos deu a oportunidade de estar aqui conduzindo esta sessão, ele que é um presidente que tem dirigido o nosso Parlamento com independência e com responsabilidade.

Agradecemos ainda a presença da imprensa e do colonista Cláudio Prisco Paraíso, que veio de Florianópolis para prestigiar este evento.

Neste momento a interpretação do Hino de São Bento do Sul, letra e música de Pedro Machado de Bittencourt, pela Orquestra de Câmara de São Bento do Sul, sob a regência da maestra Denise Mohr.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Agradecemos a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento, convidando-os para a continuidade deste evento que acontecerá na unidade industrial da Tuper, onde participaremos da inauguração das novas linhas de produção da Tuper Sistema de Exaustão, seguida de um coquetel.

Antes de encerrar a presente sessão, convocamos outra sessão, ordinária, para o dia 21, terça-feira, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER QUESTÕES SOBRE A SITUAÇÃO DOS CENTROS DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES DE SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 25 DE MAIO DE 2011, ÀS 10H, NO PLENÁRIO DA ALESC

Aos 25 dias do mês de maio de 2011, às 10 horas, realizou-se no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) audiência pública com o objetivo de debater a situação dos Centros de Formação de Condutores (CFCs) de Santa Catarina, proposta pelo Deputado Estadual Sargento Amauri Soares. A audiência foi presidida pelo senhor Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Alesc. Dando início à audiência pública, o senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira, chamou para compor a mesa o Deputado Estadual Sargento Amauri Soares; o Deputado Estadual Jailson Lima; o senhor Vanderlei Rosso, diretor do Detran/SC; o senhor Murilo dos Santos, presidente do Sindicato dos Centros de Formação de Condutores de Santa Catarina; o senhor José Altamir Ribas da Costa, presidente da Associação dos Centros de Formação de Condutores de Santa Catarina; e a senhora Yomara Julita Ribeiro, presidente da Associação Catarinense dos Centros de Formação de Condutores. Em seguida, registrou a presença das seguintes autoridades: Deputada Estadual Ana Paula Lima; Deputado Estadual Kennedy Nunes; Deputado Estadual Silvio Dreveck; Deputado Estadual Jean Kuhlmann; Deputado Estadual Volnei Morastoni; Deputado Estadual Maurício Eskudlark; Deputada Estadual Luciane Carminatti; Deputado Estadual Darci de Matos; Deputado Estadual Neodi Saretta; Deputado Estadual Reno Caramori; Edson Wagner Rodrigues, Vice-Prefeito do Município de Imaruí; Norma Espíndola, Vereadora do Município de Navegantes; Mario Amélio Schappo, Vereador do Município de Cunha Porá; Edegar Rengel, Vereador do Município de Imbuia; Adalto Galvão Paes Neto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Centros de Condutores de Santa Catarina; Ricardo Mallmann, presidente da Uniauto; Lourival Valdemiro Capristano, Vereador do Município de Imbuia; e Evaldo Erhardt, Vereador do Município de Imbuia. Ato contínuo, o senhor Presidente fez

a leitura do requerimento de autoria do Deputado Estadual Sargento Amauri Soares que propôs esta audiência, para em seguida explicar a dinâmica da audiência pública e como esta funcionaria. A seguir, passou a palavra ao senhor Deputado Estadual Sargento Amauri Soares, que anunciou que o teor do seu discurso seria compartilhado com os Deputados Estaduais Aldo Schneider e Maurício Eskudlark, pois os três trabalharam juntos no debate em relação ao tema. Lembrou que sua participação não tinha motivação político-partidária nem financeira e que era motivada pela intenção de apoiar o interesse da população de Santa Catarina. Disse que a situação dos Centros de Formação de Condutores é no mínimo confusa e citou que foram criados nos últimos vinte anos mais universidades do que centros de condutores em Santa Catarina. afirmou que a Alesc vinha intervindo no assunto, mas com posições diferentes, pois os Deputados possuem opiniões diversas. Comentou a Lei nº 13.721, aprovada em 2006, dizendo que esta serviu para "embolar o meio campo" da questão, pois a lei ainda não havia sido cumprida por uma série de razões. Disse que a suspensão das liminares significou prejuízo social ao Estado e que a criação de um termo de ajuste de conduta era necessária até se resolver a questão da licitação. Por fim, torceu para que essa licitação resolvesse a questão e pediu que a legislação em torno do assunto fosse revisada, organizando de forma justa e coerente as regras que regem os Centros de Formação de Condutores em Santa Catarina. Dando seguimento à audiência pública, o senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira, registrou a presença dos Deputados Estaduais José Nei Ascari, Aldo Schneider e José Milton Scheffer e passou a palavra à senhora Yomara Julita Ribeiro, presidente da Associação Catarinense dos Centros de Formação de Condutores, que comparou a luta de Davi contra o gigante Golias à batalha realizada pelos Centros de Formação de Condutores do Estado, pois era a luta dos pequenos contra os poderosos. Disse que seu pleito sempre foi igualdade de direitos, como preceitua a Constituição Federal, e que lutou ao longo dos últimos anos para que todos os Centros de Formação de Condutores tivessem igualdade de condições participando do processo licitatório com paridade. Esclareceu que é contra a reserva de mercado e afirmou que os Deputados que apoiaram a causa podiam ter certeza de que estavam do lado da população humilde e trabalhadora. Também afirmou que o trabalho dos CFCs facilita o processo e leva esse importante serviço a diversos pequenos Municípios de Santa Catarina, encurtando distâncias e diminuindo gastos. Finalizando, lembrou que a

decisão judicial que fechou 57 CFCs acarretou duas mil pessoas desempregadas e que mesmo com a liberação (assinatura de termo de ajuste de conduta para a abertura dos CFCs) a luta não estava encerrada, pois outras questões relacionadas ao trânsito deveriam ser colocadas em pauta. Na sequência, a palavra foi passada ao senhor José Altamir Ribas da Costa, presidente da Associação dos Centros de Formação de Condutores de Santa Catarina, que registrou sua luta a favor da licitação e afirmou que é contra termo de ajuste de conduta, considerando este uma afronta aos funcionários e proprietários de CFCs. Disse que as autoridades estão preocupadas com a licitação mas não com a qualidade dos serviços prestados, citando que o edital contém falhas e dizendo que as normas técnicas devem ser revistas visando ao aprimoramento e à melhoria na qualidade dos serviços prestados. [Taquígrafo-revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos] Finalizou dizendo que eram essas as suas colocações, agradecendo pela oportunidade de se manifestar e colocando-se à disposição de todos. Em seguida, fazendo uso da palavra o senhor Murilo dos Santos, presidente do Sindicato dos Centros de Formação de Condutores de Santa Catarina (Sindemosc), cumprimentou todos, especialmente o seu amigo Luiz Fernando Brinhosa, proprietário mais antigo de Centro de Formação de Condutores em Santa Catarina, com 45 anos de atividade, parabenizando-o também pela passagem de seu aniversário no dia de hoje. Dito isso, comentou que até a vigência da Lei nº 13.721/2006, estadual, o Detran de Santa Catarina tinha credenciado, pelo instituto da autorização, 281 CFCs; registrou que foram ajuizados no Poder Judiciário catarinense 107 mandados de segurança, com o deferimento de liminares que alcançaram 182 postulantes ao credenciamento; e ressaltou que, dessa forma, mais 122 CFCs obtiveram credenciamento por força das decisões de liminares concedidas, totalizando 403 CFCs em funcionamento em todo o Estado. Afirmou que as controvérsias instauradas com as liminares fatalmente judicializaram a discussão do tema e registrou que o Poder Judiciário não se furtou de suas responsabilidades e consolidou os entendimentos. Frisou que, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2007.046970-0, foi discutida a necessidade de licitação para a delegação dos serviços públicos de formação de condutores e que o egrégio Tribunal de Justiça, por seu Tribunal Pleno, determinou, por decisão unânime, que é totalmente constitucional a exigência de prévia licitação pública para a delegação desse serviço, mantendo integralmente as disposições da Lei nº 13.721/2006, estadual. Ainda, relatou que foi impugnada pelo Ministério Público, também por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2008.026815-6, a alteração do artigo 6º da Lei nº 13.721, estadual, trazida pelo artigo 2º da Lei nº 14.246/2007, estadual, e que o dispositivo impugnado garantia o funcionamento dos CFCs que obtiveram liminares para credenciamento até 31 de outubro de 2007, ou seja, até que a licitação fosse concluída, e postergava a realização da licitação para até 31 de dezembro de 2010. Também registrou que o egrégio Tribunal de Justiça, em julgamento desta Ação Direta de Inconstitucionalidade, decidiu que é totalmente inconstitucional essa alteração legislativa trazida pelo artigo 2º da Lei nº 14.246/2007, fixando prazo para a realização da licitação. Disse que o julgamento dessas ações de inconstitucionalidade convergiu para os seguintes entendimentos: que é totalmente constitucional a exigência de licitação; que é inconstitucional garantir funcionamento de CFCs até a licitação, com base em liminares precárias, sujeitas à revogação a qualquer tempo; e que o Tribunal traçou uma ordem mandamental para que o Estado deflagre a licitação. Expôs que houve julgamento de vários mandados de segurança pelo Tribunal de Justiça, nos quais os autores objetivaram o credenciamento de CFCs, que culminaram no pedido de uniformização de jurisprudência, comentando que com a unificação se deu o entendimento de que não cabe liminar para o credenciamento de CFCs. Continuando, afirmou que o Poder Judiciário vem respeitando essa decisão, *in totum*, não mais dando liminares e cassando aquelas que estão pendentes de julgamento, e que, com isso, este órgão solidificou o entendimento de que os Centros de Formação de Condutores (CFCs) que em algum momento obtiveram liminar não possuem legitimidade para manterem-se em funcionamento, não estando amparados por direito líquido e certo. Também comentou que houve quatro ações judiciais contra o Governador, propostas no Tribunal de Justiça, que não obtiveram êxito, ressaltando que esse tema foi bastante judicializado e parece que vai continuar judicializado. Relatou que, com a tramitação das ações judiciais, foram criadas quatro categorias de CFCs: aqueles credenciados por ato administrativo do Detran/SC; aqueles que estão em funcionamento por força de liminar ainda em vigor; aqueles que os processos judiciais transitaram em julgado e estão garantidos até o final da licitação; e aqueles que tiveram as liminares revogadas e que o Tribunal de Justiça entendeu que não possuem direito ao credenciamento. Finalizou lamentando a existência de quatro classes de autoescola. Dando seguimento à audiência pública, o senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira, passou a palavra aos Parlamentares presentes,

por ordem de inscrição, iniciando com o senhor Deputado Estadual Silvio Dreveck, que cumprimentou as autoridades presentes e os proprietários dos CFCs. Disse que de longa data a polêmica traz insegurança jurídica para os que trabalham e para os que desejam trabalhar. Exemplificou citando que conhece o caso de uma empresa que se instalou e adquiriu equipamentos, mas fez isso sob liminar, expondo que quando tal liminar foi cassada o proprietário viu-se em dificuldades por ter feito um investimento grande e não ter como trabalhar. Sobre esse encaminhamento da licitação, registrou que por questões legais o serviço pertence ao ente público, portanto, como o Estado não tem condições de realizá-lo sozinho, o processo licitatório é validado, e enfatizou a necessidade de serem determinados critérios justos para todos e que possam fazer um serviço de qualidade a fim de que os formandos consigam enfrentar a situação de condução diante das legislações brasileira e estadual. Comprometeu-se em atuar no processo de licitação com critérios justos para todos e concluiu desejando que a insegurança jurídica seja liquidada de uma vez por todas. Na sequência, o senhor Deputado Estadual Aldo Schneider disse que quando chegou nesta Casa foi procurado pela sociedade catarinense porque um segmento estava impossibilitado de trabalhar, deixando claro que não foi apoiado por qualquer grupo. Afirmou que simplesmente percebeu que havia discrepância legal, e foi articulado um trabalho com os Parlamentares, a PGE, a Direção-Geral do Detran, o Ministério Público, o Governo do Estado - através dos órgãos representados - para expor a dificuldade que Santa Catarina está enfrentando com relação às autoescolas. Explicou que, a partir daí, o Ministério Público do Estado está propondo um Termo de Ajustamento de Conduta e que, se esse TAC não é o ideal, ao menos está sendo construído. Registrou que se pode construir o que é melhor para Santa Catarina, mas não se pode excluir grupos habilitados pelo Conselho Nacional de Trânsito. Encerrando, deixou claro que se trata de um serviço público que está sendo concedido pelo Estado e colocou seu gabinete à disposição de todos. Ato contínuo, o senhor Deputado Estadual Maurício Eskudlark cumprimentou os presentes e disse que em 1983 já era Delegado Regional de Polícia e acompanhava o trabalho dos CFCs, ressaltando que os trabalhadores dessa área são excelentes profissionais. Afirmou estarem tratando de um serviço melhor para a sociedade catarinense que tem necessidade de um CFC mais próximo do cidadão, sendo inviável ao trabalhador que precise percorrer 40, 50, 100 quilômetros para fazer um curso e ter uma carteira de habilitação. Registrou que o Contran estabelece que, preenchendo os requisitos, pode ser requerida a legalização no Detran e fica habilitado, salientando que no Estado de Santa Catarina está havendo mais exigências. Também afirmou que caminho mais acertado foi manter todos trabalhando e manter a licitação, salientando que não é a melhor solução e que a discussão continua, porque tem pequenos Municípios que não foram contemplados. Avisou que tudo será objeto de discussão e que nenhuma pessoa que prejudicar ninguém; deseja-se que os empresários trabalhem e que os cidadãos tenham acesso facilitado a isso. Concluindo, deixou claro que, como Parlamentares, os Deputados têm obrigação de encontrar a solução mais justa para cada um e para a população catarinense. Prosseguindo, a senhora Deputada Estadual Ana Paula Lima saudou os presentes e lamentou que essa situação tenha virado briga judicial devido à omissão do governo do Estado de Santa Catarina, garantindo que o processo de licitação garantirá aos cidadãos a segurança de realizar o seu trabalho. Disse que um empresário que abre um CFC quer ter a garantia de que seu trabalho terá continuidade no Município e que as pessoas que forem fazer a sua habilitação também tenham tranquilidade. Afirmou que a omissão fez com que muitos procurassem a Justiça para abrir o seu negócio, e a Justiça abriu as portas para dezenas de CFCs, sendo que depois a mesma Justiça fechou as portas, gerando uma guerra e criando inimizades entre pessoas da mesma cidade em função da reserva do mercado de trabalho. [Taquígrafa-Revisora: Ione Terezinha Reis de Melo] Novamente lamentando que o governo do Estado ainda não tenha feito essa licitação, disse que gostaria de ouvir das autoridades competentes quando o processo licitatório será aberto, quantas vagas há para o Estado de Santa Catarina, quais os critérios de participação para esse processo licitatório e se existe a possibilidade dos Centros de Formação de Condutores fechados serem abertos até a conclusão desse processo licitatório. Por fim, lastimou que essa briga judicial tenha acontecido no Estado catarinense. Na sequência, o Deputado Estadual Darci de Matos, cumprimentou os presentes e afirmou, com muita convicção, que isso não é e não poderia ser uma arena; que ninguém está contra ninguém; que o local é um Parlamento e que no Parlamento as pessoas discutem, compõem, definem e ganham nos argumentos e não com agressões; que estão ali para buscar o melhor caminho para Santa Catarina e que está em jogo a situação financeira de muitos proprietários de autoescola de Santa Catarina e muitos empregos do povo catarinense; e que muito mais do que isso, pois está em jogo a vida de pessoas, porque é das mãos, da

inteligência, da qualificação dos instrutores das autoescolas que se tem que exigir qualidade. Continuando, disse que são quarenta mil acidentes fatais no Brasil e que muitos desses podem ser evitados através da prestação de serviço de qualidade das autoescolas de Santa Catarina e do Brasil. Garantiu que o Parlamento é concedente, é favorável à justiça, à qualificação, à prestação de serviço público de qualidade para o povo catarinense. Registrou que precisam focar a licitação e afirmou que não foi omissão do Governo, pois o Parlamento catarinense sempre dificultou a licitação em Santa Catarina. Contou que é Deputado há quatro anos e que é prova dessa postura; que o Governo sempre teve boa vontade e agora vai licitar, porque a Justiça pediu e porque todos querem a licitação. Ponderou que ou facultam ao serviço privado ou permitem a concessão às autoescolas, e que para isso irão buscar mecanismos jurídicos a fim de que no quesito técnica possam evitar que forasteiros de outros Estados venham a assumir autoescolas em Santa Catarina. Também afirmou que querem a composição, o entendimento e a prestação de serviço com qualidade, porque desejam justiça e o bem da população catarinense. Registrou que irá apresentar emenda à medida provisória da qual foi relator no ano passado, de autoria do Governo, que define parâmetros de dez mil até cinquenta mil eleitores para uma autoescola. Encerrando, questionou se as autoescolas irão fechar em cidades pequenas que não chegam a dez mil eleitores, como Grão Pará, e destacou que é necessário criar mecanismos para que elas possam continuar prestando seus serviços. Ato contínuo, a palavra foi passada ao senhor Deputado Estadual Jailson Lima, que saudou a todos e expôs que o debate se torna importante porque se tem clareza que é possível caminhar e também quebrar paradigmas de uma situação que já deveria ter sido resolvida há muito tempo. Ponderou que ninguém vai colocar uma autoescola em uma pequena cidade se não souber dos riscos dos investimentos; que Santa Catarina é um dos Estados que mais tem veículos *per capita* no Brasil; que não se tinha em Santa Catarina autoescolas que atendessem a todos os proprietários de veículo; e que tem que se delimitar legalmente a licitação, porque se cria também reserva de mercado, e assim evitar que os grandes comam os pequenos, como muitas vezes acontece neste Estado e no País. Prosseguindo, disse que não quer discutir a questão constitucional, porque constitucionalmente já se votou muita bobagem; e que tem que se garantir emprego, tem que se garantir segurança para quem tem veículo a fim de que os índices de acidentes deste Estado sejam reduzidos. Afirmou que a grande maioria dos condutores ou dos que coordenam as pequenas autoescolas que se conhece no Estado vieram de outras autoescolas; que são figuras que já estiveram na segurança pública e que hoje, inclusive, empreendem como figuras que querem ajudar a construir essa situação no Estado. Continuando, registrou que houve morosidade na solução do Estado em relação aos encaminhamentos, porque isso já poderia ter sido conduzido anteriormente, e, assim, não precisariam ter nem este debate nem o debate entre as instituições presentes na audiência; que é possível e permissivo legalmente que na mesma categoria se tenha um, dois, três, quatro, dez sindicatos; que não importa quantas associações se tenha neste Estado, desde que cada cidadão aprenda na sua cidade, sem ter que se deslocar, como acontece em muitas questões para ter um atendimento adequado; e que Santa Catarina inovou criando as Secretarias Regionais e que pode descentralizar autoescola em cada canto deste Estado onde haja necessidade, desde que haja condutores necessitando desse tipo de serviço. Concluiu parabenizando a Comissão de Segurança Pública pelo encaminhamento do debate. A seguir, a palavra foi passada ao Deputado Estadual Volnei Morastoni, que cumprimentou os presentes e saudou as entidades que representam os Centros de Formação de Condutores. Afirmou que se essa situação foi trazida à Assembleia Legislativa numa audiência pública é porque em todas as tratativas que foram feitas até então entre as partes, envolvendo Tribunal de Justiça, Ministério Público e também o governo do Estado, não houve solução satisfatória; que está configurada uma situação de conflito, de tensão, e que neste caso a Assembleia Legislativa está cumprindo um dos seus papéis mais importantes na realização da audiência pública; que o bom senso tem que prevalecer e que a lei tem que ser igual para todos. Por fim, mencionou que o descredenciamento causa o desemprego de mais de duas mil pessoas; que causa um impacto social nas cidades pequenas e nos cidadãos que precisam dos serviços; e que nesta licitação têm que estar contempladas essas questões para não continuar configurando a situação de conflito e para que não se crie nenhuma situação de impacto adverso. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira, registrou a presença dos Parlamentares Estaduais Manoel Mota e Doia Guglielmi e passou a palavra à senhora Deputada Estadual Luciane Carminatti, que cumprimentou os presentes e disse que era muito bom ver uma mulher conduzindo o debate com abundante propriedade. Observou que no Estado de Santa Catarina quem mora nos grandes centros vale mais do

que quem mora nos pequenos; que é de Chapecó, que lá existem várias autoescolas e que todos os dias vê habitantes de Municípios menores buscando fazer a sua carteira de motorista. Ainda, questionou que Estado é este que não garante ao cidadão do Município pequeno o mesmo direito que tem o cidadão dos Municípios de médio e de grande porte. Afirmou que se precisa fazer um debate para que os Centros de Formação dos Condutores tenham direito de estar próximos aos seus cidadãos, porque naquele Município existe direito à saúde, à educação e precisa ter também esse direito, que é um serviço fundamental; e que o Estado catarinense não pode ser contraditório em sua política. Prosseguindo, concordou com a Deputada Estadual Ana Paula Lima quando esta falou da omissão, porque em Santa Catarina existem as Secretarias de Desenvolvimento Regionais que foram criadas para descentralizar os serviços. Enfatizou que o Estado catarinense tem no seu corpo também os serviços de trânsito e que precisa respeitar todos; que a licitação precisa ter o cunho de garantir o direito do cidadão que mora em um bairro de Chapecó, que hoje tem um Centro de Formação de Condutores, e o mesmo direito do cidadão que mora em um Município menor. Finalizando, manifestou apoio à causa que a senhora Yomara empreendeu e disse que precisam descentralizar os serviços, com transparência e moralidade, para que nenhum Golias engula os pequenos. Na sequência, fez uso da palavra o senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes, que saudou aos presentes e disse que audiência pública existe exatamente para ouvir as pessoas e as autoridades. Salientou que o assunto abordado neste momento não vai somente à questão dos empregos que estão em jogo ou das pessoas serem atendidas; que o assunto é muito mais profundo porque passa necessariamente pelos hospitais, pelo maior problema de uma gestão pública que é a saúde. Encerrando, afirmou que Santa Catarina é um dos Estados com maior número de acidentes e que passa pelas mãos dos instrutores as pessoas que vão dirigir e que poderão ser cuidadosas ou não. Dando seguimento à audiência, o senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira, informou que o senhor Vanderlei Rosso, diretor-geral do Detran, seria a última pessoa a se manifestar, tendo o período necessário para as suas considerações. Ato contínuo, a palavra foi passada ao Deputado Estadual Reno Caramori, que cumprimentou todos os presentes; registrou que na sua vida privada convive com mais de mil profissionais do volante; e disse que sempre lamentava quando não existiam autoescolas, se a empresa tinha a obrigação de treinamento do seu profissional. Contou que muitas vezes os profissionais eram até analfabetos, na época, porque não tinham nem escola primária para frequentar; que saíam do interior e iam para a cidade em um caminhão que puxava tora, e assim foi crescendo; e que as autoescolas mais antigas também nasceram pequenas, muitas delas sem profissionais habilitados, mas que foram se aperfeiçoando, se equipando, atendendo as exigências legais, e aos poucos foram praticando através dos atos governamentais. Ainda, manifestou preocupação quanto à profissionalização do homem do volante, pois nem todo mundo passa pela autoescola, desejando que todas as pessoas passassem por autoescolas habilitadas, instaladas e fiscalizadas pelos órgãos responsáveis. Concluindo, aspirou que, tantas quantas forem necessárias no Estado de Santa Catarina, abram suas portas para atender a comunidade, sempre respeitando os ditames legais, observando as exigências da lei, porque o Poder Público concedente tem essa obrigação, assim como os cidadãos têm a obrigação de obedecer e de receber os benefícios dessas escolas, a fim de que se formem bem para usar as rodovias, diminuindo cada vez mais os acidentes. Em seguida, o senhor Presidente passou a palavra ao senhor Deputado Estadual Jean Kuhlmann, que saudou aos membros da mesa; disse que a preocupação tem que ser essencialmente com o cidadão, com a pessoa que tem que ser atendida pela autoescola; e afirmou que a Assembleia Legislativa tem que legislar para aquela pessoa que está no hospital por imprudência própria ou por imprudência de um terceiro, no sentido de fazer com que os seus direitos sejam garantidos, permitindo que existam serviços de qualidade. Ressaltou que tem que se assegurar uma licitação justa, que cada Município possa ter uma autoescola na qual o cidadão busque o acesso ao serviço com qualidade, que garanta que todos possam trabalhar na autoescola e com condição mínima de trabalho, a fim de que possa ter a sua subsistência e para que cada cidadão possa ser atendido no seu Município; e também que as cidades maiores tenham mais autoescolas e garantam qualidade de atendimento às pessoas. Entendendo que a licitação deve ser feita visando sempre o cidadão, reforçou que todas as autoescolas possam estar em funcionamento, que cada pessoa tenha direito ao trabalho, que a autoescola tenha qualidade para que o cidadão seja bem atendido e que permita que cada Município tenha a sua. [*Taquígrafa-revisora: Siomara G. Videira*] Por fim, disse que a Assembleia Legislativa tem papel fundamental na construção do consenso e pode solicitar que o governo faça o seu papel garantindo uma licitação justa, clara, transparente e sem ganhadores predeterminados. A seguir, o senhor

Deputado Estadual Manoel Mota, desejou bom-dia a todos e relatou que há oito anos luta em defesa das autoescolas, comentando que hoje a grande arma são os veículos, não as armas de fogo, porque se o condutor do veículo não for bem preparado pode provocar acidentes, muitas vezes com mortes. Elucidou que o Sebrae, num estudo realizado, constatou que 351 autoescolas possuem liminar, esclarecendo que não se quer discriminar ninguém e que se deseja que todos participem da licitação em condições de igualdade. Por fim, solicitou que as autoescolas tenham mais qualidade. Dando seguimento à audiência pública, o senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira, esclareceu que as manifestações dos Parlamentares estavam encerradas e que passaria para a final da audiência concedendo a palavra ao senhor Vanderlei Olívio Rosso, diretor-geral do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) de Santa Catarina, que cumprimentou todas as autoridades e os demais presentes. Relatou que o Detran vem melhorando os seus serviços e qualificando os profissionais da área, fundamentando que para o cidadão fazer a sua habilitação é necessário, atualmente, usar o sistema biométrico, e comunicou que o Detran faz testes durante as aulas de volante para garantir a segurança dos condutores. Noticiou que diversos editais foram lançados, mas posteriormente foram bloqueados pela Justiça através de advogados contratados pelas próprias autoescolas para que interrompessem esses editais. Informou que hoje há um decreto governamental, aprovado pela Assembleia, que possibilita aumentar o número de vagas das autoescolas para 350 ou 360 e citou o caso de um cidadão de Ipuçu que vendeu suas terras para abrir uma autoescola, porém foi fechada porque não tinha liminar, explanando que é a favor do funcionamento autoescola porque além de estar em um processo licitatório o Detran fiscaliza todos esses estabelecimentos. Aclarou que numa reunião, na qual se contou com o apoio dos Deputados Sargento Soares e Aldo Schneider, do doutor Maurício e do Governador Raimundo Colombo, realizou-se o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e desde as 8h30min daquele dia todas as CFCs estavam aptas a funcionar devido às inúmeras medidas tomadas anteriormente pelo Detran. Finalizando, expôs que todos os credenciados, seja qual for a categoria, têm que prestar serviço de qualidade; agradeceu ao Deputado Marcos Vieira pela oportunidade de se manifestar; e despediu-se de todos. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira, afirmou que a Assembleia Legislativa cumpriu um dos seus preceitos constitucionais, que é o de realizar a aproximação das partes interessadas para a solução dos problemas. Por fim, agradeceu a todas as entidades pela participação e nada mais havendo a tratar deu por encerrada a audiência pública. [Taquígrafa-revisora: Jacqueline O. V. Bitencourt]

Deputado Estadual Marcos Vieira

Presidente da Comissão de Segurança Pública

*** X X X ***

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 15ª REUNIÃO DE ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H00 DO DIA 21 DE JUNHO DE 2011.

Às nove horas do dia vinte e um de junho do ano de dois mil e onze, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Sargento Amauri Soares, Maurício Eskudlark, José Nei Alberton Ascari, Volnei Morastoni, Elizeu Mattos, Luiz Eduardo Cherem, Joares Ponticelli e Dirceu Dresch. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em discussão e votação a Ata da 14ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida passou a palavra aos senhores deputados para relatar as matérias em pauta: **O Deputado Elizeu Mattos** relatou o Projeto de lei de nº 0209.5/2011, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Dirceu Dresch** relatou os Projetos de Lei de nºs 0215./2011 e 0210.9/2011 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Lei Complementar de nº 004.0/2011 exarou voto vista contrário ao parecer favorável com emenda substitutiva global do Relator Deputado José Nei A. Ascari, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Luiz Eduardo Cherem. **O Deputado José Nei Alberton Ascari** relatou o Projeto de Lei de nº 055.5/2011 exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Luiz Eduardo Cherem** relatou o Projeto de Lei de nº 0125.2/2011, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos de Lei de nºs 0180.9/2011 e 0192.2/2011 exarou pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Lei de nº

0200.7/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch. **O Deputado Joares Ponticelli** relatou o Projeto de Lei de nº 0087.2/2011 e 0185.3/2011, exarou pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. **O Deputado Romildo Titon** relatou o Ofício de nº 03.0/2011, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício de nº 0261.5/2011 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; as Mensagens de Veto de nº 0122/2011 e 0123/2011 exarou pareceres favoráveis, que colocadas em discussão e votação, foram aprovadas por unanimidade; os Projetos de Lei de nºs 0137.6/2011, 0204.0/2011, 0548.0/2009; 0202.9/2011, exarou pareceres pela diligência interna, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e os Projetos de Lei de nº 0193.3/2011, 0197.7/2011, 0203.0/2011, 0195.5/2011, 0205.1/2011 e 0186.4/2011 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou a presente reunião, do qual, eu, Robério de Souza, chefe da Secretaria, lavrei a presença ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 2011.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA CIVIL DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DECIMA SETIMA LEGISLATURA

Às onze horas do dia trinta e um maio de dois mil e onze, reuniram-se os Senhores Deputados Angela Albino, Manoel Mota, Dado Cherem, Dirceu Dresch, Aldo Scheneider e José Nei Ascari, para votação do nome da Comissão de Defesa Civil, para Proteção Civil. Os trabalhos foram Presididos pelo Deputado Kennedy Nunes, que informou estar na frente, pois o Congresso entrou também com um Projeto de Resolução para trocar o nome da Comissão em Brasília. O Deputado Mota foi contra e a Deputada Angela Albino argumentou que é preciso se atualizar nos novos conceitos. Os demais Deputados acompanham o raciocínio e aprovam e o Deputado Kennedy diz ser tendência Mundial. Proteção antes, durante e depois. Kennedy entrega um DVD com relatório de sua ida a Genebra, por ocasião da Plataforma Global para redução de Risco de Desastres, assim como convidou os membros dessa comissão para participarem da Audiência Pública na sexta-feira dia três de Junho aqui na ALESC, em parceria com a Comissão de Defesa Civil de Brasília, que tem como relator e membros os Senadores Catarinenses, para traçar um mapeamento do Brasil e fazer um Plano Nacional da Defesa Civil. O Presidente da Comissão apresentou relatório da vistoria do Complexo Baú em Ilhota e como relator do Projeto de Lei Complementar PLC/0011.0/20 de autoria do Presidente Deputado Gelson Merísio, aprovado por maioria. O senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Martha Gonzaga, Chefe de Secretária da Comissão, digitei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e membros presentes. Florianópolis em trinta e um de Maio de dois mil e onze.

Deputado Kennedy Nunes
Deputado Aldo Scheneider
Deputada Angela Albino
Deputado Manoel Mota
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Dado Cherem
Deputado José Nei Ascari

*** X X X ***

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Ao primeiro dia do mês de junho de dois mil e onze, às onze horas, sob a Presidência do deputado Volnei Morastoni, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Saúde: Jorge Teixeira, Dado Cherem, Antonio Aguiar, representando o Deputado Mauro de Nadal e Sargento Amauri Soares. Aberto os trabalhos, o Deputado Presidente encaminhou a Ata da reunião do dia quatro de maio para a leitura do Deputado Jorge Teixeira, em seguida a Ata foi colocada em votação e foi aprovada. Depois o Presidente colocou em discussão a data para uma nova Audiência Pública sobre a Criação de um Programa Estadual de Incentivo às Cirurgias Eletivas. A data proposta foi dia 15 de junho no Plenário Osni Régis, nesta casa. A data foi aprovada pelos membros da Comissão. Na sequência o Presidente Volnei Morastoni comunicou aos membros da Comissão as data das próximas Audiências Públicas e distribuiu aos presentes cópia do calendário das audiências.

Ato contínuo, o Presidente passou a palavra aos Deputados para relatarem seus projetos: O Deputado Antonio Aguiar, representando o Deputado Mauro de Nadal relatou o **OF./0102.2/2011**, voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0164.5/2011**, voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0177.0/2011**, voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade. Com a palavra o Deputado Jorge Teixeira relatou o **OF./0319.6/2010**, voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade. Na Sequencia o Deputado Dado Cherem relatou o **PL./0088.3/2011**, voto favorável, em discussão, em votação, foi aprovado por unanimidade, relatou o **PL./0082.8/2011**, voto favorável, em discussão, em votação, foi aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0104.4/2011**, voto pelo diligenciamento, em discussão, em votação foi aprovado por unanimidade. Com a palavra o Deputado Sargento Amauri Soares relatou o **OF./0069.7/2011**, voto favorável, em discussão, em votação, foi aprovado por unanimidade; relatou o **OF./0190.7/2011**, voto favorável, em discussão, em votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência o Deputado Volnei Morastoni relatou o **PL./0150.3/2011**, voto favorável, em discussão, em votação, foi aprovado por unanimidade. Encerrada a leitura e votação dos Ofícios e Projetos de Lei o Senhor Presidente passou a palavra ao Executivo de Relações Institucionais da Oi, o Sr. Gonçalo Pereira, que apresentou a Campanha de Combate a Dengue, em parceria com o Ministério da Saúde. A campanha consiste no lançamento de 300 mil cartões telefônicos no Estado com a impressão de mensagens de prevenindo contra a dengue. Ao final, colocou a empresa à disposição para a promoção de futuras campanhas propostas pela Comissão de Saúde. O presidente Morastoni parabenizou a empresa pela iniciativa enfatizando que a prevenção é sempre o melhor método de combate às doenças. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a reunião, a Ata será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, em 1º de junho de dois mil e onze.

Deputado VOLNEI MORASTONI
Presidente da Comissão de Saúde

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 113/2011

REFERENTE: Contrato CL n.º 032/2011, celebrado em 02/06/2011.
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 CONTRATADA: Ecoeficiência Soluções Ambientais Ltda.
 OBJETO: Remoção de resíduos sólidos, coleta seletiva de lixo e dos dentulhos que são produzidos pela ALESC, conforme as especificações constantes do Edital, seus Anexos e com as condições contidas na proposta apresentada pela Contratada.
 VALOR GLOBAL: 63.000,00 (sessenta e três mil reais).
 FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 caput da Lei 8.666/93; Pregão Presencia n.º 013/2011; Autorização para processo Licitatório n.º 0029/2011; e Autorização Administrativa.
 Florianópolis, 20 de junho de 2011.
 Deputado Gelson Merisio - ALESC
 Fábio João da Silva - Ecoeficiência Soluções Ambientais Ltda.

*** X X X ***

EXTRATO Nº 114/2011

REFERENTE: 6º Termo Aditivo ao Contrato CL n.º 026/2007, celebrado em 15/06/2011.
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 CONTRATADA: MARCCA Comunicação Ltda.
 OBJETO: O presente instrumento tem por finalidade alterar qualitativamente o objeto constante na Cláusula Segunda do Contrato original e, concomitantemente, o valor citado na Cláusula Segunda do 2º termo aditivo, com vistas a atender a demanda provocada pela Campanha "Adoção - Laços de Amor" lançada recentemente em parceria com o Ministério Público Estadual, OAB de Santa Catarina e o Tribunal de Justiça do Estado.
 Em razão de tal acréscimo o valor do contrato passa de R\$ 4.375.000,00 (quatro milhões trezentos e setenta e cinco mil reais) para R\$ 5.875.000,00 (cinco milhões oitocentos e setenta e cinco mil reais).
 A alteração qualitativa objeto deste aditamento se justifica por caracterizar caso de emergência para atender a demanda citada no item 2.1 deste termo até que o processo licitatório n.º 039/2011 seja concluído.
 VALOR GLOBAL: 5.875.000,00 (cinco milhões, oitocentos e setenta e cinco mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I, "a" e "b" da Lei 8.666/93; Cláusula Nona do contrato original; e Autorização Administrativa.
 Florianópolis, 20 de junho de 2011.

Deputado Gelson Merisio - ALESC
 Cláudio José Dutra - Sócio Diretor Superintendente.

*** X X X ***

EXTRATO Nº 115/2011

REFERENTE: Contrato CL n.º 034/2011, celebrado em 02/06/2011.
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 CONTRATADA: Prefeitura Municipal de Lages.
 OBJETO: Aquisição de cota de participação e de espaço físico na XXIII Festa Nacional do Pinhão que acontecerá no município de Lages no período de 16 a 26 de junho de 2011 do corrente ano, que permitirá no local da feira:

- fixação de *banner*, símbolo e logomarca institucional;
 - instalação de Stand no espaço físico de aproximadamente 80 m²;
- VALOR GLOBAL: 40.000,00 (quarenta mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 caput da Lei 8.666/93; Pregão Presencia n.º 013/2011; Autorização para processo Licitatório n.º 0047/2011; Termo de Inexigibilidade n.º 020/2011; e Autorização Administrativa.
 Florianópolis, 21 de junho de 2011.

Deputado Gelson Merisio - ALESC
 Renato Nunes de Oliveira - Prefeito.

*** X X X ***

EXTRATO Nº 116/2011

REFERENTE: 9º Termo Aditivo ao Contrato CL n.º 009/2010, celebrado em 13/06/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 CONTRATADA: INDOBEL Assinatura, Leitura e Publicações Ltda. ME.
 OBJETO: Constitui objeto deste instrumento a alteração quantitativa do objeto original, acrescentando 01 (uma) assinatura do jornal "O Globo".
 VALOR MENSAL: 14.230,18 (quatorze mil duzentos e trinta reais e dezoito centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I, "b" e §1º da Lei 8.666/93; Cláusula sexta, item 6.1 do contrato original; e Autorização Administrativa.
 Florianópolis, 21 de junho de 2011.

Deputado Gelson Merisio - ALESC
 Rosely Munch - INDOBEL Ltda. ME

*** X X X ***

EXTRATO Nº 117/2011

REFERENTE: Contrato CL n.º 033/2011, celebrado em 01/06/2011.
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 CONTRATADA: EDITORA NOTÍCIAS DO DIA LTDA.
 OBJETO: Constitui objeto deste contrato a aquisição e distribuição de 42 (quarenta e duas) assinaturas do jornal "NOTÍCIAS DO DIA", nas condições propostas pela Contratada.

VALOR GLOBAL: 14.616,00 (quatorze mil seiscentos e dezesseis reais)
 FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, caput da Lei 8.666/93; Autorização para Processo Licitatório n.º 044/2011-LIC; Inexigibilidade de Licitação n.º 019/2011; Autorização Administrativa.
 Florianópolis, 21 de junho de 2011.

Deputado Gelson Merisio - ALESC
 Marcelo Correia Petrelli - Diretor Executivo

*** X X X ***

EXTRATO Nº 118/2011

REFERENTE: Contrato CL n.º 027/2011, celebrado em 17/05/2011.
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 CONTRATADA: Federação Catarinense de Municípios (FECAM).
 OBJETO: Aquisição de quota de participação por parte do Poder Legislativo no IX Congresso Catarinense dos Municípios e Expofecam, que acontecerá da cidade de Florianópolis nos dias 04 e 05 de julho de 2011, com direito de inserção da logomarca da ALESC nos itens de divulgação, colocação de banner no auditório e disponibilização de espaço físico e montagem de um Stand de 20 metros quadrados com layout básico.

VALOR GLOBAL: 30.000,00 (trinta mil reais)
 FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, caput da Lei 8.666/93; Autorização para Processo Licitatório n.º 030/2011-LIC; Autorização Administrativa.
 Florianópolis, 21 de junho de 2011.

Deputado Gelson Merisio - ALESC
 Antônio Coelho Lopes Júnior - Presidente

*** X X X ***

EXTRATO Nº 119/2011

REFERENTE: Contrato CL n.º 029/2011, celebrado em 19/05/2011.
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 CONTRATADA: Milsul Comércio de Importação e Exportação Ltda.
 OBJETO: 2.1. Constitui objeto deste Contrato a manutenção preventiva e corretiva em impressoras, com fornecimento de peças e insumos, exceto cilindros, toners, grampos e papéis.
 VALOR GLOBAL: 57.230,16 (cinquenta e sete mil duzentos e trinta reais e dezesseis centavos).

VALOR MENSAL: 4.769,18 (quatro mil setecentos e sessenta e nove reais e dezoito centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 10.520/2002; Lei 8666/93; Pregão Presencial nº 002/2011; autorização para processo licitatório nº 0011/2011, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

Florianópolis, 22 de junho de 2011.

Deputado Gelson Merisio - ALESC

Aradimir Gracioli - Sócio

Paulo Viapiana Arias - Sócio

*** X X X ***

FÓRUM

ATA DA REUNIÃO DO FÓRUM PERMANENTE ÍTALO-BRASILEIRO

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, às quatorze horas, na sala de reuniões 01da Assembleia Legislativa de SC, no município de Florianópolis/SC, foi realizada reunião do Fórum Permanente Ítalo-Brasileiro, aprovado pelo Ato da Presidência n. 006-DP, de 11/03/2003 e instalado no dia 20 de março de 2003. Participaram o Coordenador do Fórum, Deputado Joares Ponticelli, e os membros deputados estaduais abaixo firmados, e o Secretário Geral do Fórum, Mauro Beal. A Ordem do Dia é a renúncia do Deputado Joares Ponticelli da Coordenadoria do Fórum e do Senhor Mauro Beal da Secretaria-Geral, em virtude de acúmulo de compromissos assumidos e que lamentavelmente não são compatíveis com as atividades do Fórum. Na mesma reunião foram indicados os nomes do Deputado José Milton Scheffer para o cargo de Coordenador do Fórum e do Senhor Giliard Gava para Secretário-Geral, os quais foram prontamente acolhidos e aprovados por todos os presentes. Nada mais a tratar o novo Coordenador do Fórum encerrou a reunião às quatorze horas e trinta minutos, e agradeceu a presença de todos. Por fim, não tendo mais qualquer assunto para deliberação, eu Giliard Gava, encerro a presente ata que por mim foi lavrada.

Deputado Joares Ponticelli

Deputado José Nei Ascari

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Carlos Chiodini

Deputado Neodi Saretta

Deputado Gilmar Knaesel

Deputado José Milton Scheffer

Deputado Dóia Guglielmi

*** X X X ***

MEDIDA PROVISÓRIA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 189/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 158

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 51 da Constituição Estadual, comunico a esse egrégio Poder Legislativo que adotei a Medida Provisória inclusa, ora submetida ao exame e deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Educação, que "Modifica o valor de vencimento, altera gratificações, absorve e extingue vantagens pecuniárias dos membros do Magistério Público Estadual, ativos e inativos e estabelece outras providências".

Florianópolis, 20 de junho de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 21/06/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria de Estado da Educação

Gabinete do Secretário

Exposição e Motivos nº 068/11 Florianópolis, 20 de junho de 2011

Senhor Governador,

Submeto à apreciação Vossa Excelência minuta de **Medida**

Provisória que modifica o valor de vencimento, altera gratificações, absorve e extingue vantagens pecuniárias dos membros do Magistério Público Estadual, ativos e inativos, e estabelece outras providências.

A norma proposta faz parte da estratégia de adequação do valor do vencimento dos integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, em cumprimento à Lei Federal nº 11.738/2008, que regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para

instituir o Piso Nacional do Magistério, assegurando que nenhum titular de cargo de carreira do Magistério perceberá valor de vencimento básico inferior ao valor do piso nacional.

Esta Medida Provisória prevê a fixação de novos valores quanto ao vencimento, nos respectivos níveis e referências, para os cargos de carreira integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual com regime de 40 horas semanais, quanto aos percentuais referentes às gratificações de Regência de Classe/Atividade Especial e por aulas excedentes, bem como aos da Licença Prêmio não gozada e trabalhada.

Esclareço que o membro do Magistério Público Estadual inativo fará jus a estas alterações desde que tenha incorporado nos proventos de aposentadoria o direito à percepção das gratificações referentes ao efetivo exercício das funções do cargo.

Além disso, determina-se também a absorção extinção do Complemento ao Piso Nacional do Magistério - CPNM (previsto no art. 4º da Lei Complementar nº 455, de 2009), do Prêmio Educar (previsto no artigo 1º e 2º da Lei 14.406, de 2008) e do Prêmio Jubilar (previsto no artigo 1º e 2º da Lei 14.466, de 2008).

É intenção desta Pasta prosseguir na valorização dos profissionais do Magistério oferecendo-lhes melhores condições de trabalho e remuneração, mas observando sempre o crescimento da receita pública, respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, cumprindo o dispositivo constitucional que determina a aplicação de 25% da receita estadual em educação e, principalmente, nos limites compreendidos pela estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

Por ser uma ação governamental que acarreta aumento de despesa, esta deve ser acompanhada da devida adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e em compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado, que é o que se pretende com a aplicação desta Medida Provisória.

Assim com estas medidas, procura-se compatibilizar o que está juridicamente imposto com o que é financeiramente realizável.

Esta medida revoga a Medida Provisória nº 188, de 23 de maio de 2011.

Tendo em vista os motivos expostos, e certo da compreensão de Vossa Excelência, aguardo parecer favorável à proposição ora apresentada.

Respeitosamente,

Marco Tebaldi

Secretário de Estado da Educação

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 189, de 20 de junho de 2011

Modifica o valor de vencimento, altera gratificações, absorve e extingue vantagens pecuniárias dos membros do Magistério Público Estadual, ativos e inativos e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica fixado nos termos do Anexo Único desta Medida Provisória, nos respectivos níveis e referências, o valor do vencimento para os cargos de carreira integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual com regime de 40 horas semanais.

Parágrafo único. O vencimento do professor com regime de 30 (trinta), 20 (vinte) e 10 (dez) horas semanais de trabalho, é fixado, respectivamente, em 75% (setenta e cinco por cento), 50% (cinquenta por cento) e 25% (vinte e cinco por cento), dos valores constantes no Anexo Único desta Medida Provisória.

Art. 2º Os arts. 6º, 10, 11 e 12 da Lei Complementar nº 1.139, de 28 de outubro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.6º O professor poderá ministrar aulas acima do limite estabelecido no § 4º do artigo anterior e perceberá sob a forma de aulas excedentes, a base de 1,5% (um virgula cinco por cento) por aula, calculado sobre o vencimento do cargo efetivo, considerando a carga horária de 40 (quarenta) horas, não podendo ultrapassar a 08 (oito), 06 (seis), 04 (quatro) ou 02 (duas) aulas excedentes para as cargas horárias de 40 (quarenta), 30 (trinta), 20 (vinte) ou 10 (dez) horas semanais de trabalho, respectivamente.

Art.10. Aos ocupantes do cargo de Professor que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Educação Especial será paga gratificação de incentivo à regência de classe equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo, correspondente à carga horária do efetivo exercício em regência de classe.

§ 3º Os ocupantes de cargos do Grupo Magistério, à disposição da Fundação Catarinense de Educação Especial e em exercício nas Escolas Especiais administradas pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, nas funções de Diretor, Orientador Pedagógico e Secretário, farão jus a gratificação de 25% (vinte e cinco por cento), incidente sobre os respectivos vencimentos.

Art.11. Aos ocupantes do cargo de Professor que atuam nas séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio será paga gratificação de incentivo à ministração de aulas, no percentual 17% (dezesete por cento) sobre o valor do respectivo cargo efetivo, com regime de 40 (quarenta), 30 (trinta), 20 (vinte) ou 10 (dez) horas semanais, conforme o número de aulas, da seguinte forma:

Art.12. Aos ocupantes do cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, Consultor Educacional, Assistente Técnico Pedagógico e Assistente de Educação será paga gratificação pelo exercício de função especializada de magistério, equivalente a 15% (quinze por cento) sobre o valor do vencimento do cargo efetivo." (NR)

Art. 3º Aplica-se o disposto no caput do artigo 12 da Lei nº 1.139, de 1992, aos membros do Magistério Público Estadual lotados e em exercício no órgão central da Secretaria de Estado da Educação e nas Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, nos termos da Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput dos artigos 10,11 e 12, da Lei nº 1.139, de 1992, ao membro do Magistério Público Estadual inativo, desde que tenha incorporado nos proventos de aposentadoria o direito à percepção das gratificações referentes ao efetivo exercício das funções do cargo.

Art. 4º O artigo 28 da Lei Complementar nº 1.139, de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.28. É assegurado ao membro do magistério o direito de receber a mais, o equivalente a 80% (oitenta por cento) do valor do vencimento do cargo, por mês de licença-prêmio não gozada e trabalhada, desde que de forma integral, não podendo ultrapassar a um período por ano." (NR)

Art.5º O parágrafo único do art. 161 da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.16

Parágrafo único. As gratificações de que trata este artigo serão calculadas com base no vencimento do nível MAG-08-B, 40 horas, do Grupo Magistério Público Estadual." (NR)

Art.6º A Gratificação prevista no parágrafo 3º, artigo 2º da Lei Complementar 304, de 04 de novembro de 2005, com nova redação dada pelo artigo 7º da Lei Complementar 457, de 11 de agosto de 2009, será calculada com base no vencimento do nível MAG-06-A, 40 horas, do Grupo Magistério Público Estadual.

Art.7º Os percentuais previstos no Anexo XII, da Lei Complementar nº 534, de 20 de abril de 2011, passam a incidir sobre o vencimento do nível MAG-08-B, 40 horas, do Grupo Magistério Público Estadual.

Art.8º O percentual de aumento concedido ao vencimento dos cargos de carreira integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual não incidirá sobre a Vantagem Nominalmente Identificável instituída pela Lei Complementar nº 83, de 18 de março de 1993.

Parágrafo único. A vantagem referida neste artigo será aumentada, exclusivamente, nas mesmas datas e índices da revisão geral do funcionalismo público estadual, prevista no art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Art.9º Ficam absorvidas e extintas pelo aumento no valor do vencimento previsto no anexo único desta Medida Provisória:

I - a vantagem denominada Complemento ao Piso Nacional do Magistério - CPNM, prevista no art. 4º da Lei Complementar nº 455, de 11 de agosto de 2009;

II - o Prêmio Educar previsto nos artigos 1º e 2º da Lei 14.406, de 09 de abril de 2008;

III - o Prêmio Jubilar previsto nos artigos 1º e 2º da Lei 14.466, de 23 de julho de 2008.

Art.10. Ficam revogados:

I - o artigo 26 da Lei nº 1.139, de 28 de outubro de 1992;

II - o artigo 39 da Lei nº 1.139, de 28 de outubro de 1992;

III - o artigo 6º da Lei nº 9.847, de 15 de maio de 1995;

IV - o art. 7º da Lei nº 9.847, de 15 de maio de 1995;

V - o art. 2º da Lei nº 9.860, de 21 de junho de 1995;

VI - a Lei nº 9.888, de 19 de julho de 1995;

VII - o artigo 2º da Lei Complementar nº 304, de 04 de novembro de 2005;

VIII - o artigo 28 da Lei Complementar nº 456, de 11 de agosto de 2009;

IX - a Medida Provisória nº 188, de 23 de maio de 2011.

Art.11. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 1º de maio de 2011.

Florianópolis, 20 de junho de 2011.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

ANEXO ÚNICO

NÍVEL	REFERÊNCIAS						
	A	B	C	D	E	F	G
1	1.187,00	1.187,00	1.187,00	1.187,00	1.187,00	1.187,00	1.187,00
2	1.187,00	1.187,00	1.187,00	1.187,00	1.197,00	1.197,00	1.197,00
3	1.197,00	1.221,00	1.221,00	1.221,00	1.244,00	1.244,00	1.244,00
4	1.221,00	1.244,00	1.244,00	1.244,00	1.244,00	1.244,00	1.275,10
5	1.244,00	1.244,00	1.244,00	1.275,10	1.306,98	1.339,65	1.373,14
6	1.275,10	1.306,98	1.339,65	1.373,14	1.407,47	1.442,66	1.478,73
7	1.380,00	1.414,50	1.449,86	1.486,11	1.523,26	1.561,34	1.600,38
8	1.486,11	1.523,26	1.561,34	1.600,38	1.640,39	1.681,40	1.723,43
9	1.600,38	1.640,39	1.681,40	1.723,43	1.766,52	1.810,68	1.855,95
10	1.723,43	1.766,52	1.810,68	1.855,95	1.902,35	1.949,90	1.998,65
11	1.855,95	1.902,35	1.949,90	1.998,65	2.048,62	2.099,83	2.152,33
12	1.998,65	2.048,62	2.099,83	2.152,33	2.206,14	2.261,29	2.317,82

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 291/11

ASSOCIAÇÃO FRATERNA ARCA DA ALIANÇA

Ilmo. Sr. Gelson Merisio

Presidente

Assembleia Legislativa

Ofício nº 010/2011 - AFAA

Joinville, 08 de Junho de 2011

A Associação Fraterna Arca da Aliança inscrita sobre o CNPJ 79.370.391/0001-96 situada à João da Costa Junior, 980 fundos/ chácara vem por meio desta solicitar a Certidão de Utilidade Pública Estadual, salientamos que já possuímos a de Lei 11.785, de 04 de junho de 2011, mas durante todo esse período não foi enviada a prestação de para a Assembleia Legislativa. Por esse motivo encaminhamos todas as documentações necessárias para solicitação da Utilidade Pública Estadual.

Certo de sua compressão agradeço antecipadamente.

Elias Dimas dos Santos

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 22/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 292/11

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Criciúma

OFIC Nº 071/2011-SE/APAE

CRICIÚMA SC, 08 DE JUNHO DE 2011.

EXMO. SR:

DEPUTADO GELSON LUIZ MERISIO

DD. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA

RUA JORGE LUIZ FONTES, 310

FLORIANOPOLIS - SC

CEP.88020-900.

Senhor Presidente:

Atráves do presente estamos encaminhando abaixo discriminado em anexo, os seguintes documentos para Renovação da Certidão de Utilidade Pública Estadual, de acordo com a Lei nº 14.182 de 01/11/2007.

a) Relatório Circunstanciado do Exercício de 2010

b) Declaração de Funcionamento da Entidade.

c) Cópia Balanço e Demonstrações Contábeis Exercício 2010.

d) Cópia de Parecer de Conselho Fiscal

e) Cópia Publicação do Balanço no Jornal a Tribuna do Dia.

f) Cópia da Certidão Pessoas Jurídicas do Cartório.

g) Cópia da Ata de Posse da Nova Diretoria da Apae de Criciúma para os Exercícios 2011 a 2013

Sendo o que nos oferecia para o momento, firmamos-nos mui cordial e,

Atenciosamente
LUIZ SIDNEY CITADIN
VICE-PRESIDENTE
APAE DE CRICIUMA

Lido no Expediente
Sessão de 22/06/11

*** X X X ***

OFICIO Nº 293/11

CONSELHO COMUNITÁRIO DO BAIRRO COSTA E SILVA

Joinville, 10 de maio de 2011.

Prezado Senhores:

O Centro Comunitário do Bairro Costa e Silva vem através da presente solicitar uma certidão que comprove seu reconhecimento de utilidade pública estadual, e para isso envia os documentos em anexo:

Cópias: Balanço financeiro 2010
 Relatório de atividades anual 2010
 Declaração

Cópia do Estatuto e das alterações ocorridas

Certos de podermos contar com sua habitual atenção antecipadamente agradecemos e nos colocamos a disposição caso haja necessidade de maiores esclarecimentos.

Conselho Comunitário do Bairro Costa e Silva
 Adalberto Franco de Camargo - Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 22/06/11

*** X X X ***

OFICIO Nº 294/11

Fé e Alegria

Movimento de Educação Popular Integral e Promoção Social

Ofício CS.003.11

Palhoça, 21 de junho de 2011.

Ilmo. Senhor

Gelson Merisio - Deputado Estadual

Presidente da Assembléia Legislativa - SC

A Fundação Fé e Alegria do Brasil, vem através encaminhar documentos solicitados referentes a entidade declarada de Utilidade Pública, para o devido controle e identificação do cumprimento da Lei Nº **15.125**.

Documentos solicitados:

- Relatório anual de atividades do exercício de 2010;
- Atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei.
- Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- Balancete contábil.

Ana Paula Melo
 Assistente de Projetos
 Fundação Fé e Alegria Santa Catarina

Lido no Expediente
Sessão de 22/06/11

*** X X X ***

OFICIO Nº 295/11

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ALESC

Setor de Coordenadoria de Documentos.

POLO TECNOLÓGICO DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

DA REGIÃO DE BLUMENAU - BLUSOFT, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 81.160.376/0001-65, com sede a Rua Dois de Setembro, nº 733, Bairro Itoupava Norte, CEP 89052-000, Município de Blumenau - SC, vem, através de seu Presidente do Conselho de Administração, declarar e encaminhar o que segue:

- Que a entidade fora declarada de utilidade pública através da Lei nº 13.149 de 29 de Novembro de 2004.

- Que a entidade permanece cumprindo os requisitos para a concessão e manutenção da declaração de Utilidade Pública, conforme determina o Art 3º, inciso I, III e IV da Lei nº 14.182, de 01 de Novembro de 2007

- Outrossim, a entidade encaminha a Vossa Senhoria toda a documentação necessária para comprovação do disposto na presente declaração.

Blumenau - SC, 14 de junho de 2011.

JEZIEL MONTANHA
Presidente do Conselho Administrativo
CPF 530.559.429-49

Lido no Expediente
Sessão de 22/06/11

*** X X X ***

OFICIO Nº 296/11

CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL VIDA E ARTE - AEF

Tubarão, 14 de junho de 2011.

DOCUMENTAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL

Associação Edson Filho

Rua: Wenceslau Bras, 82

CEP 88705-070

Tubarão, Santa Catarina

FONE (48)3626-8077

CNPJ sob o nº 05.044.186/0001-02

Título concedido pela LEI Nº 14.810, de 27 de junho de 2009,

LISTA DE DOCUMENTOS:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
 II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;
 III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
 IV - balancete contábil."

Junho 2011

Tubarão, SC 30 de março de 2010.

Humberto Rodrigues Lima

Presidente da Associação Edson filho

Lido no Expediente

Sessão de 22/06/11

*** X X X ***

OFICIO Nº 297/11

Associação Assistencial Lar Betânia

Blumenau, 15 de junho de 2011.

Ofício 018/2011

À

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis

Prezado Senhores:

Ao cumprimentá-los, vimos entregar a Declaração de Funcionamento, Certidão de Inteiro Teor, Relatório de Atividades do ano de 2010 e Balancete Contábil do exercício 2010, conforme determina a Lei 15.215, para renovação da Utilidade Pública Estadual.

Apresentando nossa manifestação de apreço, subscrevemos mui

Atenciosamente

SAMUEL ANTONIO LEMOS

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 22/06/11

*** X X X ***

OFICIO Nº 298/11

GRUPO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARAÍSO

Joinville, 15 de junho de 2011.

À Gelson Merisio.

Presidente da Assembléia Legislativa

Florianópolis (SC)

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS.

Em cumprimento ao Art. 3º da LEI Nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010, anexamos os documentos ali solicitados.

- I - Relatório anual de atividades do exercício anterior;
 II - Atestado de funcionamento atualizado nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;
 III - Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Pessoas jurídicas e
 IV - Balancete Contábil

Atenciosamente,

Odinéia da Silva

Auxiliar Administrativo

GASP - Grupo de Assistência Social Paraíso

Lido no Expediente

Sessão de 22/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 299/11**ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DO APOIO - AMA**

Florianópolis, 16 de Junho de 2011.

ILMO. SR. DEPUTADO ESTADUAL

GELSON LUIZ MERISIO

PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA

A **ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DO APOIO - AMA**, única responsável pela manutenção administrativa e financeira do **Posto CVV de Florianópolis**, que há 18 anos desenvolve as atividades do Programa CVV de Prevenção do Suicídio, com sede à Av. Hercílio Luz, nº 639, sala 408, na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, declarada de utilidade pública estadual pela **Lei nº 9.083/93**, neste momento em que faz positiva avaliação de suas atividades no decorrer do ano de 2010, vem, para o devido controle, encaminhar os seguintes documentos;

- Relatório anual de atividades.
- Declaração de funcionamento.
- Balancete contábil.

Atenciosamente,

Cléa Sarda da Cunha
Presidente*Lido no Expediente**Sessão de 22/06/11*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 300/11**Fundação VIDA - Apoio à Família Catarinense, de Florianópolis**

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação VIDA - Apoio à Família Catarinense, de Florianópolis, referente ao exercício de 2010.

Maria Bernadete Pavan
Diretora Presidente
Fundação Nova Vida
Clara Inês G. Bernardes
Diretora Financeira
Fundação Nova Vida

*Lido no Expediente**Sessão de 22/06/11*

*** X X X ***

**PROJETO DE EMENDA
CONSTITUCIONAL****PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 007/11****ESTADO DE SANTA CATARINA****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 150**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 49, inciso II, da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Procuradoria-Geral do Estado, o projeto de Emenda Constitucional que "Altera o § 4º do art. 13 e revoga o § 2º do art. 40 da Constituição do Estado de Santa Catarina".

Florianópolis, 15 de junho de 2011

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 007/11

Florianópolis, 14 de junho de 2011.

Excelentíssimo Senhor Governador,

Em virtude da necessidade premente de ser ampliada a cobertura do abastecimento de água nos Municípios catarinense, para se alcançar a universalização do atendimento e o significativo aumento dos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário da população urbana, como forma de preservação da saúde, do desenvolvimento sócio-econômico e do meio ambiente, o problema reclama a adoção de medidas políticas para se atender o interesse público.

Visa-se um investimento na área de saneamento básico do Estado de Santa Catarina, como forma de equacionar os problemas já existentes, revertendo-se à situação instalada.

Desta maneira, submetemos à apreciação de Vossa Excelência a anexa proposta de Emenda Constitucional que "altera a redação do § 4º do art. 13 da Constituição do Estado de Santa Catarina e dá nova redação ao art. 40 da Constituição Estadual", como medida necessária para aperfeiçoar a reestruturação da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN e possibilitar o desenvolvimento do saneamento básico no Estado.

A alternativa sugerida é a forma encontrada para capitalizar a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, através de alienação de parte das ações do Estado de Santa Catarina, preservando-lhe o controle acionário do capital votante majoritário da companhia, sociedade de economia mista.

Esta medida é indispensável para assegurar a atratividade na alienação das ações da companhia e criação de novas oportunidades de negócios, justificando-se, assim, a alteração da redação do § 4º do art. 13 da Constituição Estadual.

Posto isto e, considerando a urgência da proposta de emenda à Constituição do Estado de Santa Catarina, propomos que Vossa Excelência solicite ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Deputado Gelson Merísio, celeridade na tramitação da proposta, para que sejam concretizados com urgência os planos de gestão pública do Governo Estadual em benefício da coletividade catarinense.

Atenciosamente,

NELSON ANTÔNIO SERPA**Procurador-Geral do Estado****PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL PEC/0007.5/2011****EMENDA CONSTITUCIONAL Nº**

Altera o § 4º do art. 13 e revoga o § 2º do art. 40 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º O § 4º do art. 13 da Constituição do Estado de Santa Catarina, acrescido pela Emenda Constitucional nº 54, de 1º de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13.....

§ 4º A alienação ou qualquer transferência do controle acionário da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc, sua subsidiária Celesc Distribuição S.A., dependerá obrigatoriamente de autorização legislativa com posterior consulta popular, sob forma de referendo". (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o § 2º do art. 40 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 231/11****ESTADO DE SANTA CATARINA****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 143**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Infraestrutura, o projeto de lei que "Cria o fundo Estadual de Recuperação e Preservação da Ponte Hercílio Luz - FUNPHL e estabelece outras providências".

Florianópolis, 14 de junho de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*Lido no Expediente**Sessão de 21/06/11***ESTADO DE SANTA CATARINA****SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA****GABINETE DO SECRETÁRIO**

EM. Nº 016/2011

Florianópolis, 12 de maio de 2011.

Senhor Governador,

Com os devidos cumprimentos, reporto-me a Vossa Excelência para tratar sobre a Ponte Hercílio Luz que, reconhecida pelos governos Federal, Estadual e Municipal, como um momento histórico e artístico, permite a formulação de programas, projetos para recebimento de transferências, doações, subvenções e auxílios como incentivos de investimentos culturais previstos na Lei 8.313/91, conhecida como *Lei Rouanet*.

A programação objetiva das despesas do Estado satisfeita com os recursos públicos, previstas no Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual. Mesmo sendo instrumentos de planejamento, nem sempre podem definir *como, quando e onde* melhor estarão investidos os recursos. Daí a necessidade de estabelecer programas especiais, de caráter global, permanente ou temporário, para execução de algumas metas específicas, nas quais os recursos, uma vez programados, não podem sofrer qualquer restrição ou perdas a ponto de comprometer todo programa.

Os recursos públicos com autonomia de projeto e no enquadramento de investimento em função específica estarão definidos como programação especial. E esses recursos desvinculados do Orçamento são caracterizados como os Fundos Especiais.

O Fundo Especial, com espécie de receita vinculada é um instrumento de política fiscal. A Constituição Federal de 1988, por questões político-financeiras, orienta as políticas públicas, a se ajustarem à constituição de Fundos Especiais. A política fiscal, em suas atribuições no sistema tributário de geração de recursos necessários ao poder público para realizar funções próprias, desenvolve estratégias para arrecadação de tributos (impostos, taxas e contribuições) que contribuam para uma boa efetivação da receita, sendo que a vinculação de parte da receita arrecadada (os impostos são vedados pela Constituição Federal).

Com a vinculação da receita para um fundo, de certa forma, se tem um controle do que foi arrecadado ou gasto. E o fundo Especial como instrumento dessa política fiscal justifica, arbitrariamente, as atitudes dessa política, dissociando, do montante da receita, o *quanto* será destinado para cobrir aquela despesa específica. Alguns argumentos para adoção desse mecanismo de vinculação de receitas a fins específicos são: **(a)** regularidade dos fluxos e **(b)** eficiência econômica do gasto público, **(c)** estabilidade do sistema federativo, e **(d)** descentralização do processo decisório.

A regularidade dos fluxos de recursos financeiros direcionados a alguns segmentos do gasto público pode ser considerada positiva à medida que proteja determinadas políticas setoriais, cujos resultados dependam da sustentação financeira, a longo prazo, das decisões políticas de curto prazo. Além disso, contribui para a obtenção de maior eficiência no gasto público ao proteger investimentos em curso, de perdas decorrentes da interrupção de fluxos financeiros necessários à conclusão de programas e geração de resultados.

A criação do Fundo, nos programas para Recuperação da Ponte Hercílio Luz, não serviria apenas como um depósito financeiro, mas também como um fator que pode contribuir para a eficiência pública, pois o recurso que lhe é destinado não seria, apenas, uma despesa, mas um investimento, na medida em que alcança uma maior eficiência no gasto público.

A vinculação da receita também exerce papel importante no programa de recuperação da Ponte Hercílio Luz. A despesa, de forma oblíqua, condicionaria grande parte das transferências fiscais intergovernamentais, doações particulares, subvenções, a critérios técnicos previamente definidos e juridicamente fundamentados, criando condições para a conformação de uma linha estável, independentemente de interferências, variações circunstanciais, descontinuidades na condução das políticas públicas e, consequentemente, geradora de ineficiência econômica dos gastos públicos.

Para se constituir um fundo faz-se necessário à constituição de um Conselho Deliberativo, com instância responsável pela aprovação dos planos, de natureza deliberativa e composição paritária.

Ante o exposto, aguardamos a aprovação da criação do Fundo Estadual de Recuperação e Preservação do Patrimônio Histórico da Ponte Hercílio Luz.

Sem mais para o momento, aproveito o ensejo para reiterar votos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Deputado VALDIR COLBACHINI
Secretário de Estado da Infraestrutura

PROJETO DE LEI Nº 0231.3/2011

Cria o Fundo Estadual de Recuperação e Preservação do Patrimônio Histórico da Ponte Hercílio Luz - FUNPHL e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Fundo Estadual de Recuperação e Preservação da Ponte Hercílio Luz - FUNPHL, com o objetivo de captar, administrar e alocar recursos financeiros para a conservação e restauração do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico da Ponte Hercílio Luz.

Art. 2º O Fundo Estadual de Recuperação e Preservação da Ponte Hercílio Luz - FUNPHL, de natureza e individualização contábeis e financeira, atuará por meio da captação, alocação e liberação de recursos, observadas a demonstração da viabilidade técnica do projeto e do plano de trabalho e sua adequação aos objetivos de conservação e recuperação do valor histórico, artístico e arquitetônico da Ponte Hercílio Luz.

Art. 3º - São recursos do Fundo Estadual de Recuperação e Preservação da Ponte Hercílio Luz - FUNPHL:

I - dotações consignadas no orçamento do Estado e créditos adicionais;

II - recursos oriundos da aplicação da Lei federal nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991;

III - doações, auxílios e contribuições que lhe forem destinados;

IV - transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas;

VI - resultados de aplicações financeiras das disponibilidades temporárias;

Art. 4º Os recursos de que trata o artigo anterior serão depositados em instituição bancária oficial.

§ 1º Os saldos positivos, verificados no fim de cada exercício, serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo;

§ 2º Os recursos depositados no Fundo Estadual de Recuperação e Preservação da Ponte Hercílio Luz - FUNPHL, serão única e exclusivamente destinados às finalidades de sua instituição, na forma do art. 1º desta Lei.

§ 3º O exercício financeiro do Fundo criado por esta Lei coincidirá com o ano civil.

Art. 5º O Fundo Estadual de Recuperação e Preservação da Ponte Hercílio Luz - FUNPHL, terá escrituração contábil própria, observadas a legislação federal e estadual, bem como as normas emanadas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º O Secretário de Estado da Infraestrutura, mediante atos administrativos próprios, editará os atos complementares necessários ao funcionamento do Fundo Estadual de Recuperação e Preservação da Ponte Hercílio Luz - FUNPHL.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 232/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 145

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Anchieta".

Florianópolis, 15 de junho de 2011,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 21/06/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 05/11

Florianópolis, 16 de fevereiro de 2011.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a adquirir, por doação do Senhor Jacir Antonio Nervis e outros, no Município de Anchieta o imóvel constituído por uma área de 4.247,00 m² (quatro mil, duzentos e quarenta e sete metros quadrados), sem benfeitorias, a ser desmembrada de uma área a maior, matriculada sob nº 2.781 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Anchieta.

A aquisição de que trata esta lei tem por finalidade regularizar a ocupação por parte da EEB. Padre Reinaldo Stein e do Ginásio Poliesportivo.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente

Milton Martini

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 0232/2011

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Anchieta.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Senhor Jacir Antonio Nervis e outros, no Município de Anchieta, o imóvel constituído por uma área de 4.247,00 m² (quatro mil, duzentos e quarenta e sete metros quadrados), sem benfeitoria, a

ser desmembrado de uma área maior, matriculado sob o nº 2.781 no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Anchieta.

Art. 2º A aquisição de que trata esta Lei tem por objetivo regularizar a ocupação da EEB Padre Reinaldo Stein e Ginásio Poliesportivo.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira.

Art. 4º O Estado será representado no ato da transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 233/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 146

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Revoga a Lei nº 13.361, de 07 de junho de 2005, que autoriza a aquisição de imóvel no Município de Joinville".

Florianópolis, 15 de junho de 2011,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 21/06/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 14/11

Florianópolis, 31 de janeiro de 2011.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência a minuta de projeto de Lei visando a revogação da Lei estadual nº 13.361, de 07 de junho de 2005, que autorizava a doação de imóvel no Município de Joinville, o imóvel constituído por um terreno com área 13.801,93 m² (treze mil, oitocentos e um metros e noventa e três decímetros quadrados), matriculado sob nº 72.482, no Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição da Comarca de Joinville.

A presente revogação ocorre em atendimento ao pedido formulado pela própria Prefeitura de Joinville.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente

Milton Martini

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 0233/2011

Revoga a Lei nº 13.361, de 07 de junho de 2005, que autoriza a aquisição de imóvel no Município de Joinville.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 13.361, de 07 de junho de 2005, publicada no Diário Oficial nº 17.652, de 07 de junho de 2005, que autoriza a aquisição de imóvel no Município de Joinville.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 234/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 147

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de

exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de São Francisco do Sul".

Florianópolis, 15 de junho de 2011,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 21/06/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 82/11

Florianópolis, 25 de abril de 2011.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a conceder ao Corpo de Bombeiros Voluntários de São Francisco do Sul, pelo prazo de 30 anos, o uso gratuito de uma área com 1.075,12 m² (um mil e setenta cinco metros e doze decímetros quadrados), contendo benfeitorias matriculado sob nº 13.450, no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Francisco do Sul e cadastrado sob nº 00864, no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

A presente concessão de uso tem por objetivo propiciar que a entidade continue prestando serviços voluntários à comunidade.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente

Milton Martini

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 234.6/2011

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de São Francisco do Sul.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder ao Corpo de Bombeiros Voluntários de São Francisco do Sul, pelo prazo de 30 (trinta) anos, o uso gratuito de uma área com 1.075,12 m² (um mil e setenta e cinco metros e doze decímetros quadrados), contendo benfeitoria, matriculado sob o nº 13.540 no 1º Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis da Comarca de São Francisco do Sul e cadastrado sob o nº 00864 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. De acordo com o que determina a Lei nº 5.704, de 28 de maio de 1980, em seu art. 7º, parágrafo único, inciso I, fica dispensada a concorrência para concessão de uso de que trata esta Lei por ser a entidade constituída de fins sociais e declarada de utilidade pública pela Lei nº 5.549, de 28 de junho de 1979.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por objetivo permitir que a entidade continue prestando serviços voluntários à comunidade.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao concessionário, em face da gratuidade da concessão de uso.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º O concessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, o concessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pela concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações da concedente e do concessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Joinville.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado
*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 235/11

**ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 148**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Imbituba".

Florianópolis, 15 de junho de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 21/06/11

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO
EM Nº 89/11**

Florianópolis, 25 de abril de 2011.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza a conceder à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina - FAESC, pelo prazo de dez anos, o uso gratuito de uma área com 322.697,87 m², (trezentos e trinta e dois mil, seiscentos e noventa e sete metros e oitenta e sete decímetros quadrados), matriculado sob nº 18.664, no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Imbituba e cadastrado sob o nº 4559, no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

A presente concessão de uso tem por objetivo a implantação de instalações próprias para a concentração e ambientação de bovinos, em regime de quarentenário, visando a subsequente exportação desses animais vivos, em base seguras, a mercados extremamente exigentes em termos de sanidade animal.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente

Milton Martini

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 0235.7/2011

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Imbituba.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina - FAESC, pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso gratuito do imóvel com 322.697,87 m² (trezentos e trinta e dois mil, seiscentos e noventa e sete metros e oitenta e sete decímetros quadrados), matriculado sob o nº 18.664 no Registro de Imóveis da Comarca de Imbituba e cadastrado sob o nº 4559 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por objetivo a implantação de instalações próprias para a concentração e ambientação de bovinos.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização a concessionária, em face da gratuidade da concessão de uso.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação,

segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pela concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações da concedente e da concessionária.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Laguna.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 236/11

**ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR**

MENSAGEM Nº 149

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Procuradoria-Geral do Estado, o projeto de lei que "Dispõe sobre a alienação de participação minoritária na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN e estabelece outras providências".

Florianópolis, 15 de junho de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 21/06/11

Companhia Catarinense

Casan de Águas e Saneamento

Exposição de Motivos nº 033/2011

Florianópolis, 1º de junho de 2011.

Excelentíssimo Senhor

João Raimundo Colombo

Governador do Estado de Santa Catarina Centro Administrativo

Rod. SC 401 - km 5, 4600 - Saco Grande

88032-005 Florianópolis - SC

Senhor Governador,

Com os nossos renovados cumprimentos, submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, proposição no sentido do envio de mensagem à Assembleia Legislativa do Estado visando, além da alienação das ações que a SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAR e a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC detêm nesta Companhia, permitir que a CASAN possa constituir subsidiárias e associar-se a outras empresas, tudo com o propósito de cumprir a sua função social.

Como é do seu conhecimento, a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento é uma sociedade de economia mista, criada pela Lei Estadual nº 4.547, de 31 de dezembro de 1970 e tem como objetivos, além da execução da política de saneamento básico, a coleta, o transporte, o transbordo, o tratamento e o destino final de resíduos sólidos, inclusive os domésticos, os industriais e os hospitalares; a captação, envase e distribuição de água potável e mineral para sua comercialização no varejo e no atacado e o aproveitamento do potencial hidráulico de mananciais, com o fim de geração de energia elétrica.

Seu capital social está dividido em 702.559.220 ações, das quais

o Estado de Santa Catarina detém 63,57%; a SC Parcerias S.A., 18,35%, a CELESC S.A., 15,76% e a CODESC 2,32%, além de outros acionistas privados, cujo capital social é inferior a um ponto percentual.

É, portanto, a CASAN, o instrumento de Governo responsável pelo desenvolvimento das ações de saneamento, cujo objetivo maior é a promoção da salubridade ambiental, compreendida como promoção de condições adequadas de vida para a população e preservação da qualidade do meio ambiente.

Enquanto setor econômico, o saneamento é estratégico em uma perspectiva de desenvolvimento do Estado, pois, a ampliação dos investimentos, no só promove a melhoria da saúde da população e a qualidade ambiental no meio rural e urbano, como também promove a geração de empregos. Os investimentos em saneamento dentro de uma concepção social são, portanto, essenciais para a diminuição da pobreza. Por outro lado, em uma perspectiva de crescimento econômico, os investimentos em saneamento agregam valor a um conjunto de outras atividades, como a produção imobiliária e o turismo.

Em se tratando de serviço de utilidade pública, o seu acesso é essencial para o bem estar da população, com fundamentais impactos na saúde pública, devendo ser respeitados os princípios relativos à sua condição de serviço público: a universalidade, isto é, a garantia a todos de acesso aos serviços; a continuidade do serviço, que implica em que todos os usuários têm direito à prestação regular e contínua dos serviços; a continuidade ou igualdade de tratamento para os usuários em situação comparável e a adaptação permanente do serviço em função da evolução das necessidades.

O setor de saneamento, do ponto de vista econômico, tem como característica importante a existência de custos fixos elevados, com prazos longos de retorno dos investimentos realizados. Como assinalam estudos do Pacif Institute for Studies in Development Environment and Security, os serviços de abastecimento de água requerem duas vezes mais investimentos que as companhias de eletricidade, tendo os mesmos custos de exploração anuais (Panaliappan, Colley, Gleick e Wolff, 2007). Os prestadores de serviços têm pouca margem de manobra para reduzir os custos fixos, o que dificulta o aumento de sua eficiência produtiva. Estes aspectos fazem com que a concorrência no setor de saneamento assuma características peculiares. De fato, o setor se caracteriza pela predominância de investimentos públicos (segundo dados do Banco Mundial apenas 5% dos investimentos privados são destinados a abastecimento de água e esgotamento sanitário).

Considerando estas características e a essencialidade dos serviços em termos sociais e ambientais, é indispensável à adoção de estratégias que permitam a realização dos investimentos necessários em saneamento.

As novas perspectivas para o setor de saneamento

O setor de saneamento levou quase 20 anos para a definição de uma estrutura de regulamentação e regulação para a prestação dos serviços. Depois de anos de discussão, em janeiro de 2007, foi aprovada a Lei 11.445 que veio finalmente estabelecer um marco regulatório para o setor. A lei abriu a possibilidade de grandes mudanças no setor, que se encontrava estagnado pela ausência de uma lei nacional de diretrizes. A existência de um marco regulatório que resultou de uma pactuação entre os diferentes atores do setor tende a criar um ambiente mais favorável aos investimentos neste setor de infra-estrutura.

Dentre os princípios definidos na Lei destaca-se a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico: adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais; utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários; transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados: controle social; entre outros.

A Lei define os instrumentos jurídicos que passam a regular as relações entre estados e municípios, que passam a ser designadas pelo termo instrumentos de cooperação federativa, quais sejam: Lei Municipal, autorizando a celebração do convênio de cooperação do Município com o Estado; Convênio de Cooperação entre Município e o Estado, prevendo a forma de gestão associada dos serviços e o Contrato de Programa entre o Município e a Companhia Estadual.

Em qualquer caso o contrato de programa deverá:

I - atender à legislação de concessões e permissões de serviços públicos e, especialmente no que se refere ao cálculo de tarifas e de outros preços públicos e à de regulação dos serviços a serem prestados; e

II - prever procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares

O contrato de programa e o convênio de cooperação são, portanto, os dois novos instrumentos que vão regular a relação entre os municípios, estados e as Companhias Estaduais prestadoras dos serviços,

A obrigatoriedade da existência de plano de saneamento básico elaborado pelo titular e de que os planos de investimentos e projetos sejam compatíveis com o respectivo plano de saneamento são condições para a validade dos contratos de concessão ou de programa. Estes instrumentos permitem o estabelecimento de políticas públicas de longo prazo voltadas para resultados concretos.

Por outro lado, para que estes serviços sejam disponibilizados à população, é preciso considerar que existem custos de produção e que estes custos devem ser cobrados através de tarifas. As tarifas devem cobrir não somente os custos de exploração e manutenção dos serviços, mas também as inversões necessárias para o desenvolvimento dos sistemas e para a substituição das infraestruturas obsoletas.

Este é um cenário que dá maior estabilidade aos investidores, além de toda a normatização da estrutura de cobrança pelos serviços estabelecida na Lei, que pretende conciliar a possibilidade de retorno nos investimentos realizados e acesso aos serviços de todas as categorias de usuários, inclusive os de mais baixa renda.

Perspectivas da demanda nacional.

No Brasil, a demanda por serviços de saneamento é alta, tanto a demanda existente, formada por aqueles usuários residenciais que ainda não dispõem de serviços, que lhes são garantidos por lei, quanto à demanda esperada em função do crescimento da população e da expansão urbana. No caso da demanda existente e não atendida, considerando as áreas urbanas, os dados do IBGE mostram que esta se concentra nos usuários de baixa renda, e nos sistemas de esgotamento. A demanda esperada envolve a ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, para atender o crescimento da população e das atividades produtivas e as reposições necessárias nos sistemas existentes, para que estes se mantenham em condições de funcionamento satisfatórias.

Considerando os dois tipos de demanda, é preciso identificar estratégias de investimentos adequadas às características da demanda social existente, mas que dêem conta também da demanda produtiva esperada que tende a crescer, em um cenário de desenvolvimento uma estrutura tarifária e um modelo de gestão adequado, os recursos arrecadados pelos prestadores dos grandes usuários industriais e comerciais podem vir a ter um papel importante no financiamento do atendimento aos usuários de baixa renda.

Embora o Estado de Santa Catarina, no que se refere ao abastecimento de água, apresente índices nas áreas urbanas que se aproximam da universalidade, as desigualdades no acesso aos serviços de água são significativas entre os habitantes das zonas rurais onde encontramos pequenos sistemas que distribuem água provenientes de poços ou nascentes, sem tratamento nem adição de flúor à água com a agravante de que grande parte deles não são objeto de fiscalização por parte da vigilância sanitária, conforme determina a legislação.

Apesar da CASAN ter investido nos últimos oito anos, dentre recursos próprios e financiados, a soma de R\$ 460 milhões que resultaram em obras para a melhoria do abastecimento de água e dos serviços de coleta e tratamento de esgoto no Estado, levado água tratada a 2,5 milhões de pessoas e atingido um índice próximo de 100% da população urbana nas áreas de concessão da Companhia, e tenha contratado ou programado a contratação junto aos organismos de financiamento Nacional e Internacionais recursos que alcançam a soma de R\$ 1.475.723.401,00 (um bilhão, quatrocentos e setenta e cinco milhões, setecentos e vinte

e três mil e quatrocentos e um reais) os quais permitirão elevar os índices de tratamento de esgoto dos atuais 16,04% para 45% nas áreas de sua concessão, há uma demanda pendente na Empresa de definição de fonte da ordem de R\$ 780.427.847,00 (setecentos e oitenta milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, oitocentos e quarenta e sete reais).

Além disso, por força das disposições contidas na legislação federal, os municípios estão elaborando os seus planos municipais de saneamento, o que significa que a demanda por investimentos a curto e médio prazos, especial na área do esgotamento sanitário, será extremamente elevada, estimando-se em mais de R\$ 6 bilhões.

Frente a este quadro, a Companhia estará obrigada a firmar contratos de programa assumindo compromissos de curto prazo muito superiores à sua capacidade de investimentos, o que põe em risco a manutenção das concessões.

Embora os recursos possam estar disponíveis no mercado financeiro, a CASAN, apesar de sua saúde econômico-financeira, possui limitações em sua capacidade de endividamento, não podendo absorver isoladamente toda a demanda estadual, para que se atinja a universalização dos serviços.

Os municípios, por sua vez, também não possuem capacidade de endividamento e a experiência daqueles que assumiram os sistemas, ainda que superavitários, tem demonstrado que não ocorreram avanços significativos em termos de saneamento, tendo vários deles manifestado a intenção de retornar ao Sistema CASAN. Assim, a solução do gargalo passa necessariamente pela ampliação dos investimentos públicos e pela efetividade destes investimentos, o que implica em investir também na melhoria da gestão por meio do desenvolvimento institucional.

Opções de Mercado

Operações de captação de recursos no mercado de capitais, por meio de fundos de investimentos, debêntures e ações têm sido alternativas adotadas por outras empresas congêneres, como a SABESP e a COPASA, empresas públicas estaduais que recorrem a este expediente para se capitalizar. A SABESP tem 49,7% das suas ações nas bolsas de São Paulo e Nova York. A COPASA lançou em 2006 25% das suas ações na Bolsa de São Paulo. A COMPESA de Recife fez um acordo com a Caixa Econômica Federal para a venda de 30% do seu capital em ações, em troca da quitação de dívida com o banco. Os governos estaduais permanecem, porém, acionistas majoritários nas três companhias. Esta forma de capitalização vem sendo apontada pela Caixa Econômica Federal como uma alternativa para a realização de investimentos nas Companhias Estaduais.

O atual cenário Brasileiro, de um crescimento econômico da ordem de 4%, mantendo-se as taxas de juros atuais e num contexto de estabilidade econômica, com dólar estável e com regras claras favorece investimentos públicos e privados de longo prazo. Este tipo de investimento, cria a possibilidade de ampliação da participação das empresas nacionais e internacionais especializadas no desenvolvimento de tecnologias, assim como amplia a possibilidade de negócios para as companhias estaduais de saneamento que podem inclusive passar a atuar fora dos seus estados de origem, através de acordos de cooperação técnica com outras empresas estaduais, o que implica em um início de processo rearranjo de atores, com novos territórios de gestão.

O maior controle dos municípios sobre os investimentos realizados em seus territórios, a repactuação das relações entre municípios e a companhia estadual, agora regulada pelo novo instrumento (Convênio de Cooperação e Contrato de Programa) e a criação de instâncias de regulação, levarão a maior efetividade nos programas e ações em um quadro de boa disponibilidade de recursos para investimentos.

A tendência é, portanto, de um rearranjo dos sistemas de atores e de novos formatos de concorrência, que passará a se dar em um cenário bem mais complexo onde estarão presentes diferentes atores públicos e atores privados, que podem se associar em novos formatos de parcerias.

Por todo o exposto, a alternativa que se apresenta é no sentido da alienação das ações pertencentes à SC Participações e Parcerias S.A. SCPAr e à Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC, de sorte a permitir o ingresso de novos

recursos para aplicação em saneamento. Através da seleção no mercado de um parceiro estratégico, pretende-se uma melhoria na gestão da Companhia e o aumento da produtividade, cujos ganhos econômicos deverão ser revertidos em novos investimentos. Além disso, a manutenção do Estado na condição de acionista majoritário é a garantia de preservação da CASAN como empresa pública.

Respeitosamente

DALÍRIO JOSÉ BEBER

Diretor-Presidente

PROJETO DE LEI Nº PL/0236.8/2011

Dispõe sobre a alienação de participação minoritária na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a alienar ações da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, por meio de leilão, a sócio estratégico, resguardando-se ao Estado de Santa Catarina, diretamente ou por meio de sociedades controladas, a propriedade e posse de, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das ações do capital votante.

§ 1º A alienação de que trata o *caput* deste artigo deverá ser precedida de uma avaliação econômico-financeira das ações da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN.

§ 2º Como etapa preparatória da alienação mencionada no *caput* deste artigo, fica autorizado o Estado de Santa Catarina a aumentar a sua participação acionária na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, mediante aquisição das ações de propriedade da SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAr e Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC por operações de resgate, redução de capital ou reembolso.

Art. 2º A licitação, na modalidade leilão, será precedida de pré-qualificação dos licitantes interessados, podendo ser realizada em Bolsa de Valores e presidida pela Secretaria de Estado da Fazenda, com assessoramento da SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAr, por meio de Comissão Especial de Licitação.

Parágrafo único. A qualificação prévia avaliará a capacitação técnica, econômico-financeira e gerencial do licitante interessado, sua experiência na área de saneamento básico, na operação, na manutenção, na expansão e na comercialização dos serviços em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como nos processos para a redução das perdas de água.

Art. 3º O produto da alienação das ações referida no art. 1º desta Lei será obrigatoriamente aplicado pelo Estado de Santa Catarina na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, mediante aumento de capital, para consecução do objeto social da CASAN.

Art. 4º Fica o Estado de Santa Catarina autorizado a participar de aumentos de capital da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, independentemente de autorização legislativa, com recursos provenientes do produto da alienação de que trata o art. 3º desta Lei.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar com o licitante vencedor, adquirente das ações da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, Acordo de Acionistas, bem como a promover a adaptação do Estatuto Social da companhia para regular o relacionamento entre o Estado de Santa Catarina e o sócio estratégico, resguardando inclusive os investimentos e direitos societários do mesmo, incluindo, entre outras matérias, o direito de preferência na alienação e compra de ações, realização de oferta pública e as regras sobre direito de voto nas deliberações da companhia que versem sobre a escolha de membros do Conselho de Administração e da Diretoria, aprovação da remuneração dos administradores, emissão de ações e debêntures, aumento de capital, inclusive com capitalização de créditos ou bens de qualquer natureza, política de distribuição de dividendos, orçamentos de capital, realização de investimentos, alteração dos estatutos e reorganização societária da companhia.

Art. 6º As despesas decorrentes da realização dos procedimentos previstos nesta Lei estão previstas na rubrica orçamentária.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 237/11

Denomina de "Affonso Böing" a rodovia SC-421, no trecho compreendido entre o município de Vitor Meireles e o entroncamento com a rodovia SC-114.

Art. 1º Fica denominado Affonso Böing o trecho da rodovia SC-421, compreendido entre o município de Vitor Meireles e o entroncamento com a rodovia SC-114.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Aldo Schneider

Lido no Expediente

Sessão de 21/06/11

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresenta à consideração dos eminentes Pares deste Parlamento visa atribuir a denominação de Affonso Böing o trecho da rodovia SC-421, compreendido entre o município de Vitor Meireles e o entroncamento com a rodovia SC-114.

O homenageado, nascido em 18 de julho de 1917, sem sombra de dúvida, foi um dos cidadãos que em muito contribuiu ao desenvolvimento comunitário tendo, notadamente, entre as suas inúmeras realizações, empreendido decisivas ações no sentido de viabilizar melhores dias a muitos catarinenses, com destaque às áreas da agricultura e religião, impondo reflexos de desenvolvimento e amparo àquela população e região.

Igualmente, sempre participou ativamente de ações comunitárias, tendo deixado a todos que o conheceram claras lembranças de um cidadão de postura irretocável e com iniciativas progressistas.

Faleceu em 8 de setembro de 1979, aos 59 anos, deixando aos seus familiares e à população o testemunho de um cidadão ativo e generoso, bem como de uma pessoa extremamente dedicada.

Em anexo, consta breve relatório de atividades desenvolvidas pelo Sr. Affonso Böing, o que reflete, de forma bastante sucinta, momentos de sua inesquecível trajetória.

Solicito, então, a aprovação da proposta por esta Casa.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 238/11

Dispõe sobre a substituição e o recolhimento de sacolas plásticas em estabelecimentos comerciais e industriais sediados no Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Art. 1º Fica disciplinada a substituição e o recolhimento de sacolas plásticas, em estabelecimentos comerciais sediados no Estado de Santa Catarina, como forma de colocá-las à disposição do ciclo de reciclagem e proteção do meio ambiente.

Art. 2º As sociedades comerciais e os empresários definidos no Código Civil Brasileiro, titulares de estabelecimentos comerciais e industriais localizados no Estado, promoverão a substituição das sacolas plásticas ou sacos plásticos, compostos por polietileno, polipropileno e ou matérias-primas equivalentes, utilizados nos referidos estabelecimentos, por sacolas reutilizáveis, para o acondicionamento e entrega de gêneros alimentícios, produtos e mercadorias aos clientes.

§ 1º Entende-se por sacolas reutilizáveis aquelas que sejam confeccionadas em material resistente ao uso continuado, que suportem o acondicionamento e transporte de produtos e mercadorias em geral e destinados ao atendimento das necessidades de transporte dos clientes.

§ 2º A substituição poderá dar-se por matérias-primas alternativas não poluentes e não agressivas ao meio ambiente.

§ 3º Este artigo não se aplica às embalagens originais das mercadorias, aplicando-se aos sacos e sacolas fornecidas pelo próprio estabelecimento para pesagem e embalagem de produtos perecíveis ou não.

§ 4º A substituição prevista no *caput* deste artigo será efetuada nos seguintes prazos:

I - três anos, a contar da entrada em vigor da presente Lei, para as sociedades e os empresários classificados como microempresas nos termos do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

II - dois anos, a contar da entrada em vigor da presente Lei, para as sociedades e os empresários classificados como empresas de pequeno porte nos termos do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; e

III - um ano, a contar da entrada em vigor da presente Lei, para as demais sociedades e empresários titulares de estabelecimentos sujeitos à presente Lei.

Art. 3º Os estabelecimentos de que trata o artigo anterior disponibilizarão estrutura ao público destinada a receber sacolas plásticas e sacos plásticos a serem entregues, independentemente do estado de conservação e origem destes.

Art. 4º Os estabelecimentos de que trata o *caput* do art. 2º ficam obrigados a fixarem placas informativas junto aos locais de embalagem de produtos e caixas registradoras, no prazo de até um ano após a entrada em vigor da presente Lei, observando-se o seguinte:

I - dimensões: 35 cm X 25 cm; e

II - dizeres: "SACOLAS PLÁSTICAS CONVECIONAIS DISPOSTAS INADEQUADAMENTE NO AMBIENTE CATARINENSE LEVAM MAIS DE 100 ANOS PARA SE DECOMPOR. COLABOREM, DESCARTANDO-AS, SEMPRE QUE NECESSÁRIO, EM LOCAIS APROPRIADOS À COLETA SELETIVA. TRAGA DE CASA A SUA PRÓPRIA SACOLA OU USE SACOLAS REUTILIZÁVEIS"

Art. 5º O não cumprimento das disposições desta Lei implicará aos estabelecimentos comerciais infratores na imposição de multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por obrigação descumprida.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até noventa dias contados da data da sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Aldo Schneider

Lido no Expediente

Sessão de 21/06/11

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresenta à consideração dos Pares deste Parlamento visa dispor sobre "a substituição e o recolhimento de sacolas plásticas em estabelecimentos comerciais e industriais sediados no Estado de Santa Catarina e adota outras providências".

Rotineiramente se verifica a utilização de sacolas plásticas ou sacos plásticos, como instrumentos para transporte de pequenas quantidades de produtos, ocasionando vários problemas, principalmente vinculados ao meio ambiente, em função de serem, em sua quase totalidade, produzidos de polietileno e polipropileno, polímeros de plásticos.

Ocorre que grande parte desses plásticos acaba se transformando em lixo ou recipientes para acondicionar lixo, especialmente em face de que após o transporte a utilidade acaba se exaurindo.

Destarte, com o intuito de promover discussão e conseqüente a regulamentação sobre o tema, se tem por escopo instituir essas regras para defesa do meio ambiente e o incentivo ao desenvolvimento sustentável.

Contudo, impende lembrar estar consignada prerrogativa ao Estado-membro em legislar sobre a espécie, com destaque tendo em vista os arts. 9º, inciso VI, 10, inciso VI, 182, inciso VII, da Constituição Estadual e 23, inciso VI, 24, inciso VI e 225, § 1º, inciso I, da Carta da República.

Muitos países já proibiram o uso dos sacos plásticos, e há lugares em que pode haver multa e até prisão. Verificou-se que a alternância é a única maneira de acabar com este inimigo da natureza, já que poucas pessoas têm consciência dos problemas ambientais que estes sacos plásticos geram.

No Brasil, a substituição das embalagens já vigora no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília e Aracajú. Estas são algumas localidades que eliminaram as sacolas plásticas por força da legislação. A iniciativa pioneira partiu do Estado no Rio de Janeiro que aprovou a Lei 5.502, no ano de 2009. O mesmo aconteceu recentemente em Belo Horizonte.

Portanto, a medida em tablado tem a ver com nossa capacidade de gerar menos resíduo. É preciso informar mais, dotar as cidades de maior infraestrutura para tratar do resíduo, mobilizar outros atores neste processo.

Pelos motivos acima, solicito aos Pares desta Casa a aprovação deste projeto, que considero de grande importância para a população do Estado de Santa Catarina.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 239/11

Declara de utilidade pública o Grupo Amigo Bicho, com sede no município de São Miguel do Oeste.

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Grupo Amigo Bicho, com sede no município de São Miguel do Oeste.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de suspensão do reconhecimento de utilidade pública, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;
 II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei n.º 15.125/10;
 III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
 IV - balancete contábil.
 Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 Sala das Sessões,
 Deputado Mauro de Nadal

Lido no Expediente
Sessão de 21/06/11

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por escopo reconhecer a Utilidade Pública Estadual do Grupo Amigo Bicho, instituição sem fins lucrativos, tendo em vista os relevantes serviços prestados a comunidade, em especial, no tocante ao direito ambiental e à saúde pública ao fomentar ações de proteção e defesa dos animais.

Destaca-se que a entidade possui como finalidades a promoção de estudos, de eventos de conscientização e a cooperação com o poder público na solução dos problemas que se relacionem com o bem-estar dos animais e do meio ambiente em que vivemos.

Por esta razão, considerando o devido atendimento à legislação vigente e a relevância dos serviços prestados, a exemplo do reconhecimento de sua utilidade pública pelo Poder Público municipal, deve este Parlamento igualmente reconhecê-la, assegurando à entidade todos os direitos e benefícios decorrentes da legislação afim.

Para fins de instrução da presente proposição, segue anexa a documentação exigida pela legislação estadual, nos termos da Lei 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 240/11

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Rua Governador Jorge Lacerda e Transversais, de Blumenau.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, a Associação dos Moradores da Rua Governador Jorge Lacerda e Transversais, com sede e foro na cidade e Comarca de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
 II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;
 III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
 IV - balancete contábil.
 Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 Sala das Sessões,
 Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente
Sessão de 21/06/11

JUSTIFICATIVA

A Associação dos Moradores da Rua Governador Jorge Lacerda e Transversais é uma entidade civil, de duração indeterminada, de caráter representativo, reivindicatório, educativo, beneficente, sem fins lucrativos, político-partidários ou religiosos.

A Associação tem por finalidade promover e lutar pelo bem comum, reivindicar melhorias e promover o desenvolvimento da comunidade.

Considerando o devido atendimento à legislação vigente e a relevância dos serviços prestados pela "Associação dos Moradores da Rua Governador Jorge Lacerda e Transversais", de Blumenau, solicitamos aos Excelentíssimos Senhores Deputados a aprovação desta proposição, concedendo à entidade mencionada o título de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 241/11

Regulamenta a utilização de embalagens para o acondicionamento de produtos, mercadorias em geral e lixo pelos estabelecimentos comerciais e órgãos públicos no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Esta Lei regulamenta a utilização de embalagens para o acondicionamento de produtos, mercadorias em geral e lixo, pelos

estabelecimentos comerciais e órgãos públicos no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Os estabelecimentos comerciais localizados no Estado de Santa Catarina devem utilizar, para o acondicionamento de produtos e mercadorias, preferencialmente, embalagens plásticas biodegradáveis ou de papel.

Parágrafo único. Os órgãos públicos estaduais devem utilizar para o acondicionamento de produtos, mercadorias em geral e lixo, embalagens plásticas biodegradáveis.

Art. 3º Os estabelecimentos comerciais terão o prazo de dois anos, a contar da data de publicação desta Lei, para disponibilizar, gratuitamente, sacolas plásticas biodegradáveis ou de papel, devendo também estar disponível as embalagens de plástico comum, que obrigatoriamente serão cobradas do consumidor.

Parágrafo único. O cliente de estabelecimento comercial que optar por consumir embalagens de plástico convencional estará sujeito à cobrança pelas unidades cedidas.

Art. 4º Esta Lei aplica-se apenas às embalagens fornecidas pelos estabelecimentos comerciais e as utilizadas pelo Poder Público, excetuando-se as embalagens originais dos produtos ou mercadorias.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder incentivo fiscal, nos três primeiros anos da vigência desta Lei, aos estabelecimentos comerciais que aderirem em prazo anterior ao disposto no art. 3º desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões
 Deputado Gelson Merísio

Lido no Expediente
Sessão de 21/06/11

JUSTIFICATIVA

Estima-se que, no mundo, são consumidos um milhão de sacos plásticos por minuto. Isso significa em torno de 1,5 bilhão por dia e mais de 500 bilhões por ano. É o produto que mais causa poluição nas cidades, entope a drenagem urbana e os rios, provocando inundações e, principalmente, prejudica a vida dos homens e animais.

No Brasil, em cada mês, são distribuídos, só para os supermercados, um bilhão de sacos plásticos, o equivalente a 33 milhões de unidades por dia e 12 bilhões por ano. Estima-se que um brasileiro utiliza pelo menos 66 sacos plásticos por mês.

Calcula-se que mais de 80% do plástico produzido é usado pelo brasileiro apenas uma vez, depois é descartado, motivo pelo qual se faz necessário atentar para o fato, pois o resíduo plástico pode levar até 450 anos para se deteriorar, constituindo-se em um dos maiores vilões do meio ambiente.

Sacos e sacolas plásticas cada vez mais são consumidos e descartados, mesmo com uma única vez de uso, sendo jogados em lixões, nos campos, nos rios, manguezais e no mar, causando prejuízos incalculáveis ao homem, aos animais, a flora e a fauna e a sociedade como um todo.

O uso indiscriminado de sacolas plásticas pode ser visualizado nos rios, lagoas e mangues, onde se acumulam com facilidade, bem como nas cidades contribuem fortemente para a obstrução das galerias pluviais, provocando enchentes em áreas urbanas, desabrigando centenas de famílias que, de imediato, precisam da ação imediata do poder público visando à acomodação emergencial em abrigos, à prevenção de doenças e toda a recuperação da infra-estrutura danificada.

A situação vem se agravando e é imprescindível a adoção de medidas urgentes para frear o consumo desse material, de forma a contribuir com a preservação e conservação não apenas de rios, lagoas e mangues, mas também dos centros urbanos.

A alternativa posta em prática por alguns países é a cobrança pelo uso da sacola plástica e a sua substituição por embalagens degradáveis. Esta última já vem sendo objeto de proposta em algumas cidades brasileiras.

O material utilizado na fabricação das sacolas degradáveis se deteriora num período de 40 a 120 dias pela ação de microorganismos em contato com o solo, com resíduos orgânicos e em ambientes de compostagem e de aterros sanitários, os chamados lixões. Ele se transforma em um composto orgânico que pode ser usado como húmus na adubação, por exemplo.

O pânico provocado pelo aquecimento global tem nos levado a soluções interessantes para preservar o meio ambiente. Em alguns casos, o investimento financeiro para diminuir a poluição é gigantesco e complexo, pois exige dinheiro, a alteração de métodos de produção consolidados e a utilização de matérias-primas menos poluentes em produtos imprescindíveis em nosso cotidiano como ocorre com o plástico.

Redes de supermercados começam a cobrar pelo saquinho plástico utilizado pelos clientes. O que importa, porém, é o despertar da consciência de cada um para o problema, que atinge grande parte do mundo. Acostumadas a carregar as compras, as pessoas incorporaram os saquinhos plásticos no cotidiano, com amplo e variado uso, principalmente para abrigar o lixo doméstico.

O problema surge de imediato. Onde não existe a coleta seletiva, todo esse plástico termina em aterros sanitários e lixões a céu aberto, dificultando e impedindo a decomposição de materiais biodegradáveis. A situação poderia ser amenizada se houvesse maior preocupação com a reciclagem do nosso lixo doméstico. Em média, cada saquinho de supermercado que se joga no lixo pode demorar até um século para desaparecer completamente. Só para se ter uma idéia, o Brasil produz, anualmente, 210 mil toneladas de plástico filme, a matéria-prima dos saquinhos plásticos, e isso representa cerca de 10% do lixo do país.

O filme plástico convencional é produzido a partir do polietileno de baixa ou de alta densidade, originado do petróleo, não reconhecido como biodegradável, e poluente também durante sua produção. Por este motivo existe uma preocupação muito forte no sentido de substituir o produto no mercado.

Cientistas brasileiros do Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Universidade de São Paulo (IPT/USP) desenvolveram um plástico derivado do açúcar de cana. O custo é mais elevado, fato que atrapalha as previsões sobre o alcance do produto. Mas, é bom salientar, que estamos falando de um produto que demora 60 dias para se degradar completamente contra os 100 anos ou mais dos plásticos convencionais. Existe também a sacolinha descartável feita a partir de amido de milho, já disponível no mercado, que se desfaz em até 190 dias em usina de compostagem e em dois anos em aterro.

Por esta razão, faz-se necessário acreditar e investir em uma solução para reduzir custos, já que os materiais produzidos a partir de aditivos ou matérias-primas de origem vegetal podem ser aplicados em sacos de lixo, talheres, pratos, copos, frascos, garrafas, tampas, cobertura para fraldas, luvas descartáveis e até canetas. Algumas empresas já trabalham intensamente em outras tecnologias menos nocivas ao meio ambiente.

Há também medidas que visam cortar o mal pela raiz. Em San Francisco, nos EUA, os sacos plásticos serão banidos e substituídos por sacolas de papel reciclado e materiais feitos com goma de milho ou batata. Em Bangladesh, já é proibido fabricar, comprar e até portar sacos plásticos. O desrespeito a lei resulta em multa e a reincidência em prisão. O que motivou esta medida radical foram o entupimento de redes de esgotos e as cheias provocadas pelas sacolas.

Na Irlanda, o governo, há cinco anos, passou a cobrar imposto por cada sacolinha. A redução hoje chega a 90%, ou a cerca de um bilhão de unidades por ano a menos, uma economia de 18 milhões de litros de petróleo no país, segundo cálculos oficiais. Sem contar que a taxa representa R\$ 200 milhões a mais nos cofres públicos por ano, que são revertidos para a preservação ambiental.

Como se percebe, existem várias maneiras de amenizar o impacto dessas sacolinhas plásticas. A que propomos não passa pela punição do consumidor, apenas pela adoção de novas tecnologias que estão ao nosso alcance. A conscientização em torno do problema é o que nos motiva a propor essas mudanças. É claro que, se pudermos levar nossas compras sem os saquinhos plásticos, não devemos pensar duas vezes em dispensá-los. Devemos incorporar a reciclagem no nosso cotidiano. Essas medidas, com certeza, já serão de grande ajuda e os frutos serão colhidos pelas nossas crianças e nossos jovens, que representam o futuro de nosso país.

Consciente da importância que tal iniciativa tem para a segurança da coletividade, submeto ao juízo dos nobres membros desta Assembleia o projeto de lei que "Regulamenta a utilização de embalagens para o acondicionamento de produtos, mercadorias em geral e lixo pelos estabelecimentos comerciais e órgãos públicos no Estado de Santa Catarina", por se tratar de medida de relevante interesse público.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 242/11

Altera a Lei nº 12.708, de 2003, que declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Massaranduba.

Art. 1º A Lei nº 12.708, de 3 de novembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação dos Serviços Sociais Voluntários de Massaranduba.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Serviços Sociais Voluntários de Massaranduba, com sede no município de Massaranduba.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º. A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob a pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Romildo Titon

Lido no Expediente

Sessão de 21/06/11

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 243/11

Inclui como atividade extracurricular obrigatória a disciplina intitulada "Educação Financeira" no currículo das Escolas Públicas e Privadas do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica incluída, pela presente Lei, no currículo do ensino médio das Escolas Públicas e Privadas do Estado de Santa Catarina, como atividade extracurricular obrigatória, a disciplina "Educação Financeira".

Parágrafo único. A disciplina Educação Financeira tem como objetivo promover ao aluno a formação e estímulo à administração dos recursos pessoais, noções básicas sobre moeda, investimentos e juros, visando conscientizá-los e prepará-los para administrar o seu dinheiro no dia a dia.

Art. 2º A atividade estabelecida no *caput* do artigo anterior, será ministrada por professores considerados aptos para ministrar a disciplina de "Educação Financeira", conforme legislação vigente.

Art. 3º O detalhamento técnico da execução da referida lei, bem como carga horária, forma de aplicação da disciplina e conteúdo programático, será estabelecido pela Secretaria de Estado da Educação, norteadas pelas seguintes diretrizes:

I - noções básicas de economia;

II - gerenciamento e planejamento de finanças pessoais;

III - noções básicas de investimento;

IV - introdução ao Direito do Consumidor.

Art. 4º Para implantação e execução da presente Lei, o Poder Executivo Estadual poderá firmar parcerias, convênios e afins entre instituições de ensino públicas e/ou privadas, bem como outras organizações não governamentais representativas envolvidas.

Art. 5º As Escolas Públicas e Privadas terão o prazo de (01) um ano para se adequarem as determinações dessa Lei, contados do início da vigência da mesma.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá convidar a participar do processo de regulamentação as seguintes entidades representativas:

I - Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina - FCDL/SC;

II - Conselho Regional de Economia de Santa Catarina;

III - Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina;

IV - Ministério Público;

V - Outras entidades interessadas.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 22/06/11

JUSTIFICATIVA

A sensação de insegurança gerada por crises econômicas e o alto dinamismo da economia tem aumentado a preocupação das famílias em ensinar melhor aos seus filhos o valor do dinheiro, o consumo consciente e a importância de desenvolver um planejamento de suas finanças para seu desenvolvimento e o alcance de metas e objetivos.

Nossas crianças e jovens precisam ficar atentos e preparados para lidar com essas questões e, em resposta, as escolas precisam incluir a educação financeira nos currículos dos seus alunos.

A inclusão da educação financeira para nossos estudantes vem de encontro a finalidade básica: desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Nesse sentido, é fundamental que o tema Educação Financeira seja incorporado aos currículos dos alunos do ensino médio das Escolas Públicas e Privadas do Estado de Santa Catarina.

Pelo exposto acima, propomos o presente Projeto de Lei, solicitando aos nobres Pares o empenho para a aprovação da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 244/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 163

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que "Altera dispositivo da Lei nº 15.432, de 28 de dezembro de 2010, que aprova a revisão do Plano Plurianual para o ano de 2011 e adota outras providências".

Florianópolis, 21 de junho de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
 Governador do Estado

Lido no Expediente
 Sessão de 22/06/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO
EM Nº 122/2011

Florianópolis, 06 de junho de 2011

Excelentíssimo Senhor
JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
 Governador do Estado
 Florianópolis - SC

Senhor Governador,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de lei que objetiva alterar a Programação do Plano Plurianual 2008/2011, aprovado pela Lei nº 15.432, de 28 de dezembro de 2010.

A alteração no Plano Plurianual torna-se necessária para adequar a programação físico-financeira, em decorrência da criação da subação 010946 - Aquisição de imóvel para instalação da sede administrativa das Promotorias de Justiça Lages - FERMP, vinculada ao programa 0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público.

Assim, por se tratar de dispositivo importante para continuidade das ações desenvolvidas pelo órgão, sugerimos a Vossa Excelência a remessa de mensagem acompanhada de projeto de lei à Assembleia Legislativa, na forma em que se encontra redigida a proposição. Devido a relevância e urgência da matéria, solicito trâmite em regime de urgência junto à Assembleia Legislativa.

Respeitosamente

UBIRATAN SIMÕES REZENDE
 Secretário de Estado da Fazenda

PROJETO DE LEI Nº 244.8/11

Altera dispositivo da Lei nº 15.432, de 28 de dezembro de 2010, que aprova a revisão do Plano Plurianual para o ano de 2011 e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2008-2011, constante do Anexo Único da Lei nº 15.432, de 28 de dezembro de 2010, conforme o disposto no Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
 Governador do Estado

ANEXO ÚNICO

PLANO PLURIANUAL 2008/2011
 PROGRAMAÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

PROGRAMA SUBAÇÃO	UNIDADE	FÍSICO	FF	VALOR EM R\$ 1,00
0910 GESTÃO ADMINISTRATIVA - MINISTÉRIO PÚBLICO				
006593 - Ampliação de espaço físico das Promotorias de Justiça de Lages - FERMP	obra	1	OF	700.000
006614 - Modernização e desenvolvimento institucional - FERMP	% de aprovação	100	OGE OF	455.531 21.402.285
010946 - Aquisição de imóvel para instalação da sede administrativa das Promotorias de Justiça de Lages - FERMP	imóvel	1	OF	2.000.000

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 245/11

Dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural.

Art. 1º. O Poder Executivo deverá conceder subvenção econômica em percentual ou valor do prêmio do seguro rural, na forma estabelecida em ato específico, complementando o Sistema Estadual de Seguro Agrícola, estabelecido pela Lei nº. 8.676, de 17 de junho de 1992 e legislação correlata.

Parágrafo único. A subvenção econômica tem o objetivo de contribuir para a estabilidade econômica e social do Estado e redução de riscos.

Art. 2º. A subvenção econômica ao prêmio do seguro rural será implementada no Estado por meio de programa estadual regulado por ato específico, respeitadas as normas de seguros da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Art. 3º. No texto desta lei, as expressões "subvenção econômica ao prêmio do seguro rural" e "subvenção econômica" se equivalem.

Art. 4º. Para os efeitos desta lei considera-se:

I - subvenção econômica ao prêmio do seguro rural: instrumento técnico de operacionalização de redução do valor do prêmio do seguro rural que consiste na implementação de um programa

estadual, gerido e executado pela Secretaria de Estado de Agricultura e da Pesca, no qual o Estado assume, pecuniariamente, parte ou percentual do prêmio de seguro rural contratado junto às seguradoras habilitadas a operar no programa; e

II - prêmio de seguro rural: valor a ser pago a título de custo de contratação do seguro rural.

Art. 5º. A subvenção econômica, destinada a cobrir parte do custo do prêmio do seguro rural, tem como objetivo:

I - ampliar o acesso ao seguro rural, propiciando a sua disseminação no meio rural;

II - atender às necessidades dos pequenos produtores rurais, garantindo ao produtor segurado a cobertura das perdas provenientes de adversidades incontroláveis de origens diversas;

III - incorporar o seguro rural como instrumento para a estabilidade da renda agropecuária; e

IV - desenvolver o uso de tecnologias adequadas e modernizar a gestão do empreendimento agropecuário.

Art. 6º. Os recursos para a subvenção econômica estadual ao prêmio do seguro rural serão provenientes de dotações orçamentárias da Secretaria de Estado de Agricultura e da Pesca, com observância do estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária vigente.

§1º Os dispêndios anuais com a subvenção ao prêmio do seguro rural se limitarão ao montante previsto na dotação orçamentária anual da Secretaria de Estado de Agricultura e da Pesca em rubrica específica para este fim.

§ 2º As obrigações financeiras assumidas pela Secretaria de Estado de Agricultura e da Pesca, em decorrência da concessão de subvenção econômica estadual ao prêmio do seguro rural, serão integralmente liquidadas no exercício financeiro da contratação do respectivo seguro rural.

Art. 7º. São beneficiários da subvenção estadual ao prêmio do seguro rural os pequenos produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, que satisfaçam os requisitos previstos em Regulamento.

Parágrafo único. Para se beneficiar da subvenção estadual ao prêmio do seguro rural, o produtor rural deverá estar adimplente com o Estado, nos termos da legislação em vigor.

Art. 8º. A subvenção econômica de que trata o art. 1º desta lei poderá ser diferenciada segundo:

I - modalidades do seguro rural;

II - tipos de culturas e espécies animais;

III - categorias de produtores;

IV - regiões de produção;

V - condições contratuais, priorizando aquelas consideradas redutoras de risco ou indutores de tecnologia.

Art. 9º. O Poder Executivo detalhará em regulamento:

I - as modalidades de seguro rural, tipos de culturas e espécies animais contempláveis com o benefício previsto nesta lei;

II - as condições operacionais para a implementação, execução, pagamento, controle e fiscalização da subvenção econômica de que trata esta lei;

III - as condições para acesso ao benefício previsto nesta lei, incluindo exigências técnicas pertinentes; e

IV - os percentuais sobre prêmios ou montantes máximos de subvenção econômica, de forma compatível com a Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá fixar limites financeiros de subvenção econômica, por beneficiário, capital segurado e unidade de área.

Art. 10. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 22/06/11

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei que dispõe sobre a subvenção econômica do prêmio do seguro rural, tem o objetivo de contribuir para a estabilidade econômica e social do Estado e redução de riscos.

De fato a concessão pelo Estado de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, destinada aos pequenos produtores, virá assegurar a estabilidade e o equilíbrio financeiro àqueles que, pelas condições singulares que caracterizam as suas atividades, cercadas de riscos, não possuem condições de suportar as adversidades inerentes a empreendimentos de tal natureza, garantindo aos produtores rurais segurados, cobertura das perdas das culturas, ocasionadas por fenômenos naturais diversos e cobertura da vida animal, bem como massificar o uso do seguro rural, a fim de pulverizar os riscos e, por consequência, minimizar o valor do prêmio de seguro, proporcionando aos mesmos maior estabilidade de renda.

Salienta-se que, o Sistema Estadual de Seguro Agrícola foi criado pela Lei nº. 8.676/1992, visando complementar a política de seguro agrícola e de garantia da atividade agropecuária do Governo Federal, pelo qual é repassado ao produtor rural de 30 a 70% de subvenção ao prêmio.

Dessa forma, a subvenção econômica estadual complementar o percentual não coberto pelo recurso federal, garantindo ao produtor rural segurado a cobertura das perdas provenientes de adversidades imprevisíveis e fora do controle humano.

Assim, o apoio do Governo do Estado, ao assumir parte dos encargos decorrentes do custeio do prêmio do seguro rural, será certamente um incentivo para que a maioria dos pequenos produtores recorra ao moderno instrumento de garantia de seus negócios, propiciando maior incremento da nossa produção agrícola.

Pelo exposto acima, propomos o presente Projeto de Lei, solicitando aos nobres Pares o empenho para a aprovação da presente propositura.

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 022/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 144

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei complementar que "Altera os Anexos V-B e VII-C da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual, e adota outras providências".

Florianópolis, 15 de junho de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 21/06/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO

Exposição de Motivos nº 137/11

Florianópolis, 08 de junho de 2011.

Excelentíssimo Senhor

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Senhor Governador.

Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência projeto de lei complementar que altera dispositivos da Lei Complementar n. 381, de 2007, a fim de transferir a Diretoria de Gestão dos Fundos Estaduais com os respectivos cargos, da Secretaria de Estado da Fazenda, para a Secretaria Executiva de Supervisão de Recursos Desvinculados - passando a ser uma Diretoria específica para tratar da gestão e acompanhamento dos projetos e ações financiados pelo FUNDOSOCIAL.

Ante as alterações propagadas na estrutura da Administração Estadual pela Lei Complementar n. 534/2011, verificou-se a necessidade de fortalecimento da Secretaria Executiva de Supervisão de Recursos Desvinculados.

A Secretaria de Estado da Fazenda, por suas atribuições, é o órgão central do Sistema de Controle Interno no âmbito da administração estadual. Dessa forma, torna-se desnecessária a previsão de competência específica de controle da gestão financeira dos fundos estaduais.

Os fundos estaduais são geridos pelos órgãos a que estão vinculados, devendo gozar de autonomia, obviamente, nos limites da lei.

A utilização dos recursos destinados aos fundos estaduais já são objeto de controle interno, pela próprio Poder Executivo Estadual, bem como de controle externo, pelo Tribunal de Contas do Estado.

O projeto apresentado visa à melhoria dos procedimentos no âmbito da SERD, destinando uma nova Diretoria àquela pasta, que, por outro lado, na Secretaria de Estado da Fazenda, atuava de forma concomitante com o controle interno.

Com o projeto ora apresentado, fica criado um cargo de Diretor de Gestão do Fundosocial, DGS/FTG 1, na SERD.

São estas, Senhor Governador, as razões que me levam a propor a Vossa Excelência a edição de Decreto na forma apresentada na minuta anexa.

Respeitosamente,

Ubiratan Simões Rezende

Secretário de Estado da Fazenda

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0022.2/2011

Altera os Anexos V-B e VII-C da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual, e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O inciso II do art. 49-A da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 49 -A.....

I -

II - receber e analisar os pedidos de subvenções sociais, transferências voluntárias e outras liberações que dependam de recursos do Fundo de Desenvolvimento Social - FUNDOSOCIAL; e

..... “ (NR)

Art. 2º O inciso X do art. 58 da Lei Complementar nº 381, de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 58. À Secretaria de Estado da Fazenda, como órgão central dos Sistemas de Planejamento e Orçamento, de Administração Financeira e de Controle Interno, compete:

.....

X - exercer o controle da gestão financeira de seus fundos;

..... “ (NR)

Art. 3º O Anexo V-B - Secretaria de Estado da Casa Civil, da

ANEXO I

“Anexo V-B

(Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007
Secretaria de Estado da Casa Civil)”

ÓRGÃO DENOMINAÇÃO DO CARGO	Quantidade	Código	Nível
SECRETARIA EXECUTIVA DE SUPERVISÃO DE RECURSOS DESVINCULADOS			
GABINETE DO SECRETÁRIO			
Assistente do Secretário	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DE SUPERVISÃO DE RECURSOS DESVINCULADOS			
Diretor de Supervisão de Recursos Desvinculados	1	DGS/FTG	1
Assistente Técnico	2	DGS/FTG	2
Gerente de Controle de Processos	1	DGS/FTG	2
Gerente de Avaliação e Acompanhamento de Projetos	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DE GESTÃO DO FUNDOSOCIAL			
Diretor de Gestão do Fundosocial	1	DGS/FTG	1
Gerente de Controle do Fundosocial	1	DGS/FTG	2
Gerente de Execução Orçamentária e Financeira	1	DGS/FTG	2
Assistente Técnico	1	DGS/FTG	2

ANEXO II

“Anexo VII-C

(Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007
Secretaria de Estado da Fazenda)”

ÓRGÃO DENOMINAÇÃO DO CARGO	Quantidade	Código	Nível
GABINETE DO SECRETÁRIO			
Assistente do Secretário	2	DGS/FTG	2
Assessor de Comunicação	1	DGS/FTG	2
Consultor de Assuntos Econômicos	1	DGS/FTG	1
Corregedor	1	DGS/FTG	1
Consultor Técnico	24	DGI	1
Secretário do Conselho de Política Financeira	1	DGS/FTG	2
Coordenador de Programas de Modernização Tecnológica	1	DGS/FTG	1
Assistente Técnico	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS			
Diretor de Gestão de Fundos	1	DGS/FTG	1
Gerente do FADESC	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO			
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO			

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 023/11**GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 151**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Fundação Universidade do Estado de Santa

Lei Complementar nº 381, de 2007, passa a vigorar com a alteração constante no Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 4º O Anexo VII-C - Secretaria de Estado da Fazenda, da Lei Complementar nº 381, de 2007, passa a vigorar com a alteração constante no Anexo II desta Lei Complementar.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover as adequações necessárias no Plano Plurianual - PPA 2008-2011, bem como, respeitadas as vinculações constitucionais e legais das receitas e despesas orçamentárias, remanejar dotações constantes dos programas de trabalho de órgãos e entidades pertencentes ao orçamento fiscal.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias do Tesouro do Estado.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogado o § 1º do art. 58 da Lei Complementar nº 381, de 2007.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Catarina - UDESC, o projeto de lei complementar que “Altera o Anexo II, da Lei Complementar nº 345, de 07 de abril de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC e outras providências”.

Florianópolis, 15 de junho de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 21/06/11

UDESC**C.C. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Digníssimo Governador do Estado de Santa Catarina
Excelentíssimo Senhor

ANTONIO CERON

Secretário de Estado de Coordenação e Articulação
NESTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 001/11

Florianópolis, 25 de janeiro de 2011.

Senhor Governador,

Temos a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta de Projeto de Lei que “que dispõe sobre alteração da LEI COMPLEMENTAR Nº 345 de 07 de abril de 2006 - Plano de Carreiras, dos servidores da Universidade de Estado de Santa Catarina - UDESC”, alterando o ANEXO II da referida Lei.

O projeto proposto destina-se a viabilizar a implantação do Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí - CESFI, com sede em Balneário de Camboriú, criado pelo Decreto 3.276, de 21 de maio de 2010.

Justificativa

Em 07 de Abril de 2006, foi sancionada a LEI COMPLEMENTAR Nº 345, que dispõe sobre o Plano de Carreiras da UDESC, em cujo ANEXO II, define a quantidade e os tipos de cargos que compõe o quadro da Universidade e suas remunerações. Na primeira edição da referida LEI especifica a UDESC previa 10 Diretores Gerais de Centro e 40 Diretores de Centro, sendo 05 diretores para cada Centro, assim especificado: 01 (um) Diretor Geral de Centro e 04 (quatro) diretores de centro (um Administrativo, um de Pesquisa, um de Extensão e um de Ensino). Ressalta-se que a UDESC nessa época já contava com nove (9) Centros de Ensino, portando, havia previsão de cargos apenas para mais um novo Centro.

No mesmo ano, em 2006, foram criados pelo Governo do Estado dois novos Centros de Ensino e seus respectivos campi: (O Decreto nº 4832, de 06 de Novembro e o Diretor nº 5018 de 28 de Dezembro, que criaram o Centro e Ensino do Alto Vale do Estado (CEAVI) em Ibirama e Centro de Ensino do Sul do Estado (CERES) na cidade de Laguna, respectivamente). Com a criação destes dois centros, a UDESC passou de 9 (nove) para 11 (onze) Centros de Ensino e, conseqüentemente, necessitando de mais um Diretor Geral e mais quatro Diretores Assistentes, sendo que a LC 345/2006, previa apenas 10 (dez) centros.

Em janeiro de 2010, a LEI COMPLEMENTAR Nº 345/2006, foi alterada, pela LEI COMPLEMENTAR Nº 480, de 04 de janeiro de 2010, ampliando para 11 diretores gerais e 44 diretores de centro, para que fosse possível remunerar os servidores que exercem funções da administração superior do Centro de Educação Superior da Região Sul - CERES, em Laguna.

Em 21 de maio de 2010, sua Excia. Governador do Estado de

ANEXO ÚNICO

“Anexo II

(Lei Complementar nº 345, de 07 de abril de 2006)

FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO QUADRO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

Código	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADES	TOTAIS	Índices
FC-10	Reitor	1	1	19,142
FC-09	Vice-Reitor	1	1	17,401
FC-08	Pró-Reitor	5	17	15,649
	Diretor Geral de Centro	12		
FC-07	Diretor de Centro	48	49	9,781
	Procurador Jurídico	1		
FC-06	Chefe de Gabinete do Reitor	1	1	7,523
FC-05	Chefe de Departamento	60	92	5,786
	Coordenador de Curso <i>strictu sensu</i>	30		
	Secretário dos Conselhos Superiores	1		
	Coordenador de Vestibular	1		
FC-04	Secretário de Assuntos Internacionais	1	29	4,452
	Secretário de Comunicação	1		
	Secretário de Controle Interno	1		
	Secretário de Tecnologia de Informação e Comunicação	1		
	Coordenador de Órgão Suplementar Superior	5		
	Coordenador de Pró-Reitoria	20		
FC-03	Sub-Procurador Jurídico	11	151	2,783
	Coordenador de Apoio Administrativo/Acadêmico	140		
FC-02	Chefe de Serviço	43	43	2,140
FC-01	Assistente de Gabinete	14	14	1,646
	TOTAL	398	398	

(NR)”

*** X X X ***

Santa Catarina, criou pelo Decreto Nº 3.276, o Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí - CESFI, para ser implementado a partir de 1º de janeiro de 2011, cujo suporte orçamentário consta do aumento do percentual da UDESC de 2,05% para 2,10% constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, já devidamente aprovada na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Com isto a UDESC passa a partir deste a contar com 12 (doze) centros de ensino, distribuídos em 10 (dez) cidades de Santa Catarina.

Face ao exposto, torna-se necessária mais uma alteração do Anexo II, da LEI COMPLEMENTAR Nº 345/2006, ampliando o número de cargos de Diretor Geral de Centro para 12 (doze) e de Diretores de Centro para 48 (quarenta e oito), cujos recursos para a implementação já estão previstos no orçamento da Universidade garantidos pelo aumento de repasse aprovado na LDO de 2011.

Senhor Governador, em 2010 tramitou na Assembleia Legislativa o PLC/0046.0/2010, que objetivava a criação dos cargos pleiteados. Todavia, em 20 de dezembro de 2011, foi arquivado na Coordenadoria de Expediente daquela Casa.

Estas são as razões que justificam e legitimam o pleito da Universidade que submetemos à avaliação de Vossa Excelência, para que o Campus da UDESC em Balneário de Camboriú torne-se realidade e tenha plenas condições de desenvolvimento técnico e suporte legal para suas ações.

À vossa elevada consideração.

Respeitosamente,

Prof. SEBASTIÃO IBERES LOPES MELO

Reitor

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0023.3/2011

Altera o Anexo II, da Lei Complementar nº 345, de 07 de abril de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Anexo II da Lei Complementar nº 345, de 07 de abril de 2006, alterado pela Lei Complementar nº 480, de 04 de janeiro de 2010, passa a vigorar conforme redação do Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado